



A Criança e o Adolescente nos ODS

Marco zero dos principais indicadores brasileiros

ODS 10





CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Synésio Batista da Costa

Vice-Presidente

Carlos Antonio Tilkian

Conselheiros

Antonio Carlos Malheiros, Antonio Carlos Manssour Lacerda, Carlos Antonio Tilkian, David Baruck Diesendruck, Eduardo José Berrini, Elizabeth Maria Barbosa de Carvalhaes, Euclésio Bragança da Silva, Fernando Vieira de Figueiredo, Fernando Vieira de Mello, Humberto Barbato Neto, José Eduardo Planas Pañella, Luiz Fernando Brino Guerra, Morvan Figueiredo de Paula e Silva, Rubens Naves, Synésio Batista da Costa e Vitor Gonçalo Seravalli

Conselho Fiscal

Bento José Gonçalves Alcoforado, Rafael Antonio Parri e Sérgio Hamilton Angelucci

Secretaria Executiva

Gerente Executivo

Victor Alcântara da Graça

FICHA TÉCNICA

Texto

João Pedro Sholl Cintra, Heloísa Oliveira, Maitê Gauto, Mayana Hellen Nunes da Silva e Ricardo Batista

Edição

João Pedro Sholl Cintra, Heloísa Oliveira, Maitê Gauto, Mayana Hellen Nunes da Silva e Ricardo Batista

Colaboração

Beatriz Schipanni, Cleidson Borges, Heloísa Oliveira, Juliana Oliveira Mamona, Maitê Gauto, Maria Lucilene de Almeida Santos, Marta Volpi e Victor Alcântara da Graça

Ilustração

Caiena,

Revisão de Texto e Copy Desk

Eros Camel | © Camel Press

Projeto Gráfico

Priscila Hlodan

Diagramação e Arte-Final

Daniela Jardim & Rene Bueno

Impressão

Gráfica e Editora PifferPrint Ltda.

Tiragem

300 exemplares

ISBN

978-85-45541-07-3



A Criança e o Adolescente nos ODS

Marco zero dos principais
indicadores brasileiros

ODS 10



1ª edição

São Paulo

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

2019

Carta do presidente

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm sido objeto da incidência política da Fundação Abrinq junto ao governo federal desde 2014. Mais do que uma agenda internacional, os ODS são uma grande oportunidade para avançarmos na construção de políticas públicas necessárias à promoção da qualidade de vida e da cidadania das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Participamos ativamente das negociações internacionais da “Agenda Pós-2015”, que discutiu o futuro das ações globais de desenvolvimento a partir do encerramento do prazo para que os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) cumprissem as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e de acordos internacionais de meio ambiente.

Nossa atuação tem sido conjunta com diferentes organizações e grupos da sociedade civil que já acompanhavam os debates, como Estratégia ODS e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil na Agenda 2030, parceiros diários na incidência pela implementação dos ODS no Brasil. Em nome das crianças e dos adolescentes, e em parceria com a Plan International Brasil e a Visão Mundial, lideramos a criação e a mobilização da Ciranda 2030, uma coalizão de organizações do movimento da infância que monitorará o cumprimento de dez ODS que impactam crianças e adolescentes de maneira direta. Atuamos também em conjunto com a Rede de Promoção dos Direitos das Meninas e Igualdade de Gênero (RMIG).

Temos na inteligência de indicadores uma de nossas principais estratégias de incidência política. E a série *A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros* é o primeiro grande esforço de construir um marco zero para a infância e a adolescência na Agenda 2030. Esta é a quarta publicação que aborda os indicadores relacionados às crianças e aos adolescentes para cada um dos dez ODS que são a nossa agenda prioritária na incidência política.

Convidamos a todos para que acompanhem e desfrutem da leitura!



Synésio Batista da Costa
Presidente



Sumário

Introdução	6
Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	11
Fontes e limitações.....	12
Procedimentos metodológicos.....	14
Padrão de vida.....	15
Acesso a creche.....	20
Acesso a pré-escola.....	27
Primeira Infância.....	32
Ensino Fundamental.....	44
Ensino Médio.....	52
Saúde.....	68
Violência.....	85
Considerações finais.....	104
Referências bibliográficas	107

Introdução

Em 2012, três anos antes de encerrar-se o prazo de vigência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil já exercia grande protagonismo nas negociações internacionais iniciadas na Rio+20 e que resultariam no estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos primeiros 15 anos do segundo milênio, os ODM representaram a principal agenda de desenvolvimento, com foco nos países mais pobres e em desenvolvimento. Entre seus objetivos estavam:

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

- ODM 1 – Acabar com a fome e a miséria.
- ODM 2 – Oferecer Educação Básica de qualidade para todos.
- ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- ODM 4 – Reduzir a mortalidade infantil.
- ODM 5 – Melhorar a saúde das gestantes.
- ODM 6 – Combater a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), a malária e outras doenças.
- ODM 7 – Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
- ODM 8 – Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Tendo apresentado um desempenho bastante satisfatório no cumprimento dos ODM, o Brasil destacou-se no alcance das metas ligadas ao combate à miséria, mortalidade infantil e educação; sendo que duas das oito metas foram cumpridas antecipadamente: redução da miséria e da mortalidade na infância. E dos oito objetivos, que se desdobraram em 18 metas e 48 indicadores socioeconômicos, apenas um não foi alcançado: a redução de 75% nos índices de mortalidade materna no Brasil.

Após três anos de debates e intensas negociações internacionais, em 25 de setembro de 2015, 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram a Resolução ONU A/70/1, Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um acordo que contempla 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridos por todos os países do mundo. Os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornaram-se articuladores

das políticas públicas e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sendo uma continuidade dos desafios já elencados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM – 2000/2015).

Os objetivos e metas dos ODS envolvem áreas ou temas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, redução das desigualdades, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, sociedades pacíficas e segurança pública, governança e meios de implementação de políticas.

Além dos objetivos e metas, são indicadas estratégias para serem implementadas que contribuirão para a construção do caminho para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e também dos impactos das mudanças climáticas, promovendo a justiça, a paz e a segurança de todos.

OS Cinco Ps do Desenvolvimento Sustentável*

Pessoas

Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta

Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, incluindo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para que se possa atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade

Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz

Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parcerias

Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base no espírito de solidariedade global fortalecida, com ênfase especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todos os grupos interessados e todas as pessoas.

(*) Trecho retirado da Resolução ONU A/70/1 – Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A partir da adoção dos ODS, a discussão que tomou conta do cenário internacional foi a definição dos indicadores globais de cumprimento da Agenda 2030. A plataforma de monitoramento conta com 232 indicadores, associados às 169 metas, sendo distribuídos em três categorias: i. Indicadores com metodologias consolidadas e dados disponíveis, ii. Indicadores com metodologia desenvolvida, mas sem dados disponíveis, e iii. Indicadores que requerem o desenvolvimento de metodologias.

Além da definição dos indicadores globais, foram definidos os mecanismos institucionais de monitoramento do cumprimento da Agenda 2030, que tem no Fórum Político de Alto Nível (HLPF, sigla em inglês) a instância central para o acompanhamento e cumprimento das metas e objetivos, com a participação plena e efetiva de todos os Estados-Membros da ONU, agências especializadas e a participação da sociedade civil.

Conforme descrito no parágrafo 84 da Resolução ONU A/70/1, o HLPF tem como mecanismo de monitoramento a realização de revisões regulares, com a apresentação de relatórios voluntários nacionais por parte dos Estados-Membros. Este processo também deve envolver a participação da sociedade civil, tanto para a elaboração dos relatórios nacionais como para o acompanhamento das reuniões do HLPF.

Revisões voluntárias do HLPF

2017 – **Erradicar a pobreza e promover a prosperidade em um mundo em mudança** – ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17.

2018 – **Transformação para sociedades sustentáveis e resilientes** – ODS 6, 7, 11, 12, 15 e 17.

2019 – **Empoderando as pessoas e garantindo inclusão e igualdade** – ODS 4, 8, 10, 13, 16 e 17.

O Brasil apresentou a situação nacional no processo de implementação dos ODS e formulou o *Relatório Voluntário Nacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, abordando os ODS 1, 2, 3, 5, 9, 14 e 17, em 2017. O país figurou na lista dos países que apresentariam um novo relatório voluntário nacional em 2019, mas declinou da oportunidade após a mudança de governo. Uma vez que o prazo para o cumprimento dos ODS começou a ser contado em 2016, com término estipulado para 2030, os desafios para a implementação de uma agenda tão ampla são significativos diante do cenário atual vivido pelo país.

Sob coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil elaborou, em 2018, um documento com a adequação das metas globais à realidade nacional. O documento aguarda homologação presidencial para vigorar como documento oficial.

Nesse contexto, a Fundação Abrinq vem atuando para que o Brasil construa o ambiente político e institucional favorável para a implementação de políticas públicas e estratégias que possam contribuir para que o país avance no cumprimento dos ODS. Sendo os ODS um dos temas estratégicos das ações de incidência política, sob a ótica da efetivação dos direitos da infância e adolescência, a Fundação Abrinq selecionou dez ODS que impactarão crianças e adolescentes mais diretamente para estruturar suas ações de incidência e monitoramento:



Sob essa tônica, a série de estudos *A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros*, produzida pela Fundação Abrinq, tem se dedicado à análise dos principais indicadores nacionais relacionados à infância e adolescência. Buscando ampliar o debate para a construção de estratégias efetivas para superarmos os desafios nacionais específicos para a garantia e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no país, elaboramos análises referentes aos indicadores nacionais dos ODS que estão diretamente relacionados a crianças e adolescentes.

A série vem sendo pensada e elaborada desde 2015, com o intuito de fomentar o debate sobre os principais desafios nacionais para a implementação bem-sucedida da Agenda 2030, visando construir um diálogo junto ao governo brasileiro e apresentando subsídios às diferentes instâncias internacionais de monitoramento dos ODS com algumas das perspectivas da sociedade civil em relação a esses temas. Ao longo das três publicações que antecederam esta, analisamos diversos aspectos e dimensões das condições de vida dos milhões de brasileiros, sobretudo, de crianças e adolescentes.

A primeira publicação teve como foco a análise dos ODS 1, 2, 3 e 5, os quais tratam sobre as temáticas de erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, e igualdade de gênero. Tiveram destaque os indicadores de renda domiciliar, desnutrição, mortalidade infantil e denúncias de violências contra meninas.

Na segunda publicação, direcionamos nossas análises para os indicadores referentes aos ODS 4 e 8, que se relacionam com os temas de educação de qualidade, e trabalho decente e crescimento econômico. Foram, assim, apresentados os principais indicadores educacionais de acesso, qualidade e rendimento escolar para todas as etapas da Educação Básica, além de dados que informam a situação do trabalho infantil no país.

Já na terceira publicação, foram abordados os ODS 6, 11 e 16, cujas metas estão relacionadas ao acesso à água potável e saneamento, cidades e comunidades sustentáveis, e paz, justiça e instituições fortes. Dados sobre as condições dos domicílios brasileiros quanto ao acesso a saneamento, situação de moradia e aspectos do ambiente urbano e indicadores de violência e referentes aos órgãos e entidades que compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) ganharam espaço entre essas análises.

Ao longo da série, analisamos, portanto, aspectos da renda, da vulnerabilidade social e da falta de acesso a direitos básicos por grande parte da população. Na quarta e última publicação dessa série de estudos, buscamos ajustar nossas lentes e focar ainda mais nosso olhar para a situação de desigualdade que demarca de diversas formas a sociedade brasileira, e mais especificamente crianças e adolescentes. Por meio da análise de alguns indicadores já abordados nas publicações anteriores, retomamos esses com base em alguns recortes e estratificação sociais, como raça, renda, gênero, escolaridade e região.

A desagregação por essas variáveis nos possibilita perceber como alguns marcadores sociais da diferença posicionam os sujeitos de forma desigual na sociedade. Essas desigualdades se tornam visíveis quando observamos que a pobreza atinge majoritariamente a população negra, que o acesso à escola e a qualidade do ensino são garantidos às parcelas mais ricas da população e que a violência sexual tem como principal alvo meninas e mulheres.

Vislumbramos com esta última publicação da série trazer à luz algumas das desigualdades mais marcantes que afetam crianças e adolescentes, tendo como ponto de partida as dimensões que compõem o conceito de pobreza multidimensional, a saber: educação, saúde e padrão de vida. Na sequência, apresentamos a relação entre esse conceito e a noção de desigualdade aqui trabalhada, bem como a metodologia utilizada para a análise dos indicadores que seguem ao longo desta publicação.

10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



REDUZIR A
DESIGUALDADE
DENTRO DOS PAÍSES
E ENTRE ELES

Metas ODS 10 que impactam crianças e adolescentes

- 10.1** Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
- 10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
- 10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
- 10.4** Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

Fontes e limitações

Nesta quarta e última edição da série *A Criança e o Adolescente nos ODS – Marco zero dos principais indicadores brasileiros*, as opções analíticas são distintas daquelas que compuseram os demais estudos já publicados. As razões que embasam tais opções consideram as recomendações de desagregação dos indicadores nacionais considerando-se o perfil socioeconômico (que reúne o conjunto das variáveis de renda, cor/raça e gênero, entre outros) e demográfico, além da própria definição do ODS 10 sobre eliminar as disparidades nacionais entre grupos sociais específicos. Assim, a necessidade de desagregação e comparação entre os diversos aspectos sociais exigiu a utilização de dados e pesquisas que contêm essa possibilidade em suas fontes, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e os registros administrativos produzidos pelos sistemas estaduais de saúde e centralizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

O esforço de comparação entre dados e indicadores nos obriga a alertar as diferenças, vantagens e desvantagens na utilização das fontes mencionadas. Em relação à primeira delas, a Pnad, citamos a vantagem de utilização dessa pesquisa pela capacidade de explorar diversos aspectos relacionados à situação das pessoas e dos domicílios no Brasil, abrindo a possibilidade de identificação de demandas e sua relação com grupos sociais específicos.

Entre as desvantagens de utilização dessa fonte de informações, mencionamos a impossibilidade de comparação dos dados aqui examinados com aqueles já publicados nas outras edições da série, principalmente os dados referentes à frequência escolar, cobertura de creches e pré-escolas. São exceções a essa regra as informações sobre o acesso a

coleta de esgoto e a rede de distribuição de água. Outra limitação está no fato de a Pnad ser uma pesquisa amostral e que, apesar de sua amostra cobrir todo o território nacional desde 2004, seus resultados contêm possibilidades de imprecisão quando observados e comparados ao longo da série histórica.

Os sistemas de registro de ocorrências do DATASUS são a segunda fonte de informações estatísticas a que recorreremos – especificamente o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – e contêm vantagens e limitações a serem mencionadas.

A primeira das vantagens de utilizarmos os sistemas que compõem o DATASUS relaciona-se com os esforços na comparação entre dados e indicadores. Os registros de saúde acumulados nos bancos de dados dos sistemas contêm, em sua maioria, informações desagregadas por cor/raça, anos de estudo, locais de ocorrência, residência e faixas etárias, o que nos auxilia no exame da distribuição das ocorrências entre esses grupos bem como inferências nas relações entre tais ocorrências e grupos.

A segunda vantagem refere-se ao alcance que a utilização dos dados provenientes dessa fonte proporciona. Segundo o relatório *Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas*, a cobertura de preenchimento dos dados nos locais de atendimento aproxima-se da totalidade:

Estima-se que, em 2013, foram notificados ao Sinasc 96,2% dos nascimentos ocorridos no Brasil, com diferenças regionais, sendo que a Região Norte apresentou a menor cobertura (91%) e a Região Sul a cobertura completa (100%) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 24).

Em relação aos registros do SIM, o mesmo relatório aponta níveis de cobertura próximos:

No ano de 2013, foram registrados 1.210.474 (óbitos) para o Brasil. Considerando o número estimado de 1.247.164, a cobertura do SIM resultou em 97,1% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 97).

Nesse sentido, os sistemas que compõem o DATASUS têm grande capacidade em revelar a realidade sobre as condições de saúde, de vida e de morte da população brasileira em todo o território nacional.

Uma das limitações implicadas na opção que fizemos está na incompletude das variáveis desagregadas, que têm qualidade relativamente inferior aos dados agregados. O relatório a que recorreremos no parágrafo anterior comenta tal perda em termos de qualidade: “Com relação à qualidade dos dados, tem-se que a completude das variáveis incluídas na análise foi superior a 93% em 2013” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 25). Para os dados referentes aos óbitos, a mesma perda em termos de qualidade é ressaltada:

A proporção de registros com informação ignorada, em 2013, correspondeu a 6% para a variável raça/cor da pele, 0,1% para sexo e 0,3% para idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 97).

Se considerarmos, por outro lado, que os percentuais de registros ignorados não superam a proporção de 10% dos casos, e que em termos de registros administrativos (excetuados os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)) o DATASUS representa a matriz de registros mais precisa disponível no país, a opção por sua utilização é razoável.

Outra limitação que merece menção refere-se à ausência de correção dos dados pelas mencionadas subnotificações, redistribuições dos locais de ocorrência ou causas mal definidas. Os óbitos corrigidos redistribuídos pela Pesquisa de Busca Ativa deixaram de ser atualizados em 2013. Em relação a também ausente padronização etária e demográfica, mantivemos a opção feita quando da publicação do primeiro relatório desta série, referente aos ODS 1, 2, 3 e 5, tendo, nesta edição, a vantagem de não nos atermos aos limites geográficos que requereriam tais correções. Como já dissemos, o foco de atenção da publicação privilegia as desigualdades entre os residentes brasileiros e seus grupos sociais.

Passaremos, agora, à exposição dos princípios metodológicos e objetivos principais desta edição do marco zero da criança e do adolescente nos ODS.

Procedimentos metodológicos

Como dissemos, esta edição procura identificar as desigualdades de acesso a serviços educacionais e suas qualidades, rendimentos *per capita* dos domicílios, ocorrências de saúde (especialmente de óbitos) e condições de vida a que estão submetidos os diversos grupos sociais brasileiros, tendo o ano de 2015 como referência.

Na análise dos dados derivados da edição de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizamos cruzamentos entre os marcadores socioeconômicos – tais como: as faixas de rendimento domiciliar mensal *per capita*, a frequência a um estabelecimento de ensino e a dependência administrativa desses estabelecimentos, a habilidade de saber ler e escrever, além da situação de ocupação dos indivíduos examinados – e marcadores sociais de identidade – como cor/raça e gênero. O exame das relações identificadas entre as variáveis mencionadas busca expor as diferentes circunstâncias em que a desigualdade que se procura enfrentar pode ser demonstrada.

Esses mesmos procedimentos foram adotados para a análise das ocorrências de saúde elencadas aqui: nascidos vivos com baixo peso ao nascer, óbitos maternos, óbitos de crianças com menos de um e cinco anos de idade e óbitos de crianças e adolescentes por homicídios; relacionando-os às variáveis de perfil socioeconômico disponíveis nos sistemas do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (anos de estudo e cor/raça dos indivíduos). Entretanto, longe de determinar causas unilaterais entre variáveis, o objetivo é o de localizar, em tais disparidades, alguns dos aspectos onde as privações podem exercer influências durante toda a vida dos residentes brasileiros.

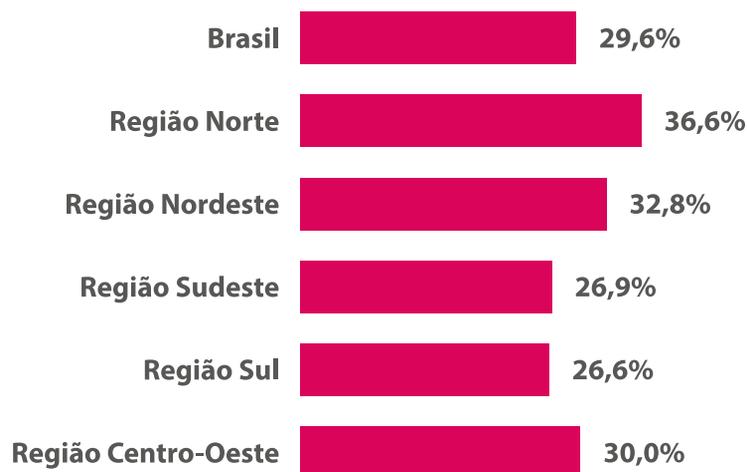
Padrão de vida

O objetivo principal desta seção é expor as condições e os padrões de vida dos residentes e domicílios brasileiros, com foco específico à população de menores de 19 anos de idade. Utilizamos, para tanto, os resultados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Com a finalidade de determinar a distribuição da população de crianças e adolescentes em território nacional, além de considerar a participação proporcional e absoluta desse grupo na composição demográfica do país, podem iluminar-se as áreas de maiores desigualdades sociais e econômicas, auxiliando na definição de prioridades nas agendas políticas.

Em termos absolutos, a população de menores de 19 anos de idade das regiões Sudeste e Nordeste, somadas, respondem por 68,8% das crianças e dos adolescentes brasileiros. Se relacionamos, por outro ponto de vista, a participação proporcional dos menores de 19 anos sobre a população de regiões específicas, observamos que as crianças e os adolescentes concentram-se, proporcionalmente, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesses territórios, em média, aproximadamente um em cada três residentes tem menos de 19 anos. Nas regiões restantes (Sul e Sudeste), essa proporção é pouco maior do que um em cada quatro dos residentes tendo essa faixa etária.

Gráfico 1: Proporção da população entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 1: População entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ENTRE ZERO E 19 ANOS DE IDADE
BRASIL	204.860.101	60.546.697
Região Norte	17.523.777	6.411.579
Região Nordeste	56.640.710	18.564.043
Região Sudeste	85.916.158	23.128.103
Região Sul	29.290.154	7.796.413
Região Centro-Oeste	15.489.302	4.646.559

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tendo em conta a distribuição da população de menores de 19 anos de idade ao longo do território brasileiro, observamos, a seguir, a localização dessa população em relação às faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Iniciaremos as análises pelas faixas de rendimentos dos residentes das Regiões Norte e Nordeste.

Agregando as faixas de rendimento de um quarto a meio salário-mínimo¹, a preponderância proporcional das crianças e dos adolescentes das Regiões Norte e Nordeste vivendo em domicílios que recebem renda nesse intervalo torna-se mais evidente. Na primeira dessas regiões, essa proporção atinge 58,3% dos residentes e pouco mais de 63,6% da população de crianças e adolescentes na Região Nordeste.

Em contraste, ambas as regiões concentram, em média, 8,9% de crianças e adolescentes residindo em domicílios de renda mensal domiciliar *per capita* de um a dois salários-mínimos. No restante do Brasil, a média dessas faixas (etárias e de rendimentos) acumula 23,6%, mais do que duas vezes a proporção do que se verifica no Norte e Nordeste. Ainda que essa circunstância seja passível de relativização, em função das diferenças nos custos de vida entre as regiões do país, sua extensão não deve tomar proporção capaz de ofuscar o fato de que a média dos residentes em domicílios cuja renda mensal *per capita* atinge até meio salário-mínimo é duas vezes menor nas outras regiões.

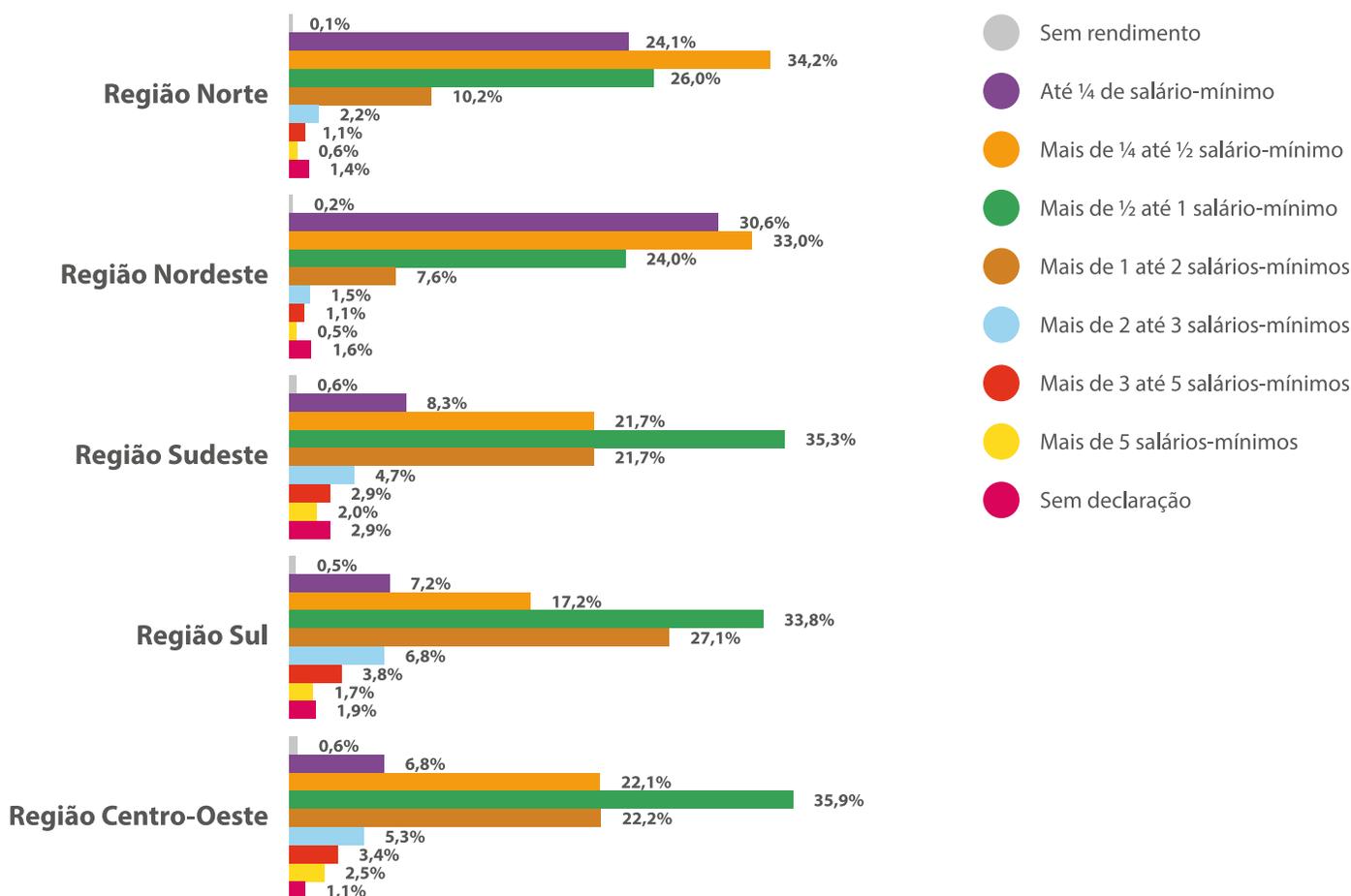
Exposto o contexto dos rendimentos dos indivíduos nas Regiões Norte e Nordeste, passamos à observação dos residentes do grupo etário em questão nas regiões restantes.

De maneira geral, aproximadamente pouco mais de um terço dos adolescentes do Sudeste, Sul e Centro-Oeste recebe renda domiciliar mensal *per capita* de meio a um salário-mínimo. Com percentuais médios menos concentrados, mais ainda assim, três vezes mais expressivos do que aqueles verificados nas regiões precedentes, estão os adolescentes de renda mais acumulada: no intervalo de mais de dois a mais de cinco salários-mínimos (de R\$ 1.576,00 a R\$ 3.940,00) que respondem, em média, por 11% da população de menores de 19 anos de idade desses territórios.

¹ O salário-mínimo federal, no ano de 2015, era de R\$ 788,00.

Por último, é importante mencionar que a faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* mais expressiva nas regiões que analisamos cobre o intervalo de mais de meio a um salário-mínimo; em média, 35% dos moradores menores de 19 anos de idade localiza sua renda domiciliar nesse grupo. Essa constatação nos informa que o rendimento mensal domiciliar *per capita* dos adolescentes brasileiros ainda é desigualmente distribuído entre as regiões brasileiras; contudo, há que se pensar, nesse mesmo raciocínio, que se o grupo de regiões que constam da primeira e da segunda análises mantém entre si índices de participação nas faixas de rendimentos *per capita* bastante semelhantes, a hipótese que atribui as disparidades de renda regionais a fenômenos de especialização econômica ou perfis de consumo e mercado internos diversos não perderia sua potência explicativa, na medida em que a disparidade tem evidência entre regiões específicas e não em todo o território nacional.

Gráfico 2: Faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* dos residentes menores de 19 anos de idade - Grandes Regiões, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 2: Número de residentes menores de 19 anos de idade segundo faixa de rendimento domiciliar mensal *per capita* - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	SEM RENDIMENTO	ATÉ ¼ DE SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE ¼ ATÉ ½ SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE ½ ATÉ 1 SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE 1 ATÉ 2 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 2 ATÉ 3 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 3 ATÉ 5 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS-MÍNIMOS	TOTAL
BRASIL	253.636	10.023.822	15.688.427	18.560.523	10.211.487	2.278.457	1.396.670	856.879	60.513.401
Região Norte	9.075	1.546.918	2.193.187	1.663.439	651.337	138.613	73.293	39.531	6.405.578
Região Nordeste	40.718	5.674.842	6.116.360	4.443.335	1.405.966	272.109	203.379	98.802	18.552.267
Região Sudeste	134.236	1.926.850	5.008.020	8.159.291	5.011.647	1.090.140	665.999	468.037	23.123.544
Região Sul	39.530	560.645	1.343.307	2.629.656	2.110.694	530.536	294.798	136.090	7.790.467
Região Centro-Oeste	30.077	314.567	1.027.553	1.664.802	1.031.843	247.059	159.201	114.419	4.641.545

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Relaciona-se, no gráfico a seguir, a faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* segundo a cor/raça dos residentes menores de 19 anos de idade.

É preciso enfatizar a influência determinante que exerce a cor/raça de um indivíduo no cotidiano brasileiro. Os evidentes padrões de segregação racial no acesso à educação superior, a seletividade das vítimas de homicídios e da população carcerária traduzem a realidade de um racismo especificamente brasileiro, pouco debatido e relutantemente reconhecido como fato.

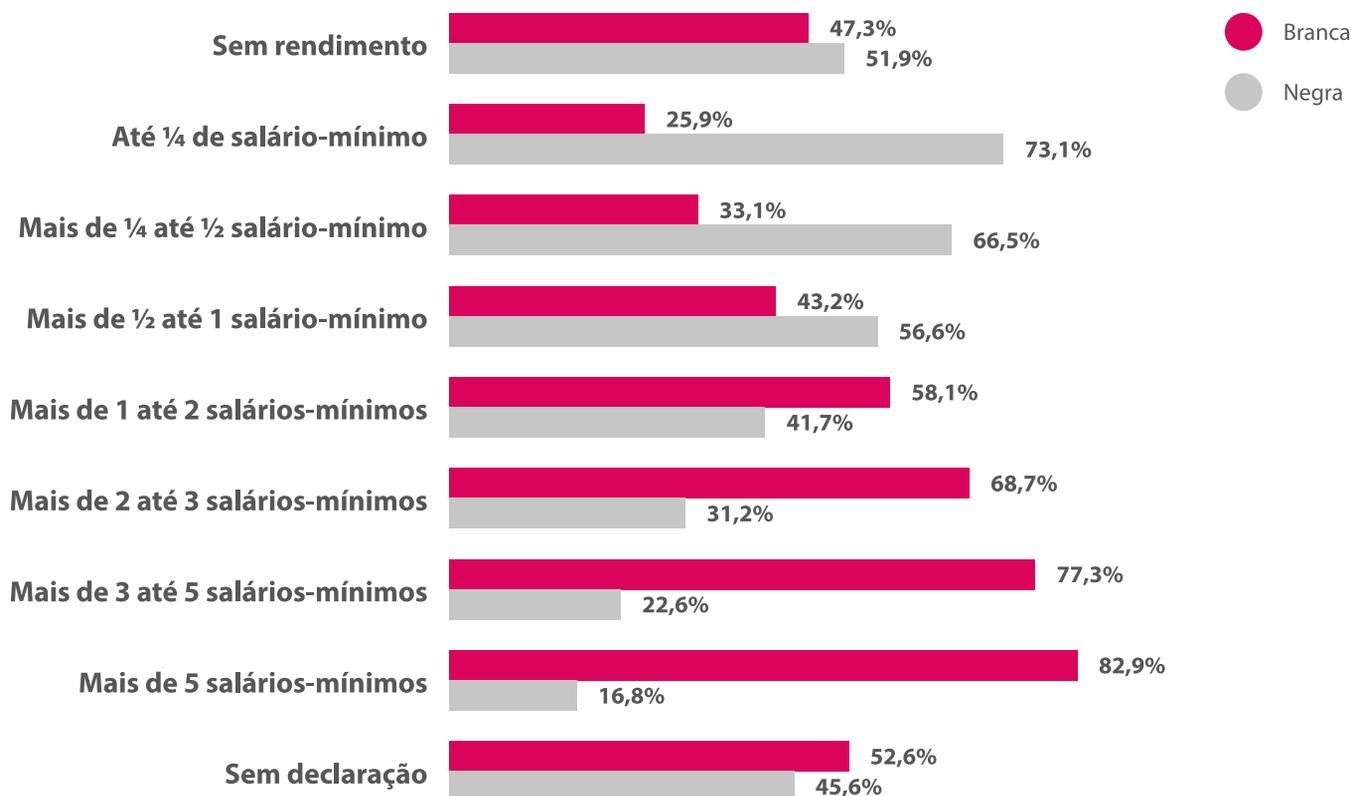
A variável examinada a seguir reafirma as conclusões identificadas por ampla variedade de pesquisas, com diversas metodologias, objetivos e fontes de produção, como o estudo realizado pelo Oxfam em 2017:

Se há diferenças grandes entre homens e mulheres, o enfoque em raça mostra que a situação da população negra é ainda mais grave. Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salário-mínimo estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários-mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário-mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários-mínimos há quatro brancos (GEORGES, 2007, p. 27).

Aqui, como em outros momentos, consideram-se brancos aqueles que se reconhecem como “brancos” e “amarelos” durante a realização da pesquisa; como negros, classificam-se aqueles que reconhecem a si mesmos como “pretos”

e “pardos”. Das desigualdades de condições que mencionamos, participam, também, as iniquidades de rendimentos entre indivíduos de cor/raça brancas e negras. A simples observação do gráfico 3 basta para que identifiquemos as afirmações feitas até aqui: a participação de brancos é diretamente proporcional à elevação das faixas de rendimento, ocupando a média de 75% de concentração entre os moradores menores de 19 anos de idade com renda *per capita* de dois ou mais salários-mínimos – entre os que afirmam possuir renda de mais de cinco salários-mínimos, essa proporção supera a relação de oito em cada dez habitantes sendo de cor/raça branca. Em sentido inversamente proporcional estão os adolescentes de cor/raça negra. Sua participação decresce na medida em que aumentam as faixas de rendimento domiciliar *per capita*, invertendo a liderança relativa quando da transição da faixa de meio a dois salários-mínimos – ocupam 56,6% dos residentes com renda *per capita* de meio a um salário-mínimo e 41,7% dos que têm renda de um a dois salários. Aproximam-se da equidade os indivíduos que declaram não perceber rendimento algum, mantendo diferença de 4,6 pontos percentuais, também mais concentrados para negros.

Gráfico 3: Faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* dos residentes menores de 19 anos de idade segundo cor/raça - Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 3: Número de residentes menores de 19 anos de idade segundo faixa de rendimento domiciliar mensal *per capita* e cor/raça - Brasil, 2015

COR/RAÇA	SEM RENDIMENTO	ATÉ ¼ DE SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE ¼ ATÉ ½ SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE ½ ATÉ 1 SALÁRIO-MÍNIMO	MAIS DE 1 ATÉ 2 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 2 ATÉ 3 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 3 ATÉ 5 SALÁRIOS-MÍNIMOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS-MÍNIMOS	SEM DECLARAÇÃO
Negra	131.748	7.326.160	10.425.183	10.496.113	4.260.631	710.378	316.321	144.177	566.571
Branca	119.948	2.591.880	5.197.075	8.009.518	5.934.994	1.565.380	1.080.143	710.074	654.395

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

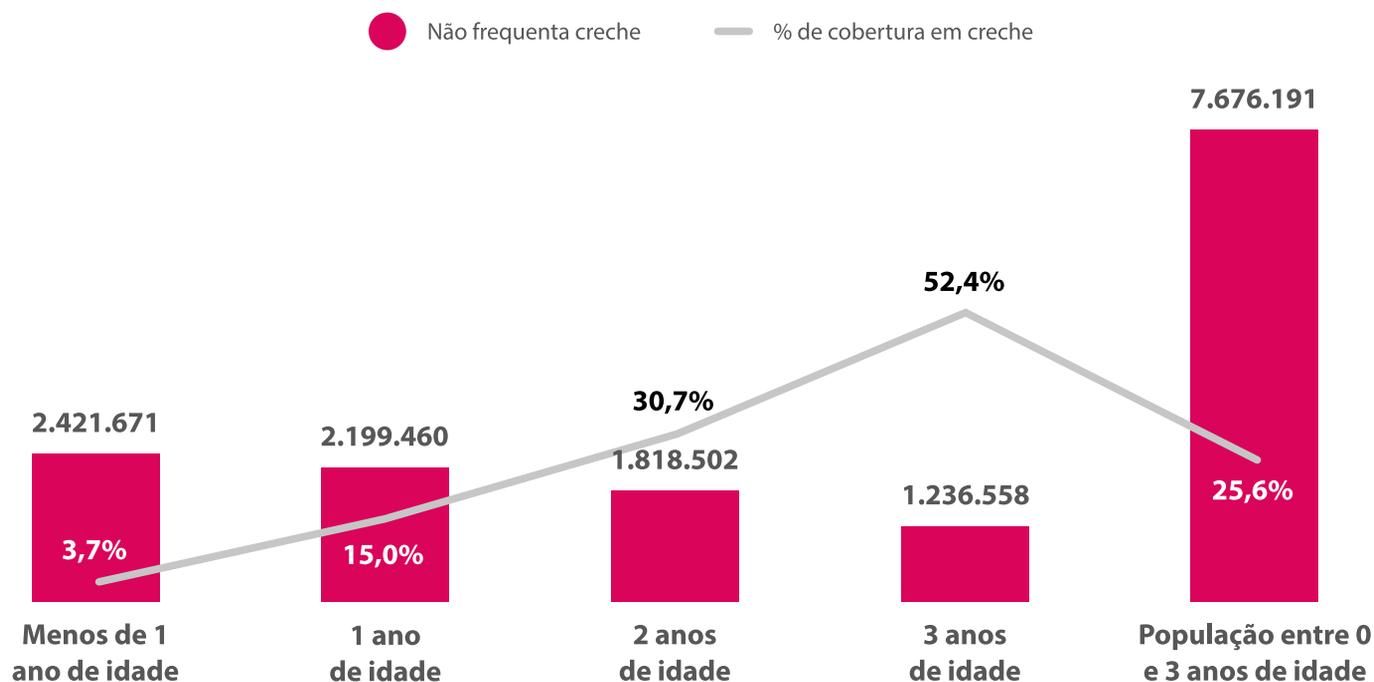
Acesso a creche

A segunda dimensão associada aos aspectos de desigualdade mencionados se referirá à educação. Nesta seção, buscaremos demonstrar a distribuição do acesso à educação bem como as condições de permanência dos indivíduos nessa trajetória, trazendo as disparidades de acesso e frequência a que estão sujeitos alguns grupos sociais específicos.

No gráfico 1, são passíveis de menção diversas características. Verifica-se que a primeira etapa da Educação Infantil (creche) ainda cobre apenas uma em cada quatro (25,6%) crianças dessa faixa. É possível perceber, também, que a frequência a creches passa a ser mais concentrada aos três anos de idade, quando pouco mais da metade dos residentes dessa faixa etária começa a frequentar um estabelecimento de ensino.

A frequência em creches entre as crianças menores de três anos de idade é diretamente proporcional a seus anos de vida, assim, pouco menos de um terço daquelas que têm dois anos frequenta um estabelecimento de ensino; tal proporção reduz-se aproximadamente pela metade quando examinadas aquelas com um ano, tendo a frequência em um estabelecimento de ensino participação em pouco menos de uma em cada seis crianças dessa idade. Essa participação reduz-se em cinco vezes para os menores de um ano, tendo apenas 3,7% dessa população frequentado creches em 2015.

Gráfico 1: População de menores de três anos de idade segundo sua frequência a creche – Brasil, 2015

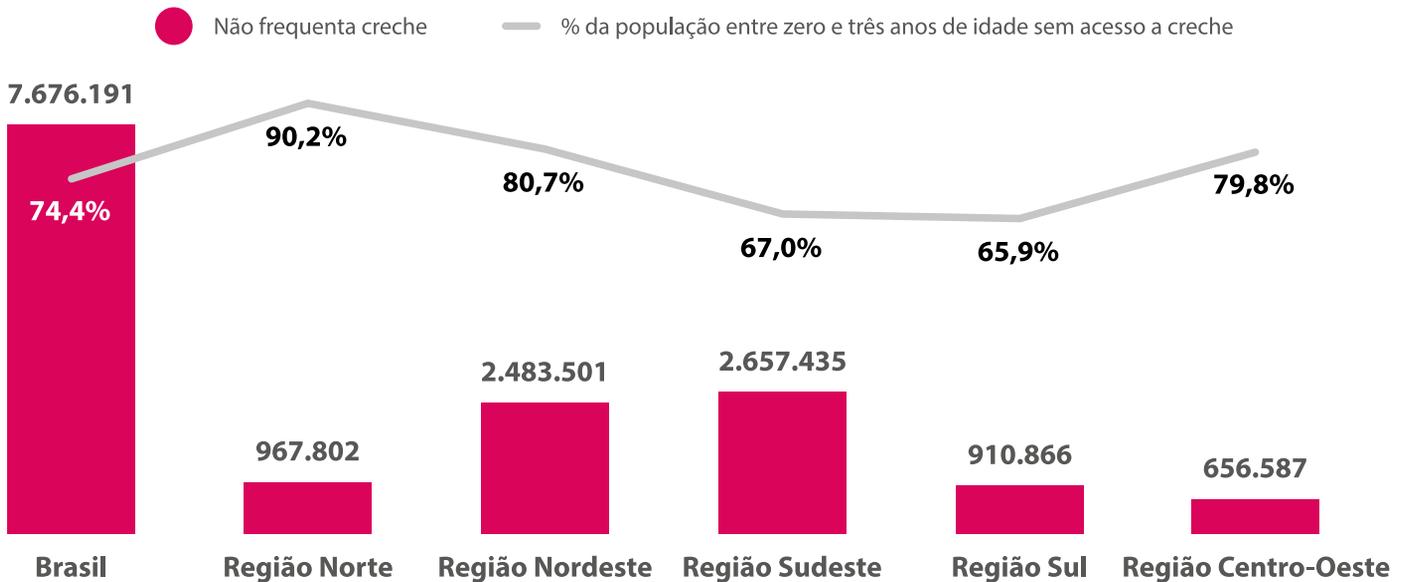


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

As análises que fizemos da frequência em creches entre os menores de três anos de idade podem ser dimensionadas com as representações do gráfico 2. Nele, tornam-se visíveis as diferentes realidades de acesso dessa população à primeira etapa da Educação Infantil pelas regiões do país. Três dessas regiões concentram proporções mais baixas de crianças frequentando um estabelecimento de ensino do que a média nacional.

O território brasileiro mais fragilizado nesse aspecto é a Região Norte, onde entre 1 milhão de residentes menores de três anos de idade, apenas 100 mil (9,8%) crianças frequentaram uma creche em 2015. Chama a atenção que a proporção mínima de frequência em creches seja de ao menos o dobro daquela verificada na Região Norte; são esses os casos do Nordeste (19,3%) e do Centro-Oeste (20,2%), ambos com aproximadamente uma em cada cinco crianças participando dessa etapa da Educação Infantil. No Sul e no Sudeste, a frequência de crianças em creches aumenta, ainda que as proporções não ultrapassem um terço da população residente nessas regiões, concentrando 34,1% e 33%, respectivamente.

Gráfico 2: Proporção da população entre zero e três anos de idade segundo sua frequência a creche – Brasil e Grandes Regiões, 2015

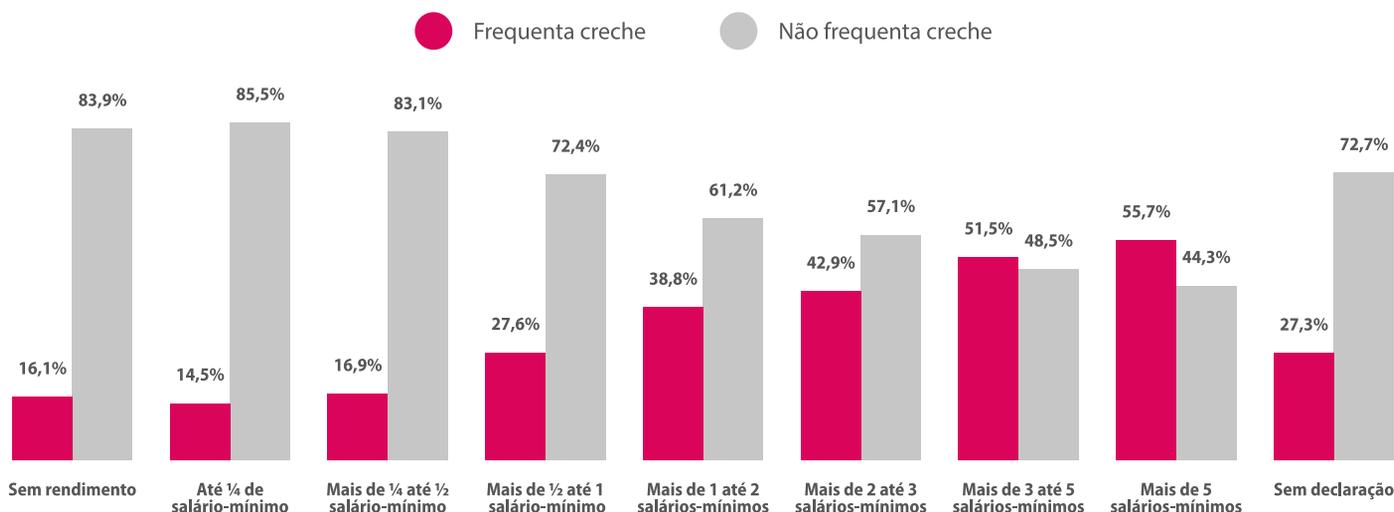


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O gráfico 3 representa outro aspecto do acesso à primeira etapa da Educação Infantil, e que pode ser determinante para a frequência em um estabelecimento de ensino: o rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Observar a distribuição do acesso em relação às faixas de rendimento domiciliar *per capita* torna evidente que o acesso à primeira etapa da Educação Infantil está intimamente relacionado à renda domiciliar. Verifica-se que a frequência em creches apresenta uma relação diretamente proporcional às faixas de rendimento domiciliar *per capita*: quanto mais altos os rendimentos domiciliares, maior a concentração de indivíduos menores de três anos de idade que frequentam um estabelecimento de ensino. De tal forma que nos grupos de rendimentos entre três e cinco salários-mínimos, mais da metade dos menores de três anos de idade frequenta uma creche, concentração quase quatro vezes maior do que aquela observada entre os grupos de renda domiciliar de até um quarto de salário-mínimo.

Gráfico 3: Proporção da população entre zero e três anos de idade segundo frequência em creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 1: População entre zero e três anos de idade segundo frequência em creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTA CRECHE	NÃO FREQUENTA CRECHE	TOTAL
Sem rendimento	9.080	47.191	56.271
Até ¼ de salário-mínimo	266.478	1.565.803	1.832.281
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	477.389	2.345.134	2.822.523
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	846.000	2.214.624	3.060.624
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	601.802	948.818	1.550.620
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	162.234	216.087	378.321
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	136.640	128.506	265.146
Mais de 5 salários-mínimos	96.300	76.555	172.855
Sem declaração	48.918	130.579	179.497
TOTAL	2.644.841	7.673.297	10.318.138

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Dentre o grupo de menores de três anos de idade que frequentava a primeira etapa da Educação Infantil em 2015, a relação entre a rede de ensino e as faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita* é ainda mais clara. O gráfico 4 mostra a concentração de indivíduos cujo rendimento domiciliar é de até dois salários-mínimos na rede pública de ensino, e de indivíduos de renda domiciliar de até três salários-mínimos na rede privada.

Se considerarmos os grupos com faixas de rendimentos domiciliares mais baixos, veremos que a frequência à rede privada de ensino, ainda que proporcionalmente baixa, é presente. As faixas de rendimentos domiciliares que cobrem os indivíduos sem rendimentos até os que recebem renda de até meio salário-mínimo – estando em situações de pobreza e extrema pobreza e com renda mensal domiciliar *per capita* máxima de R\$ 394,00 –, têm, em média, pouco mais de uma em cada dez crianças frequentando a rede privada de ensino.

A progressão de tais proporções torna mais evidente a participação da rede de ensino privada quando examinamos a frequência de menores de três anos de idade com faixas de renda domiciliar de meio a dois salários-mínimos, no seguinte sentido: a primeira faixa de rendimentos – de meio a um salário-mínimo – renda de até R\$ 788,00 – concentra um em cada cinco indivíduos frequentando a rede privada de ensino; a segunda faixa tem o dobro dessa concentração, dois em cada cinco indivíduos – vivendo em um domicílio com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 1.576,00 – frequentando a rede privada. Entre os indivíduos com rendimentos domiciliares *per capita* maiores do que dois salários-mínimos, a frequência em redes privadas de ensino assume maioria absoluta, passando de 70,2% a 96,3% entre os menores de três anos.

Nesse sentido, é curioso notar, também, que a celebração de convênios com estabelecimentos de educação privada tem constituído estratégia dos órgãos de administração pública (estaduais e municipais) para ampliar a oferta de matrículas em creches. Através desses convênios com o Poder Público, as administrações têm ampliado a frequência nessa etapa de ensino, principalmente entre aqueles de renda domiciliar mensal *per capita* mais baixas, que mais são afetados pelos custos da educação. Tal opção, porém, reflete a dinâmica de funcionamento da política de assistência social, da qual a primeira etapa da Educação Infantil é herdeira. Ainda que se refiram ao caso paulistano, Nascimento e Silva (2015) recuperam a história da alteração das atribuições das creches:

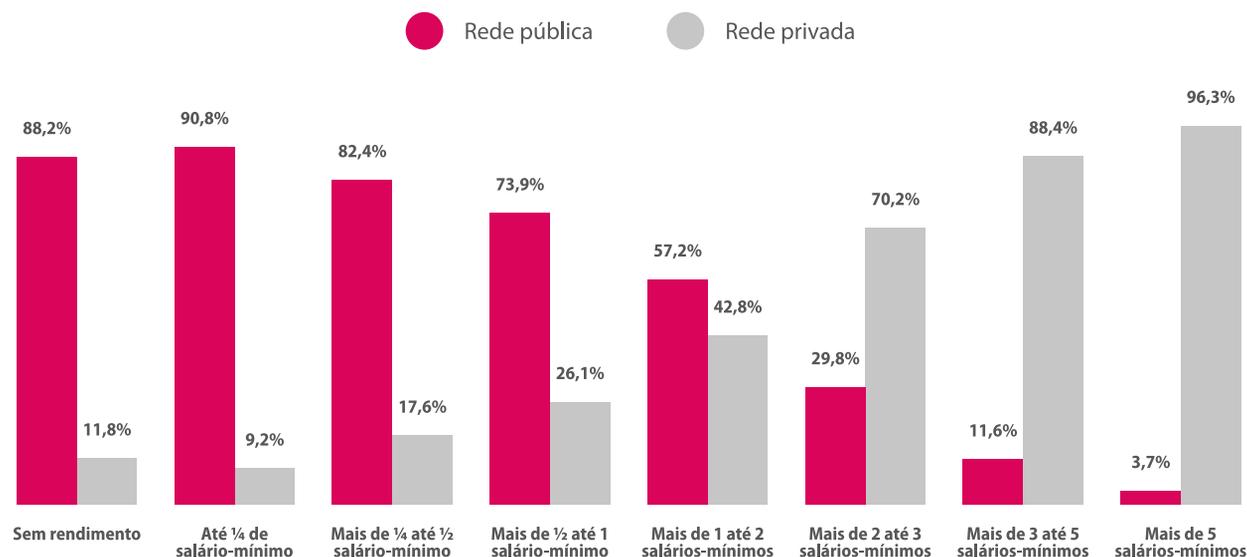
Com a transposição das creches para a SME (Secretaria Municipal da Educação), esperava-se que a política de conveniamento de entidades para a criação de novas vagas fosse diminuindo e que proporcionalmente a rede direta fosse ampliada, em especial por conta do processo de formação docente que se deu na ocasião da transposição destes equipamentos para a educação, que passou a exigir dos profissionais que atuavam no atendimento direto às crianças a formação mínima no magistério em nível médio, e com o enquadramento destes como docentes na carreira do magistério municipal (NASCIMENTO; SILVA, 2015, p. 4).

Destacando as diferenças de qualidade entre os serviços ofertados pelas creches públicas e aquelas conveniadas ao Poder Público, como as diferenças nos pisos salariais, cargas horárias mais extensas com menos garantias de formação continuada e vínculos de trabalho precários, os autores analisam os rumos tomados pela política de convênios:

Vale destacar que a política de convênios é vista como uma opção transitória, na qual se vislumbraria o seu fim à medida em que a rede fosse se reorganizando e construindo as suas próprias unidades escolares. No caso do município, essa situação está posta como permanente, agravando-se quando pensamos na política de expansão dos Centros de Educação Infantil (CEI) indiretos, em que a proprietária do prédio é a própria prefeitura, eliminando assim o argumento de falta de espaços físicos para a implementação da unidade educacional (NASCIMENTO; SILVA, 2015, p. 7).

A presença das instituições privadas entre os residentes de rendimentos domiciliares mais baixos, portanto, sugere que a celebração de convênio entre as instituições privadas e o Poder Público constitui uma opção que abrangia, em 2015, 46,1% das matrículas em creches privadas, segundo o Censo Escolar daquele ano.

Gráfico 4: Proporção da população entre zero e três anos de idade segundo rede de ensino da creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 2: População entre zero e três anos de idade segundo rede de ensino da creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Sem rendimento	8.012	1.068	9.080
Até ¼ de salário-mínimo	241.950	24.528	266.478
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	393.465	83.924	477.389
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	625.084	220.916	846.000
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	344.060	257.742	601.802
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	48.402	113.832	162.234
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	15.835	120.805	136.640
Mais de 5 salários-mínimos	3.569	92.731	96.300
Sem declaração	25.609	23.309	48.918
TOTAL	1.705.986	938.855	2.644.841

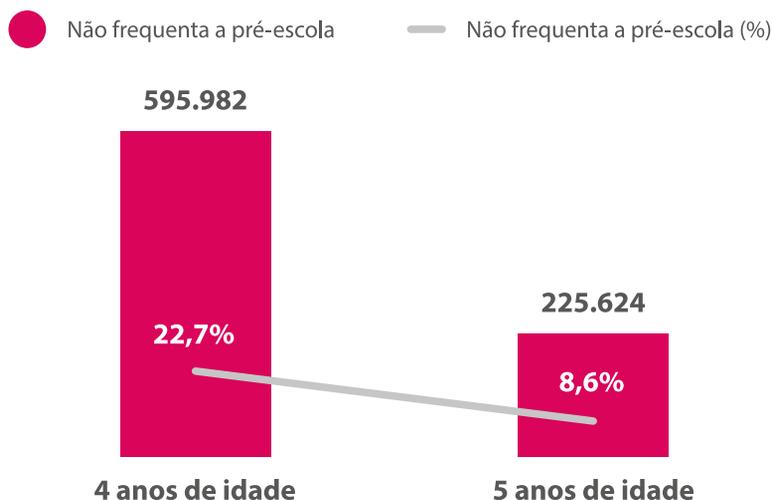
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A seção que segue examina a frequência dos residentes de quatro a cinco anos de idade em um estabelecimento de ensino da pré-escola.

Em relação ao que se verificou quando da análise da frequência dos menores de três anos de idade a um estabelecimento de ensino, vemos, neste caso, situação diversa: entre os residentes menores de quatro anos, mais de três em cada quatro (77,3%) frequentava uma pré-escola em 2015. É notória, também, a mesma relação diretamente proporcional entre a idade e a frequência em um estabelecimento de ensino; entre os residentes de cinco anos de idade, menos de um em cada dez não frequentava a pré-escola. Nesse sentido, a segunda etapa da Educação Infantil é mais acessada pelos residentes brasileiros menores de cinco anos.

Acesso a pré-escola

Gráfico 1: População entre quatro e cinco anos de idade segundo sua frequência a pré-escola – Brasil, 2015



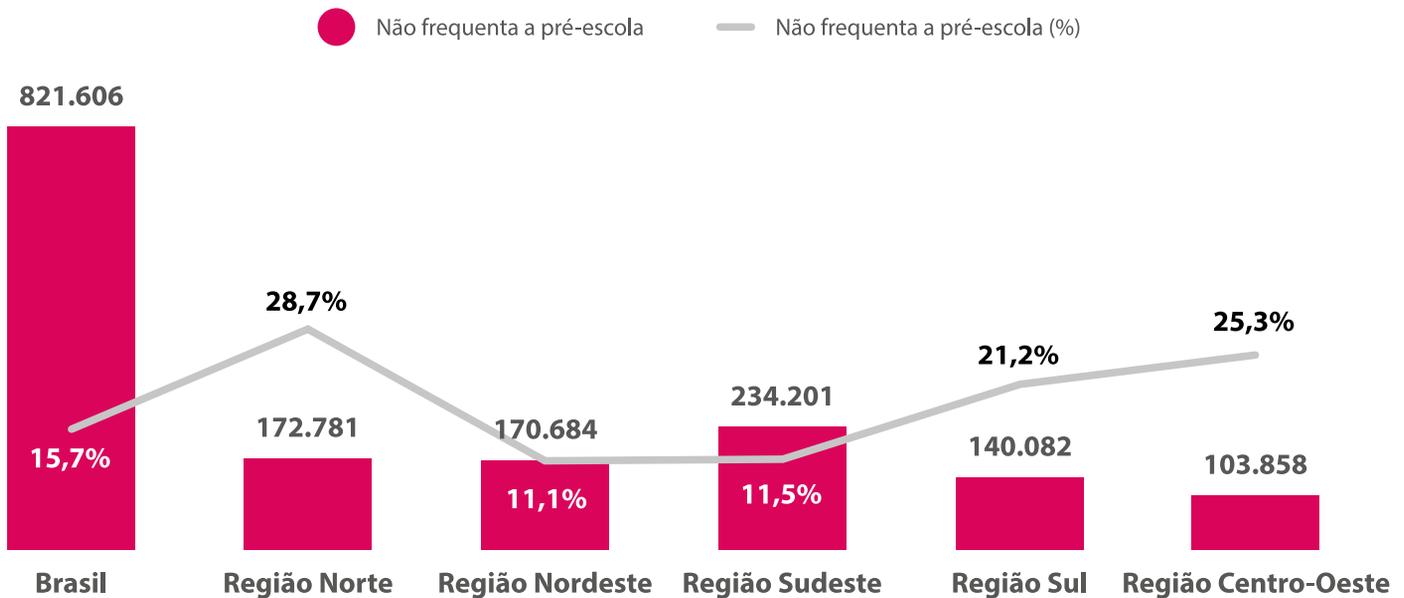
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O acesso a pré-escola ao longo das Grandes Regiões do país guarda semelhanças com o padrão de acesso verificado quando da análise da frequência a creches. A Região Norte (28,7%) permanece concentrando a maior demanda por acesso a pré-escola entre todas as regiões do país, tendo pouco mais de duas em cada sete crianças entre quatro e cinco anos de idade do território não frequentando um estabelecimento de ensino, proporção próxima àquela verificada entre os residentes da Região Centro-Oeste, onde aproximadamente pouco mais de uma em cada quatro crianças entre quatro e cinco anos não frequenta a etapa da Educação Básica em questão.

As regiões restantes demonstram proporções de residentes que não frequentam a pré-escola menos concentradas, a Região Sul, tendo proporção de pouco mais de uma em cada cinco crianças sem acesso à essa etapa, é a que acumula maior *deficit* de acesso. Aproximadamente uma em cada dez crianças entre quatro e cinco anos de idade não frequenta a pré-escola nas Regiões Sudeste e Nordeste, sendo maior a demanda por frequência em creches na primeira dessas regiões (11,5%).

A cobertura da pré-escola é nacionalmente mais extensa do que aquela verificada para as creches, nesse primeiro caso, pouco menos de uma em cada seis crianças (15,7%) não frequenta um estabelecimento de ensino dessa etapa da Educação Básica.

Gráfico 2: População entre quatro e cinco anos de idade segundo a frequência em pré-escola – Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

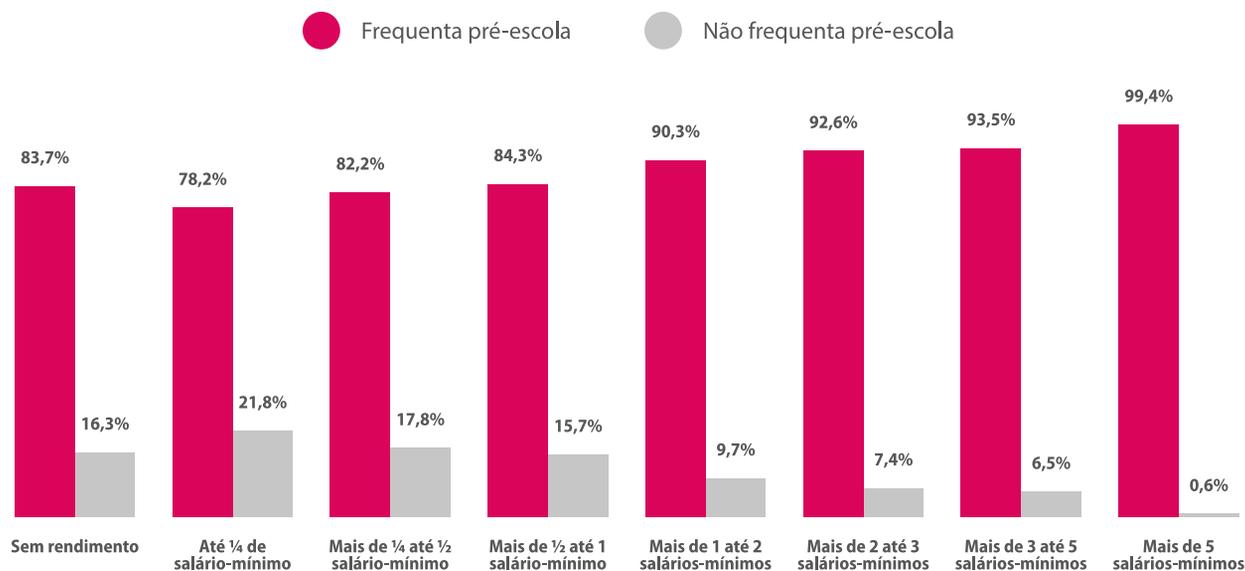
A relação entre a renda mensal domiciliar *per capita* e a frequência a pré-escola parece desempenhar papel mais decisivo do que aquele observado entre os menores de três anos de idade. Quando examinamos a participação naquela etapa de ensino, foi possível perceber que a frequência em creches tinha uma relação diretamente proporcional com a renda mensal domiciliar *per capita* da família, atingindo, entretanto, a proporção máxima de 55,7% das crianças menores de três anos frequentando creches entre os residentes em domicílios com renda de mais de cinco salários-mínimos. Entre as crianças que frequentam um estabelecimento de ensino da pré-escola, quase a totalidade das residentes em domicílios cujas famílias têm renda domiciliar mensal *per capita* de mais de cinco salários-mínimos encontra-se frequentando essa etapa de ensino.

Esse percentual torna-se mais reduzido nas faixas de rendimento que cobrem as famílias de renda de mais de um salário-mínimo até as que têm renda de até cinco salários-mínimos. No entanto, as crianças que não frequentam as pré-escolas não superam a proporção de uma em cada dez, sendo a mais próxima desse valor aquela verificada entre as famílias que têm renda mensal domiciliar *per capita* entre um e dois salários-mínimos, com 9,7% das crianças residentes nesses domicílios sem frequentar a etapa.

Nas famílias que recebem renda domiciliar de menos de um salário-mínimo, as proporções de crianças que não frequentam a escola são mais acentuadas, atingindo aproximadamente uma em cada cinco crianças entre quatro e cinco anos de idade; chama a atenção que esse percentual não se localiza entre as famílias de rendimento domiciliar mensal *per capita* no limite inferior (sem rendimento), mas entre as famílias cuja renda é de até um quarto de salário-mínimo, onde 21,8% das crianças entre quatro e cinco anos não frequentam a pré-escola. Essa informação sugere que a frequência pode estar relacionada ao cuidado das crianças cujos pais encontram-se ocupados, desempenhando alguma atividade remunerada ou em busca de um emprego, razão pela qual a proporção de crianças que frequentam a pré-escola entre as famílias que têm algum rendimento (ainda que essas enquadrem-se entre as que vivem em condições de pobreza extrema) é 5,5 pontos menor do que aquela verificada entre as famílias sem nenhum rendimento mensal domiciliar *per capita* – onde aproximadamente uma em cada seis crianças não frequenta a pré-escola.

Para as famílias de renda mensal domiciliar *per capita* de mais de um quarto a meio salário-mínimo, a média de crianças entre quatro e cinco anos de idade que encontram-se frequentando a pré-escola é de 83,2%.

Gráfico 3: Proporção da população entre quatro e cinco anos de idade segundo frequência em pré-escola e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 1: População entre quatro e cinco anos de idade segundo a frequência em pré-escola e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTA PRÉ-ESCOLA	NÃO FREQUENTA PRÉ-ESCOLA	TOTAL
Sem rendimento	23.218	4.512	27.730
Até ¼ de salário-mínimo	713.883	199.309	913.192
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	1.130.857	244.413	1.375.270
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	1.357.883	253.465	1.611.348
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	739.510	79.131	818.641
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	178.341	14.177	192.518
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	98.293	6.846	105.139
Mais de 5 salários-mínimos	74.343	442	74.785
Sem declaração	101.879	18.810	120.689
TOTAL	4.418.207	821.105	5.239.312

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Entre as crianças que frequentam a pré-escola, é possível verificar a presença dos estabelecimentos da rede privada, inclusive entre aquelas famílias de rendimento mensal domiciliar *per capita* mais baixo. A observação da frequência de pré-escolas privadas entre as crianças que frequentavam essa etapa, nas famílias sem rendimento mensal domiciliar *per capita*, talvez reafirme a hipótese de que a função da pré-escola seja essencial para os cuidados das crianças entre as famílias que estejam ocupadas em alguma atividade remunerada ou que busquem uma forma de adquirir renda. É pertinente considerar que as matrículas de estabelecimentos privados conveniados com o Poder Público são menos concentradas entre os frequentadores da pré-escola, representando 19,8% das matrículas do ano de 2015².

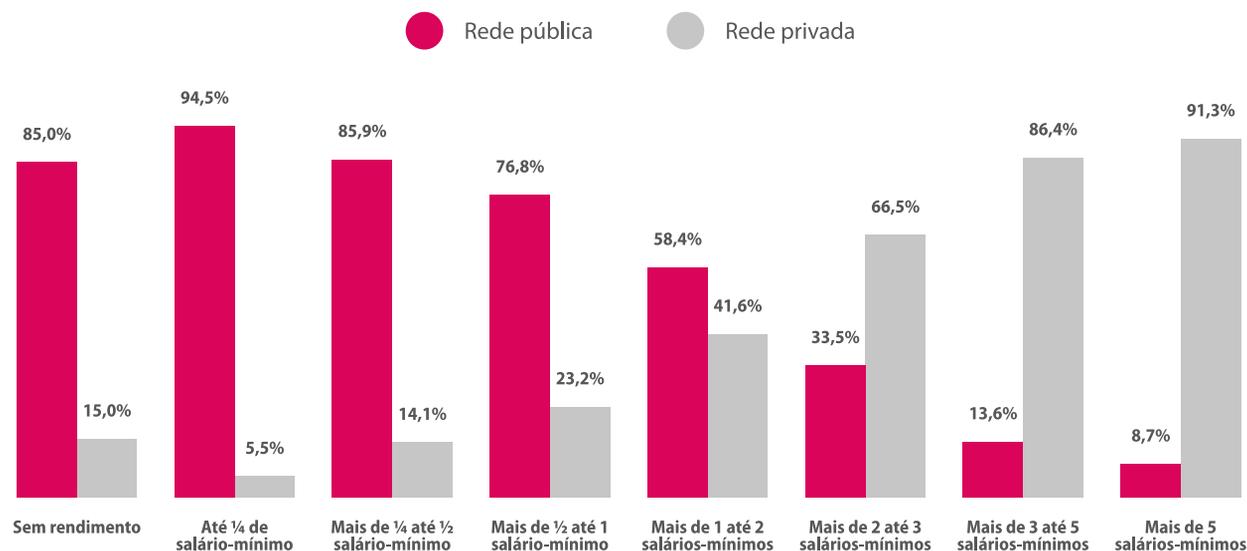
Nas faixas de rendimentos seguintes, a presença das redes privadas de ensino tende a tornar-se mais frequente na medida em que aumenta o rendimento mensal domiciliar *per capita* da família. Assim, é possível notar que o custeio de uma instituição privada de ensino para crianças entre quatro e cinco anos de idade assume preponderância para as famílias de rendimento mensal domiciliar *per capita* mais baixo; para os residentes de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até um quarto de salário-mínimo, e aqueles que têm rendimento de mais de meio até um salário-mínimo, a participação proporcional dos estabelecimentos da rede privada de ensino aumenta em mais de quatro vezes,

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Microdados do Censo da Educação Básica 2015.

passando de 5,5% das crianças entre quatro e cinco anos para 23,2%. É importante ter em conta que a opção pelas instituições privadas de ensino tem maior peso nas despesas dessas famílias, reafirmando que a educação nessas redes de ensino pode ser tida como um investimento necessário, ou uma prioridade do orçamento familiar.

A progressão da frequência nos estabelecimentos de pré-escola na rede privada assume maior protagonismo entre as crianças que utilizam esse serviço a partir da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* de mais de dois salários-mínimos às famílias que recebem renda superior a cinco salários-mínimos. Na primeira dessas mencionadas faixas de rendimento, a proporção é de aproximadamente dois terços das crianças entre quatro e cinco anos de idade frequentando um estabelecimento de ensino privado. No caso da população de renda domiciliar *per capita* de mais de cinco salários-mínimos, mais de nove em cada dez crianças estão matriculadas em pré-escolas da rede privada.

Gráfico 4: População entre zero e cinco anos de idade segundo rede de ensino em que frequenta e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 2: População entre quatro e cinco anos de idade segundo rede de ensino em que frequenta e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL
Sem rendimento	19.742	3.476	23.218
Até ¼ de salário mínimo	674.675	39.208	713.883
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	970.975	159.882	1.130.857
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	1.042.809	315.074	1.357.883
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	431.526	307.984	739.510
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	59.692	118.649	178.341
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	13.349	84.944	98.293
Mais de 5 salários-mínimos	6.454	67.889	74.343
Sem declaração	70.759	31.120	101.879
TOTAL	3.289.981	1.128.226	4.418.207

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

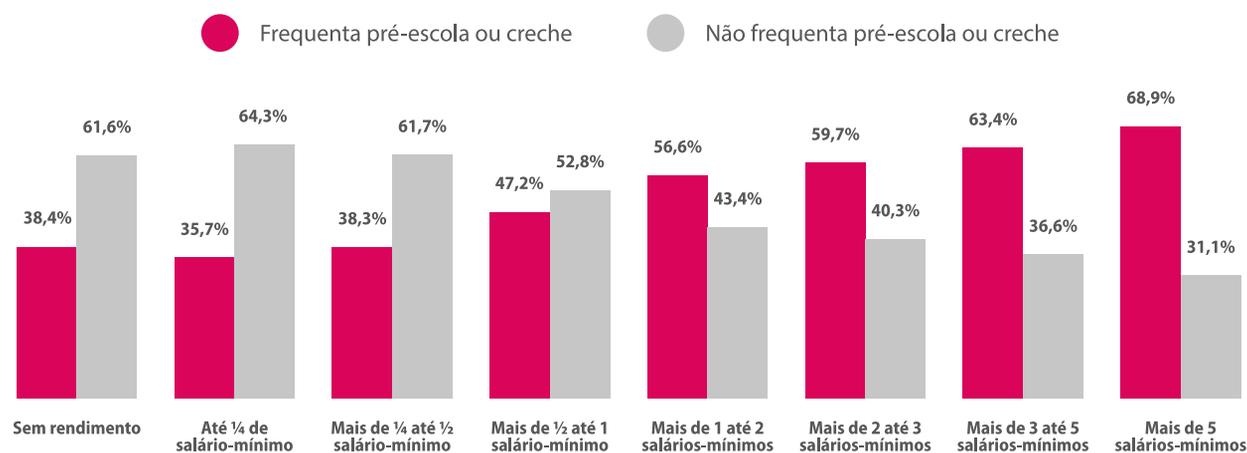
Primeira Infância

Tendo realizado a análise da distribuição do acesso nas primeiras etapas da Educação Infantil, relacionamos a frequência das crianças nos grupos etários de menores de três anos de idade e entre aquelas de quatro e cinco anos com suas características econômicas e regionais, e passaremos à análise de outros fatores associados às condições de vida da população de menores de cinco anos como um todo: a qualidade da aprendizagem que recebem e sua relação com o trabalho, além das possibilidades de frequência e permanência em um estabelecimento de ensino da Educação Infantil a que determinados grupos sociais estão sujeitos.

A distribuição das crianças entre zero e cinco anos de idade em relação ao seu acesso a pré-escola ou creche e a renda mensal domiciliar *per capita* demonstram convergências com o que verificamos quando do cruzamento dessa variável nas creches e pré-escolas: um primeiro aspecto dessa convergência se verifica na tendência diretamente proporcional entre a renda domiciliar *per capita* e a frequência a escola ou creche.

Também, como se verificou quando da análise específica para cada um dos ciclos da Educação Infantil, há exceção entre a população residente em domicílios sem rendimentos em relação àqueles que recebem renda de até um quarto de salário-mínimo: a frequência é mais comum entre as famílias que não têm rendimentos, ainda que de forma menos acentuada, reforçando a hipótese que sugere uma relação importante entre essa e os cuidados das crianças residentes no domicílio.

Gráfico 1: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo frequência em pré-escola ou creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 1: População entre zero e cinco anos de idade segundo frequência em pré-escola ou creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTA PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	NÃO FREQUENTA PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	TOTAL
Sem rendimento	32.298	51.703	84.001
Até ¼ de salário-mínimo	980.361	1.765.112	2.745.473
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	1.608.246	2.589.547	4.197.793
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	2.203.883	2.468.089	4.671.972
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	1.341.312	1.027.949	2.369.261
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	340.575	230.264	570.839
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	234.933	135.352	370.285
Mais de 5 salários-mínimos	170.643	76.997	247.640
Sem declaração	150.797	149.389	300.186
TOTAL	7.063.048	8.494.402	15.557.450

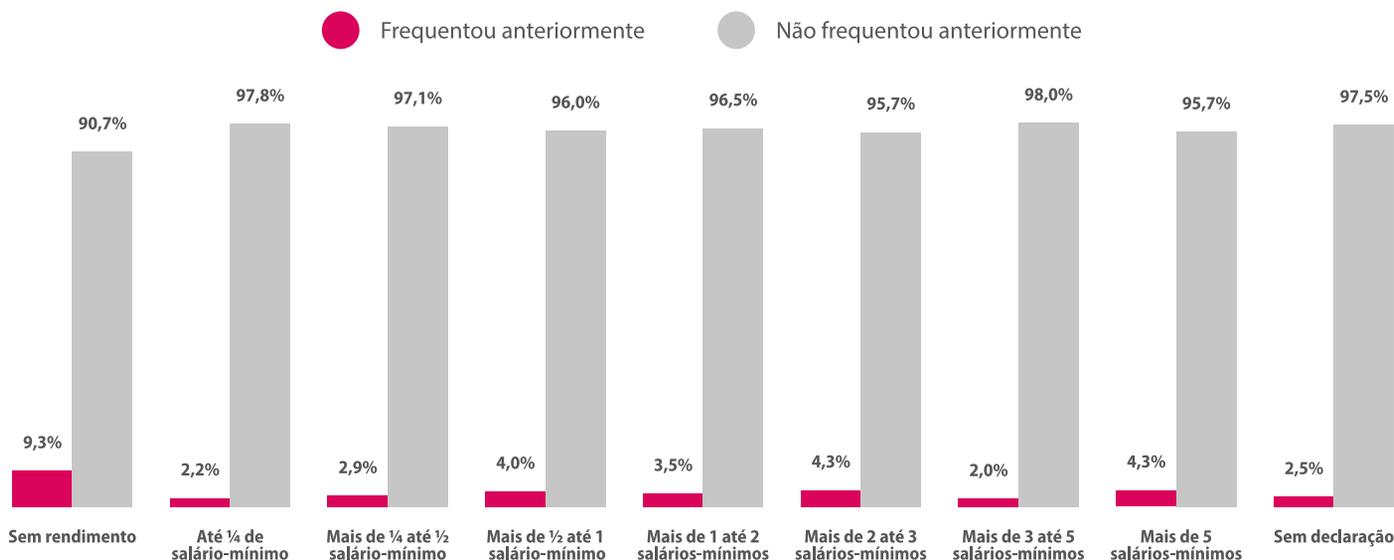
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O exame dos gráficos que relacionavam a população que frequentava uma escola ou creche e sua renda domiciliar mensal *per capita* nos sugeriu a hipótese de que a frequência a um estabelecimento de ensino, nas famílias em que os rendimentos eram mais escassos, ou inexistentes, é mais concentrada e, portanto, representa uma demanda mais urgente dessa população.

No caso que analisaremos a seguir, essa hipótese ganha relevância, na medida em que a proporção de indivíduos que não frequentam a escola, mas já a frequentaram, se localiza principalmente entre aqueles cuja família não possui rendimentos, com 9,3% das crianças já tendo frequentado a escola ou a creche. Essa proporção supera em aproximadamente cinco pontos percentuais a parcela das crianças menores de cinco anos de idade que frequentavam a escola em domicílios de renda mensal *per capita* de mais de cinco salários-mínimos.

Nesse sentido, é importante considerar que entre as famílias de rendimento domiciliar *per capita* mais baixo – como outras análises já evidenciaram – a frequência a um estabelecimento de ensino pode contribuir para a manutenção das prioridades dos membros adultos de um domicílio; seja essa prioridade a obtenção de emprego, o investimento em estudos ou a possibilidade de economia com os gastos no cuidado de uma ou mais crianças no domicílio durante o período letivo.

Gráfico 2: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo frequência anterior em pré-escola ou creche e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 2: População entre zero e cinco anos de idade segundo frequência anterior em pré-escola ou creche e faixa de rendimento mensal domiciliar – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTOU ANTERIORMENTE PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	NÃO FREQUENTOU ANTERIORMENTE PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	TOTAL
Sem rendimento	4.810	46.893	51.703
Até ¼ de salário-mínimo	38.486	1.726.626	1.765.112
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	75.649	2.513.898	2.589.547
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	98.285	2.369.804	2.468.089
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	35.594	992.355	1.027.949
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	9.923	220.341	230.264
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	2.753	132.599	135.352
Mais de 5 salários-mínimos	3.330	73.667	76.997
Sem declaração	3.792	145.597	149.389
TOTAL	272.622	8.221.780	8.494.402

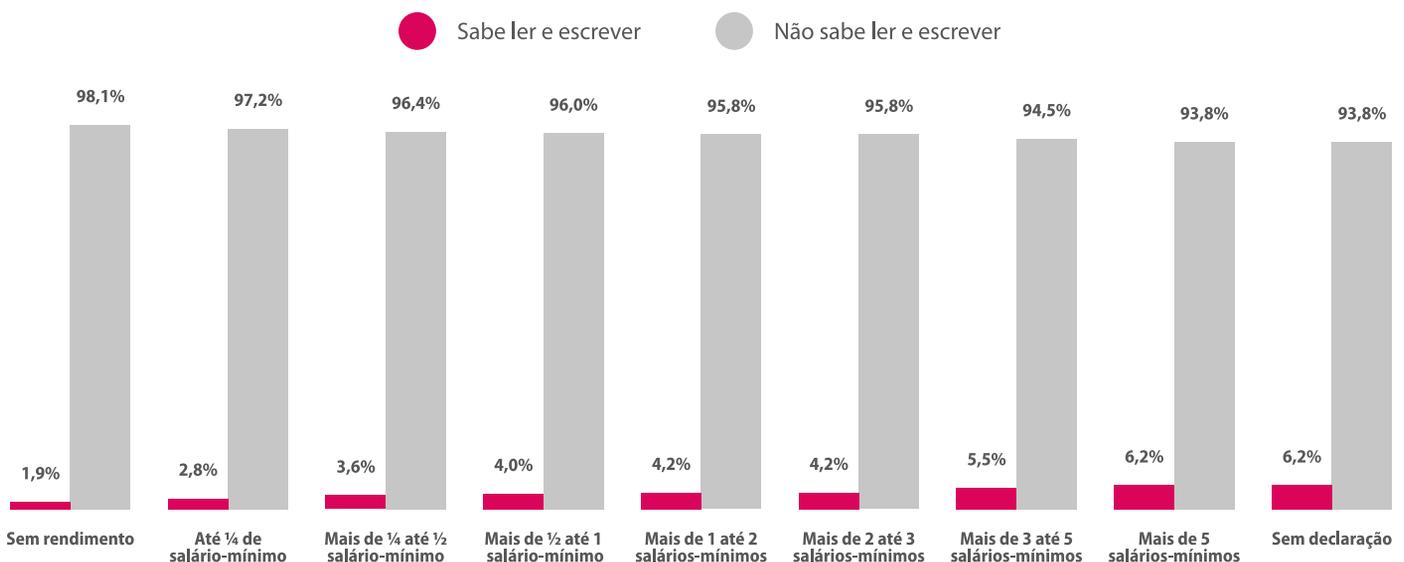
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Além das disparidades de acesso a escolas e creches, que observamos no gráfico 1, é possível notar também que a qualidade do ensino ofertado mantém estreita relação com a renda domiciliar *per capita* da população de menores de cinco anos de idade. Entre as crianças que frequentam uma escola ou creche, examinamos em que faixas de rendimento se localizam aquelas que têm, já nesta idade, a habilidade de saber ler e escrever.

Ainda que a alfabetização das crianças possa ser completa até os oito anos de idade, é interessante que se observe que essa competência é presente em alguns casos. A observação dessa manifestação em relação às faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita* demonstram que, em média, 4,2% dos indivíduos menores de cinco anos que frequentam um estabelecimento de ensino desenvolvem a capacidade de saber ler e escrever; uma análise mais específica, entretanto, revela que a qualidade ofertada aos alunos também sofre a influência do rendimento domiciliar *per capita* dessas pessoas.

Verifica-se, assim, que a capacidade de saber ler e escrever é diretamente proporcional às faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita* das crianças; e a proporção de crianças que é capaz de saber ler e escrever entre as faixas de rendimentos mais baixos, ou inexistentes, é três e duas vezes menor – respectivamente – do que aquela em que as crianças residem em domicílios com renda mensal domiciliar *per capita* de mais de cinco salários-mínimos. Entre os indivíduos que habitam domicílios com faixas de rendimento de mais de cinco salários-mínimos, aproximadamente uma em cada 16 crianças tem essa habilidade; enquanto que uma em cada 36 crianças com rendimento de até um quarto de salário-mínimo é capaz de saber ler e escrever com até cinco anos de idade. Para as crianças residentes em domicílios sem rendimentos, tal proporção pode atingir uma em cada 49 crianças.

Gráfico 3: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo a habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 3: População entre zero e cinco anos de idade segundo habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

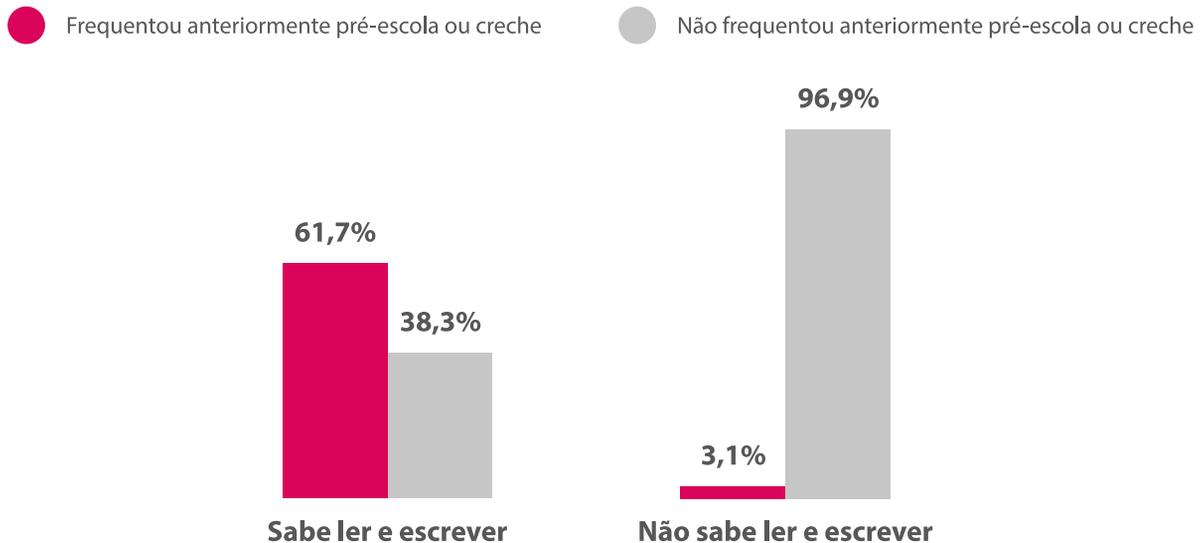
FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	SABE LER E ESCREVER	NÃO SABE LER E ESCREVER
Sem rendimento	1.556	82.445
Até ¼ de salário-mínimo	77.396	2.668.077
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	149.598	4.048.195
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	188.006	4.483.966
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	99.683	2.269.578
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	24.245	546.594
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	20.182	350.103
Mais de 5 salários-mínimos	15.288	232.352
Sem declaração	18.635	281.551
TOTAL	594.589	14.962.861

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A qualidade da oferta da Educação Infantil às crianças menores de cinco anos de idade, bem como sua frequência a um estabelecimento de ensino, parece influenciar de maneira decisiva no seu processo de alfabetização. Essa hipótese, ainda que exploratória, é passível de verificação pela análise do gráfico 4.

Estão relacionados nesse gráfico os indivíduos que não frequentavam um estabelecimento de ensino quando da aplicação da pesquisa, mas que já frequentaram em algum momento. Verifica-se que entre os indivíduos que já frequentaram uma pré-escola ou creche, pouco mais de três em cada cinco afirmaram saber ler ou escrever. A evidência de tal influência encontra-se na situação contrária daqueles que afirmam nunca terem frequentado um estabelecimento de ensino, quase sua totalidade (96,9%) declara não saber ler ou escrever.

Gráfico 4: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo a habilidade de saber ler e escrever e frequência anterior em pré-escola ou creche – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 4: População entre zero e cinco anos de idade segundo a habilidade de saber ler e escrever e frequência anterior em pré-escola ou creche – Brasil, 2015

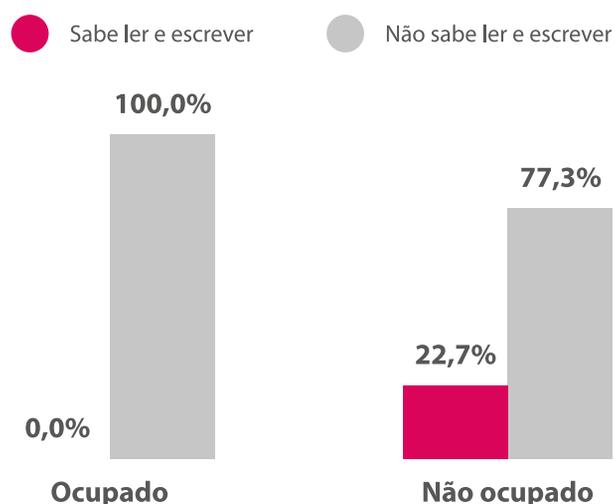
HABILIDADE DE SABER LER E ESCREVER	FREQUENTOU ANTERIORMENTE PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	NÃO FREQUENTOU ANTERIORMENTE PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	TOTAL
Sabe ler e escrever	10.605	6.577	17.182
Não sabe ler e escrever	262.017	8.218.598	8.480.615
TOTAL	272.622	8.225.175	8.497.797

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Outra condição passível de influência na alfabetização, não associada diretamente à qualidade do ensino ou à escola, é o fato de desempenhar algum tipo de trabalho: relacionamos as crianças de cinco anos de idade que afirmaram estarem trabalhando no ano de 2015. Aqui, é necessário alertarmos que não participam das questões de ocupação as crianças menores de cinco anos, constando, portanto, apenas os indivíduos de cinco anos de idade.

Os dados sugerem, como apresentado no gráfico 4, a hipótese de que há influência entre o desempenho de algum tipo de trabalho e a alfabetização das crianças de cinco anos de idade; cabe ressaltar, contudo, que não é ponto pacífico na literatura especializada a manifestação ou a interferência dessas condições na alfabetização das crianças dessa idade. Entretanto, para os 1.247 casos de indivíduos de cinco anos que afirmaram desempenhar algum tipo de trabalho durante o ano de referência da pesquisa, nenhum informa deter a habilidade de saber ler ou escrever, enquanto entre os que afirmam não estarem ocupados em algum trabalho, mais de um em cada cinco indivíduos (22,7%) desenvolveram tal habilidade.

Gráfico 5: População de cinco anos de idade segundo a habilidade de saber ler e escrever e situação de ocupação – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 5: População de cinco anos de idade segundo a habilidade de saber ler e escrever e situação de ocupação – Brasil, 2015

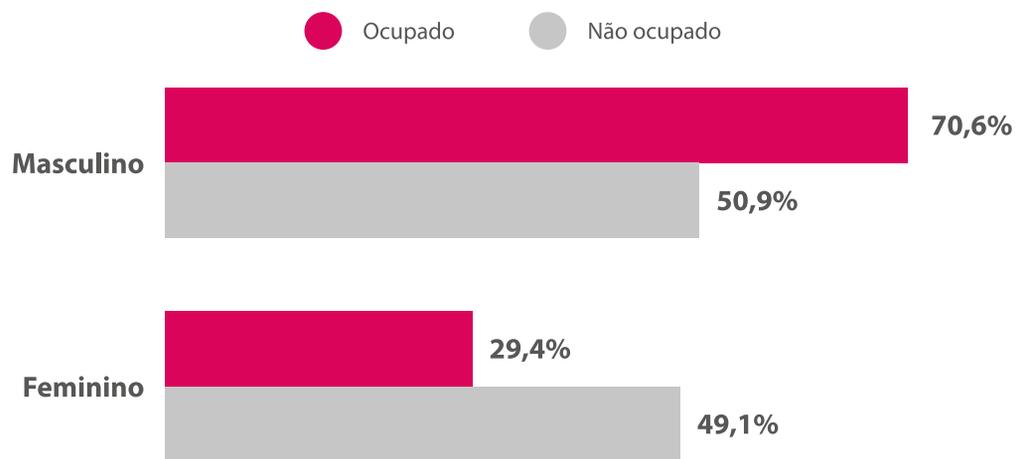
SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	SABE LER E ESCREVER	NÃO SABE LER E ESCREVER	TOTAL
Ocupado	-	1.247	1.247
Não ocupado	595.031	2.024.710	2.619.741
TOTAL	595.031	2.025.957	2.620.988

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Para ilustrar o raciocínio que iniciamos ao apresentar os dados referentes à população de crianças com cinco anos de idade ocupadas e não ocupadas, relacionamos essa população ao seu sexo e situação de ocupação.

Entre as 1.247 crianças de cinco anos de idade que estavam ocupadas no período de referência da pesquisa, mais de 70% eram do sexo masculino, o que nos sugere que os meninos são recrutados mais cedo para o trabalho do que as meninas, ainda que haja a presença do sexo feminino em quase 30% dos casos.

Gráfico 6: Proporção da população de cinco anos de idade segundo situação de ocupação – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 6: População de cinco anos de idade segundo a situação de ocupação – Brasil, 2015

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Ocupado	881	366	1.247
Não ocupado	1.333.932	1.285.809	2.619.741
TOTAL	1.334.813	1.286.175	2.620.988

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

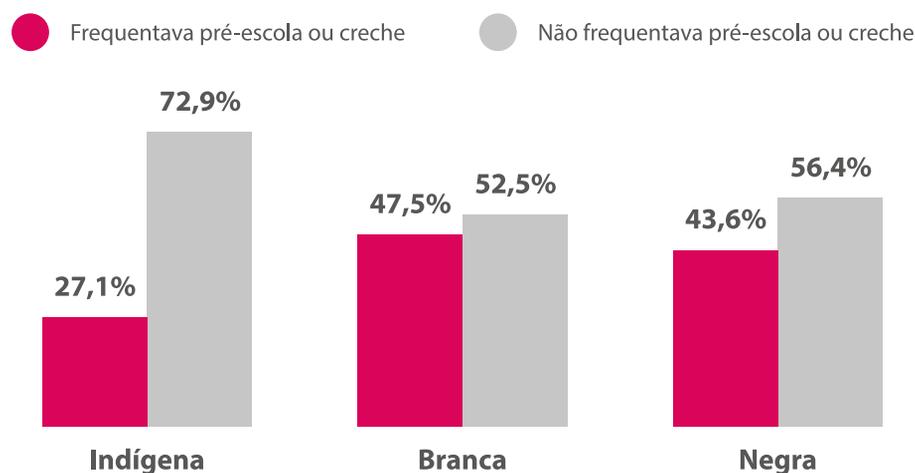
Como vimos tratando até aqui, a frequência a um estabelecimento de ensino parece influenciada por diversas circunstâncias condicionantes da vida dos indivíduos menores de cinco anos de idade. A seguir, relacionaremos a frequência a um estabelecimento de ensino, além de outro grupo de variáveis, como a de cor/raça dessas crianças.

Para a frequência em pré-escola ou creche, entre os menores de cinco anos de idade, é possível notar a disparidade quando levamos em consideração o marcador cor/raça dos residentes brasileiros. Em primeiro lugar, são perceptíveis as proporções de indígenas a não frequentar um estabelecimento de ensino, aproximando-se dos 73% das crianças menores de cinco anos; mesmo considerando as particularidades do ensino entre indígenas, os resultados obtidos induzem à conclusão de que tais grupos são excluídos virtualmente da Educação Básica – seja pela baixa penetração do ensino da educação especificamente indígena, com conteúdo e materiais adequados a essas crianças, seja por dificuldades de acesso e permanência aos estabelecimentos de ensino.

Entre a população de negros (pardos e pretos), a mesma condição é verificada, visto que 56,4% dos menores de cinco anos de idade não frequentam um estabelecimento de ensino.

O grupo dos brancos (somadas as frequências de brancos e amarelos) acumula percentuais próximos aos verificados para negros. Nesse caso, porém, a proporção de crianças que não frequentam a pré-escola é de 52,5%; já aquelas que frequentam é de 47,5%. Assim, apresentam uma tendência de aproximação, com diferença de apenas cinco pontos percentuais. Em comparação aos negros, essa diferença cresce para 12,8 pontos.

Gráfico 7: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo frequência a pré-escola ou creche e cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 7: População entre zero e cinco anos de idade segundo frequência a pré-escola ou creche e cor/raça – Brasil, 2015

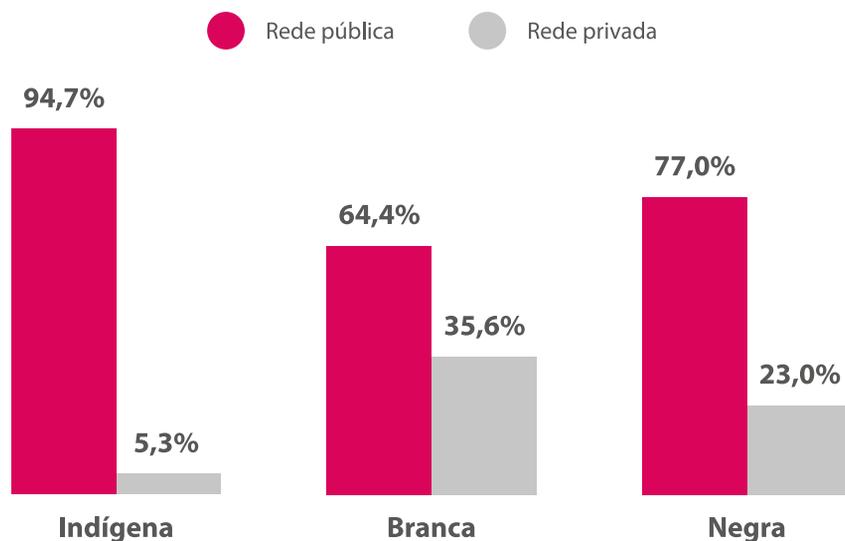
COR/RAÇA	FREQUENTAVA PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	NÃO FREQUENTAVA PRÉ-ESCOLA OU CRECHE	TOTAL
Indígena	20.571	55.353	75.924
Branca	3.545.449	3.920.358	7.465.807
Negra	3.498.629	4.522.086	8.020.715
TOTAL	7.064.649	8.497.797	15.562.446

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Às crianças que afirmam frequentar alguma escola ou creche é possível relacionar as características do estabelecimento que frequentam à sua cor/raça. Nesse atributo, é importante que consideremos os resultados observados quando da análise das redes de ensino frequentadas pelos alunos de creche e pré-escola e sua renda domiciliar mensal *per capita*: em resumo, vimos as famílias mais pobres não se utilizarem do ensino privado - com alguma predominância residual, contudo, entre o estrato que alega não receber rendimento algum -, tornando-se a maior parte dos estabelecimentos frequentados apenas nas famílias de renda mensal domiciliar *per capita* de mais de dois a três salários-mínimos. Por esse ponto de vista, é importante que observemos algumas das convergências em termos de concentração das crianças a frequentar os estabelecimentos públicos e privados de ensino.

Em primeiro lugar, verifica-se preponderância quase absoluta dos menores de cinco anos de idade a frequentar estabelecimentos públicos de ensino entre as crianças de etnias indígenas (94,7%). Em seguida, com proporção superior a três em cada quatro (77%) crianças da faixa etária em questão frequentando a mesma rede de ensino, estão os negros (pardos e pretos). Os brancos (brancos e amarelos) aproximam-se dos dois terços (64,4%) das crianças utilizando-se dos serviços públicos de educação, tendo, também, a maior proporção de crianças utilizando os serviços privados de educação, com 35,6% da população de menores de cinco anos frequentando essa rede de ensino.

Gráfico 8: Proporção da população entre zero e cinco anos de idade segundo rede de ensino da pré-escola ou creche e cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 8: População entre zero e cinco anos de idade segundo rede de ensino da pré-escola ou creche e cor/raça – Brasil, 2015

COR/RAÇA	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Indígena	19.479	1.092	20.571
Branca	2.282.524	1.262.925	3.545.449
Negra	2.694.731	803.898	3.498.629
TOTAL	4.996.734	2.067.915	7.064.649

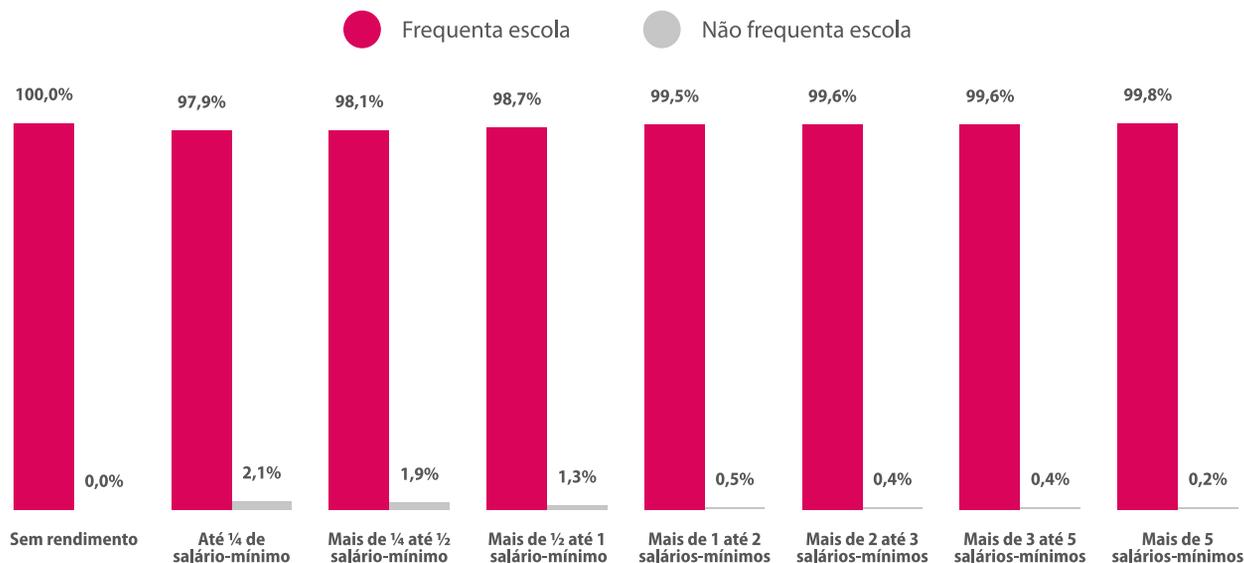
Fonte: Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (Pnad)

Ensino Fundamental

Como fizemos quando das análises de crianças matriculadas na idade correspondente à sua etapa da Educação Infantil (creche e pré-escola), analisaremos, neste momento, o acesso das pessoas de seis a 14 anos de idade à educação formal, sua situação em relação ao trabalho, sua renda domiciliar e as diferenças verificadas entre um e outro grupos sociais brasileiros em relação a marcadores sociais (cor/raça, renda etc.).

A análise dos resultados da população entre seis e 14 anos de idade em relação à sua frequência a escolas parece atestar a universalização do Ensino Fundamental. Ainda assim, é curioso notar que para crianças nessa faixa etária que estão matriculadas em séries correspondentes à sua idade, a não frequência faz uma demonstração inversamente proporcional à renda dessas crianças. Para as residentes em domicílios cuja renda mensal domiciliar *per capita* está entre um quarto de salário-mínimo e um salário-mínimo, há concentração da maior parte das crianças e adolescentes que não frequentam uma escola, numa média cinco vezes maior do que aquela verificada entre os grupos mais ricos.

Gráfico 1: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo frequência ao Ensino Fundamental e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

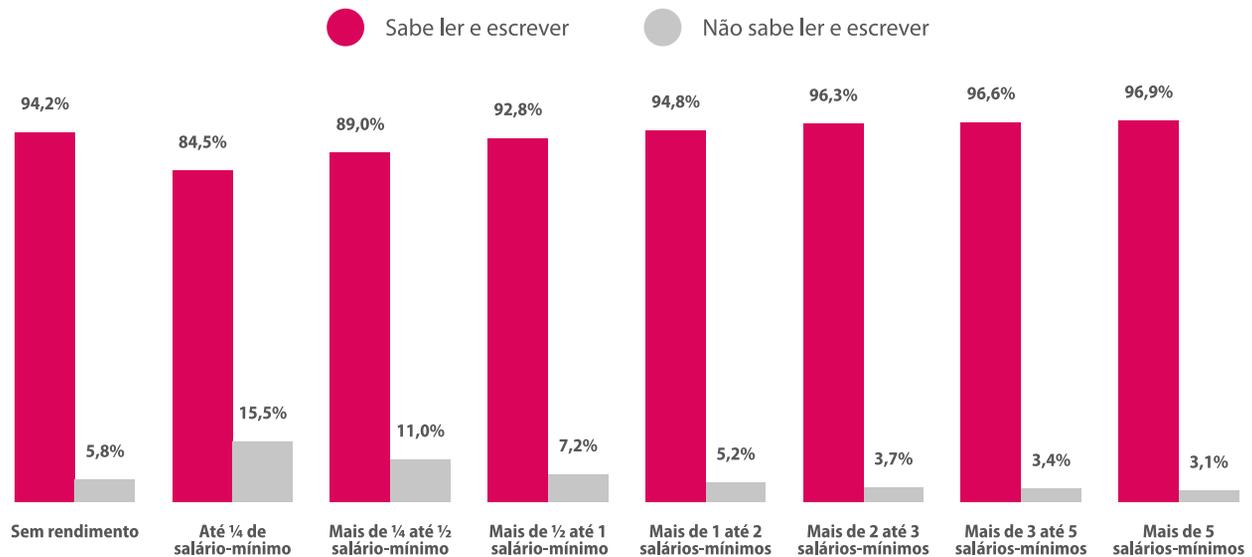
Tabela 1: População entre seis e 14 anos de idade segundo frequência ao Ensino Fundamental e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTA ESCOLA	NÃO FREQUENTA ESCOLA
Sem rendimento	98.610	0
Até ¼ de salário-mínimo	4.857.287	103.955
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	7.313.354	143.912
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	8.052.453	102.168
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	4.302.457	23.049
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	988.583	4.388
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	604.403	2.578
Mais de 5 salários-mínimos	359.780	635
Sem declaração	534.864	6.500
TOTAL	27.111.791	387.185

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

As disparidades na qualidade do aprendizado são, na etapa do Ensino Fundamental, mais evidentes. Entre as mesmas faixas de rendimentos domiciliares mensais *per capita* em que a não frequência a um estabelecimento de ensino são mais concentradas, há convergência entre a proporção de crianças da mesma faixa etária que não reconhecem ter desenvolvido a habilidade de saber ler ou escrever. Dito de outra forma: entre os grupos cuja renda mensal *per capita* é de um quarto de salário-mínimo a um salário-mínimo, a proporção de crianças entre seis e 14 anos de idade que alega não saber ler ou escrever é três vezes maior do que aquela verificada entre as outras faixas de rendimento.

Gráfico 2: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

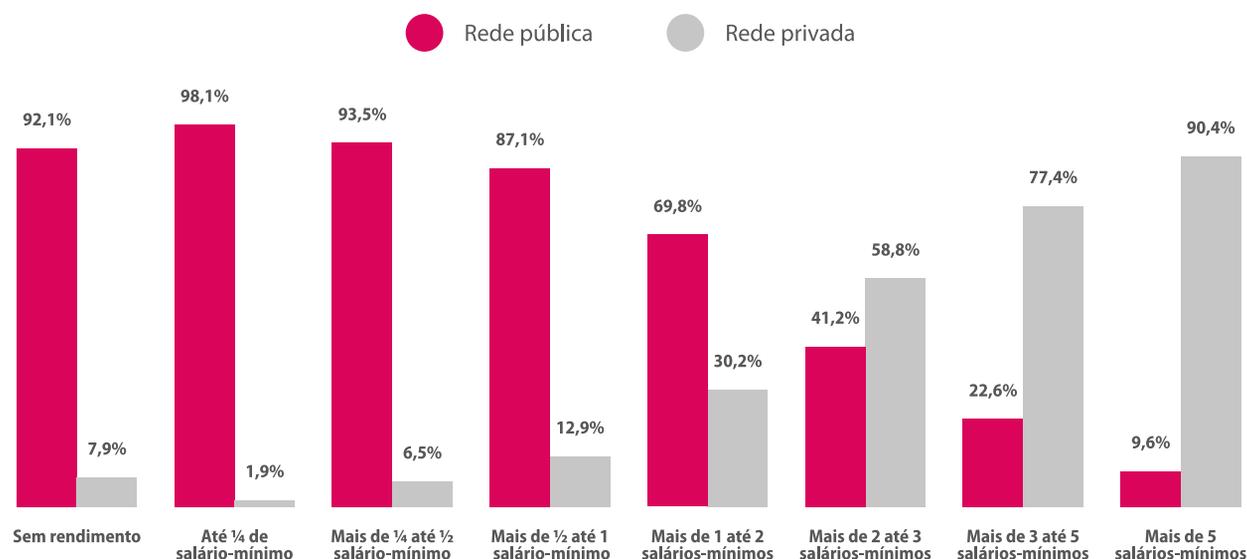
Tabela 2: População entre seis e 14 anos de idade segundo habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	SABE LER E ESCREVER	NÃO SABE LER E ESCREVER	TOTAL
Sem rendimento	92.922	5.688	98.610
Até ¼ de salário-mínimo	4.191.965	769.277	4.961.242
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	6.640.031	817.235	7.457.266
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	7.569.103	585.518	8.154.621
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	4.099.910	225.596	4.325.506
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	956.382	36.589	992.971
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	586.530	20.451	606.981
Mais de 5 salários-mínimos	349.402	11.013	360.415
Sem declaração	488.663	52.701	541.364
TOTAL	24.974.908	2.524.068	27.498.976

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Para iluminar mais as condições que aumentam a distância entre as crianças de seis a 14 anos de idade que frequentam um estabelecimento de ensino, distribuímos esses indivíduos em relação à sua rede de ensino. Mais uma vez, é clara a relação entre os rendimentos mensais domiciliares *per capita* e a rede de ensino frequentada. Considerando-se que as diferenças entre as crianças que afirmam ter desenvolvido a capacidade de saber ler e escrever e seus rendimentos, temos que a maior parte daquelas que não tem essa habilidade estão matriculadas na rede pública de educação.

Gráfico 3: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo frequência ao Ensino Fundamental, rede de ensino da escola e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 3: População entre seis e 14 anos de idade segundo frequência ao Ensino Fundamental, rede de ensino da escola e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

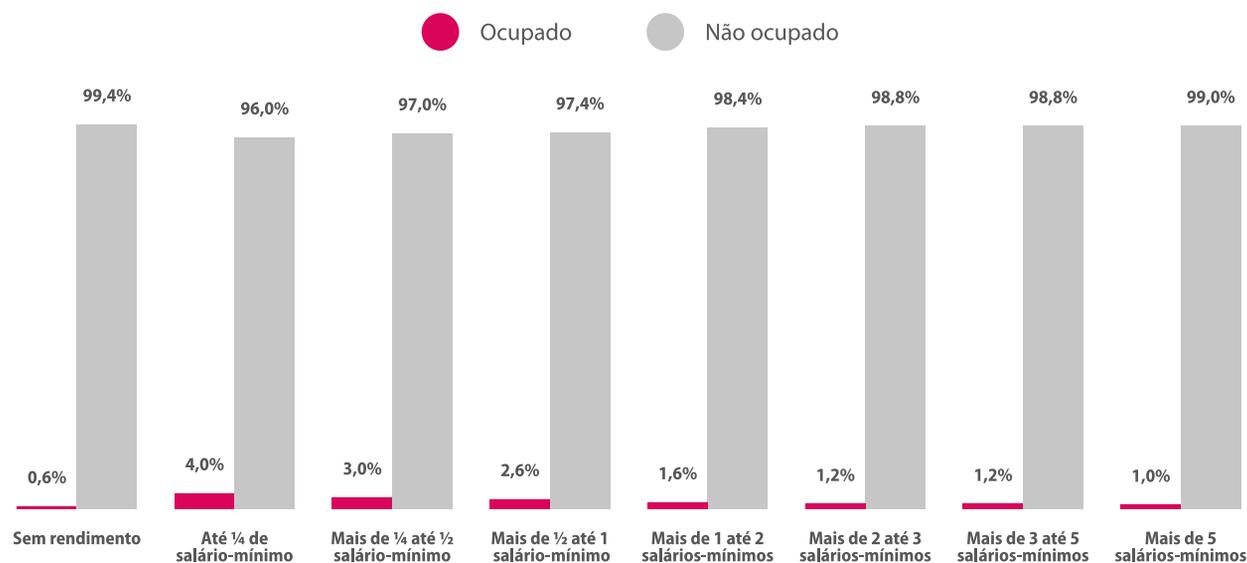
FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL
Sem rendimento	90.840	7.770	98.610
Até ¼ de salário-mínimo	4.765.039	92.248	4.857.287
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	6.835.858	477.496	7.313.354
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	7.010.445	1.042.008	8.052.453
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	3.004.626	1.297.831	4.302.457
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	407.629	580.954	988.583
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	136.591	467.812	604.403
Mais de 5 salários-mínimos	34.527	325.253	359.780
Sem declaração	401.936	132.928	534.864
TOTAL	22.687.491	4.424.300	27.111.791

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Quando temos em conta as circunstâncias que reforçam as desigualdades de acesso e qualidade do ensino a que são submetidos os indivíduos brasileiros entre seis e 14 anos de idade, é possível também considerar sua situação em relação à ocupação.

Para tanto, é importante verificar que entre os grupos de residentes em domicílios cuja renda mensal *per capita* é de um quarto de salário-mínimo a um salário-mínimo, existe maior concentração proporcional de crianças desenvolvendo algum tipo de trabalho.

Gráfico 4: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo situação de ocupação e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 4: População entre seis e 14 anos de idade segundo situação de ocupação e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	OCUPADO	NÃO OCUPADO	TOTAL
Sem rendimento	600	98.010	98.610
Até ¼ de salário-mínimo	200.800	4.760.442	4.961.242
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	225.886	7.231.380	7.457.266
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	215.798	7.938.823	8.154.621
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	69.277	4.256.229	4.325.506
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	12.374	980.597	992.971
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	7.179	599.802	606.981
Mais de 5 salários-mínimos	3.774	356.641	360.415
Sem declaração	17.036	524.328	541.364
TOTAL	752.724	26.746.252	27.498.976

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

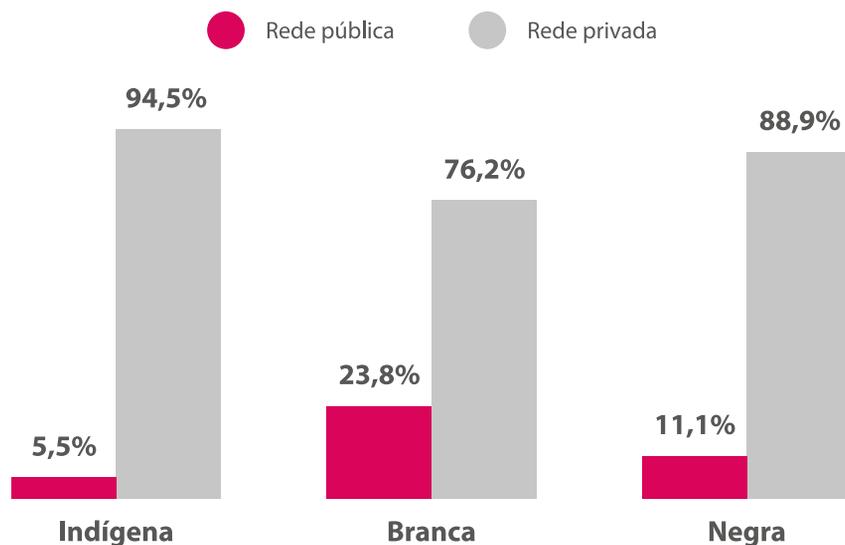
No mesmo raciocínio que elaboramos até aqui, relacionamos alguns outros aspectos da educação das crianças de seis a 14 anos de idade e suas condições de acesso e frequência a escola. Em primeiro lugar, verificamos que quase a totalidade das crianças dessa faixa etária que se identificam como indígenas frequenta um estabelecimento público de ensino, tendo pouco mais de 5% de pessoas desse grupo frequentando um estabelecimento privado.

Em segundo lugar, na exposição do gráfico que se segue, vemos que uma em cada cinco crianças na faixa etária de seis a 14 anos de cor/raça branca, o que representa 23,8%, estão matriculadas na rede de ensino privada, enquanto os outros 76,2% estão em estabelecimentos públicos de ensino.

As crianças e adolescentes de cor/raça negra constituem ao menos nove em cada dez pessoas em território nacional frequentando um estabelecimento público de ensino, sendo o segundo maior conjunto de pessoas a frequentar essa rede de ensino, apenas em desvantagem em relação aos indígenas.

É importante notar aqui que a diferença entre as proporções de frequência às redes pública e privada aumentam sua distância entre negros e brancos ao longo das etapas de ensino. Entre as crianças de seis a 14 anos de idade, a quantidade de brancos a frequentar um estabelecimento privado de ensino é duas vezes maior do que entre negros.

Gráfico 5: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo cor/raça e rede de ensino – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 5: População entre seis e 14 anos de idade segundo cor/raça e rede de ensino – Brasil, 2015

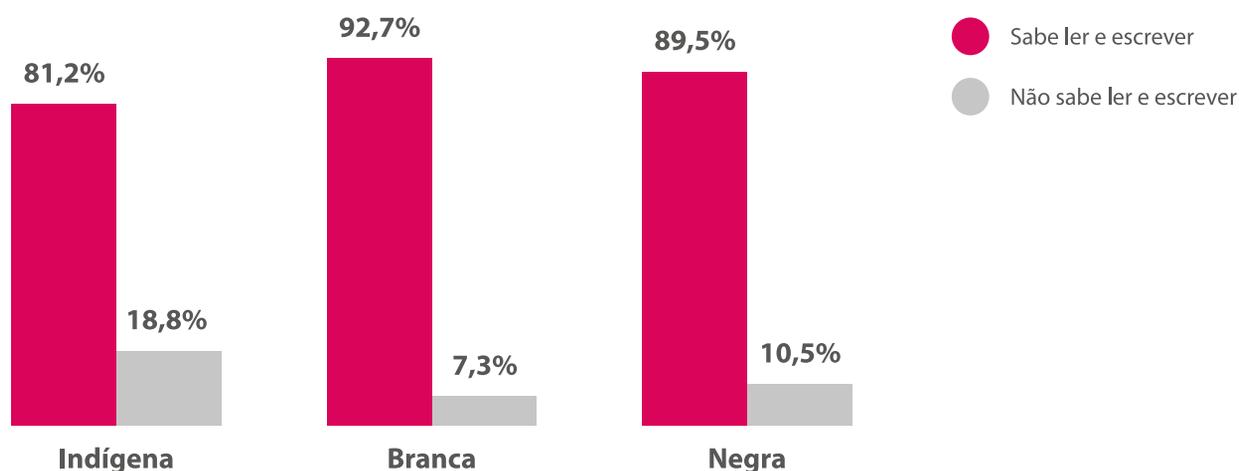
COR/RAÇA	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL
Indígena	113.491	6.590	120.081
Branca	8.546.201	2.665.459	11.211.660
Negra	14.033.134	1.752.897	15.786.031
TOTAL	22.692.826	4.424.946	27.117.772

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Distribuição semelhante à verificada no gráfico anterior é a que relaciona a habilidade de saber ler e escrever à cor/raça das crianças entre seis e 14 anos de idade, no seguinte sentido: observando as proporções dos que responderam negativamente à questão do desenvolvimento da habilidade de saber ler e escrever, vemos a preponderância dos indivíduos de cor/raça indígena, com 18,8% dos residentes em território nacional tendo afirmado não ter desenvolvido essa habilidade durante o Ensino Fundamental. A segunda maior proporção de pessoas que afirmam não saber ler ou escrever localiza-se entre os negros, aos quais pouco mais de um em cada dez indivíduos não domina essa habilidade.

No grupo de cor/raça branca, a média de indivíduos que alegam não ter desenvolvido a capacidade de saber ler e escrever é 7,3 pontos percentuais menor do que a verificada para os dois grupos precedentes, apresentando os índices mais baixos de não alfabetização entre os frequentadores do Ensino Fundamental na idade correspondente.

Gráfico 6: Proporção da população entre seis e 14 anos de idade segundo cor/raça e habilidade de saber ler e escrever – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 6: População entre seis e 14 anos de idade segundo cor/raça e habilidade de saber ler e escrever – Brasil, 2015

COR/RAÇA	SABE LER E ESCREVER	NÃO SABE LER E ESCREVER	TOTAL
Indígena	99.521	23.042	122.563
Branca	10.503.839	824.260	11.328.099
Negra	14.376.759	1.677.861	16.054.620
TOTAL	24.980.119	2.525.163	27.505.282

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

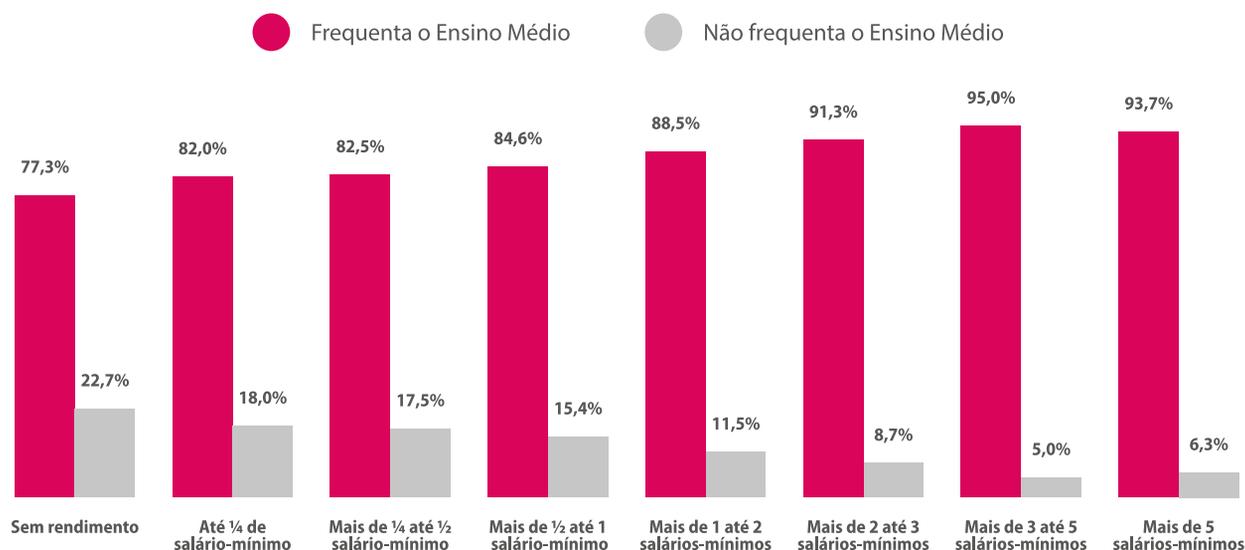
Ensino Médio

Analisadas as etapas da Educação Infantil (creche e pré-escola) e do Ensino Fundamental, passaremos agora à exposição das disparidades de acesso, permanência e qualidade da educação para as pessoas de 15 a 17 anos de idade.

Como fizemos ao analisarmos a frequência a escolas entre os menores de 14 anos de idade, realizamos a mesma relação com indivíduos entre os 15 e 17 anos. Para o exemplo que segue, a relação entre a renda mensal domiciliar *per capita* é mais clara e a frequência dessas pessoas a uma escola torna-se tanto mais concentrada quanto maior a faixa de rendimento mensal *per capita* de seu domicílio.

Ao contrário do que observamos que ocorre entre as crianças menores de cinco anos de idade, em que os residentes em domicílios sem rendimento tendem a ter frequência mais concentrada a escolas do que os indivíduos de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo, entre os adolescentes que estão na idade correta para cursar o Ensino Médio a não frequência situa-se nos grupos de rendimentos mais baixos. A observação desses resultados sugere como conclusão que a frequência à última etapa do Ensino Básico pode ser considerada um privilégio entre as famílias que necessitam utilizar a força de trabalho desses adolescentes, ainda que os ganhos provenientes da atividade, por exemplo, tenham decréscimo entre aqueles menos escolarizados.

Gráfico 1: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência ao Ensino Médio e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 1: População entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência ao Ensino Médio e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	FREQUENTA O ENSINO MÉDIO	NÃO FREQUENTA O ENSINO MÉDIO
Sem rendimento	32.113	9.432
Até ¼ de salário-mínimo	1.272.243	280.058
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	2.168.306	459.307
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	2.944.047	536.634
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	1.694.421	220.021
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	369.838	35.169
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	224.714	11.803
Mais de 5 salários-mínimos	137.982	9.312
Sem declaração	197.917	30.503
TOTAL	9.041.581	1.592.239

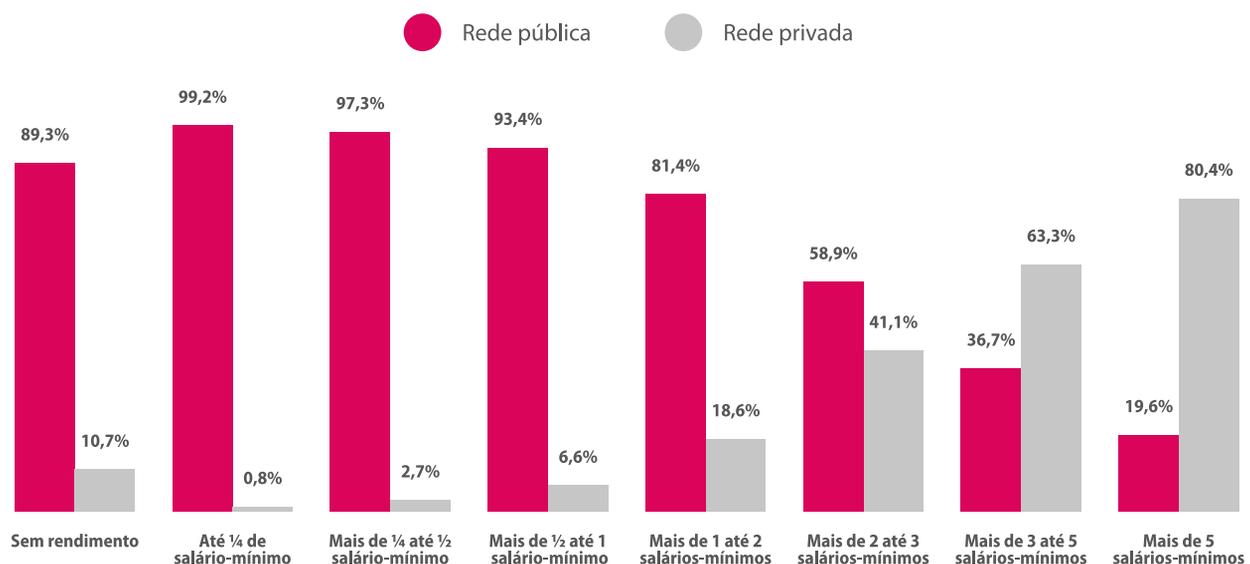
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A relação entre a rede de ensino frequentada pelas pessoas de 15 a 17 anos de idade e a renda domiciliar mensal *per capita* tende a confirmar a opção feita pelos estabelecimentos da rede privada de ensino entre os grupos de rendimentos mais altos. Entre os residentes cuja renda *per capita* varia entre três e cinco salários-mínimos, há concentração da presença em estabelecimentos privados de ensino numa média cinco vezes maior do que a proporção da frequência a estabelecimentos privados de ensino entre todas as outras faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

Curiosamente, alguns dos residentes em domicílios cuja renda mensal *per capita* é inexistente fazem a opção pelas instituições privadas de ensino, indo ao encontro do que se verificou quando da análise das frequências segundo as redes de ensino, públicas e privadas, em todas as etapas do ensino já examinadas na Educação Infantil (creche e pré-escola) e no Ensino Fundamental.

Ao contrário do que se verificou em outras análises, entretanto, a opção pela frequência a estabelecimentos de ensino privados é concentrada, aqui, entre as famílias com renda mensal domiciliar *per capita* de três a cinco salários-mínimos, dado que pode sugerir ser de mais elevado o custo à manutenção de pessoas dessa faixa etária em uma escola. Há que se considerar, ainda, que a participação de crianças de zero a cinco anos de idade em escolas da rede privada (creches e pré-escola) é mais presente entre as faixas de rendimentos mensais domiciliares *per capita* mais baixos (de um a dois salários-mínimos). Essa participação é reduzida entre os frequentadores do Ensino Fundamental na mesma faixa de rendimentos. Porém, para a Educação Infantil, há que se considerar o papel exercido pela política de convênios entre o Poder Público e as instituições privadas de ensino. Para o caso que observamos, algumas das famílias do limite inferior dos rendimentos parecem priorizar o ensino privado nos orçamentos, ou dispor de créditos estudantis ou bolsas de estudos.

Gráfico 2: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo rede de ensino frequentada e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

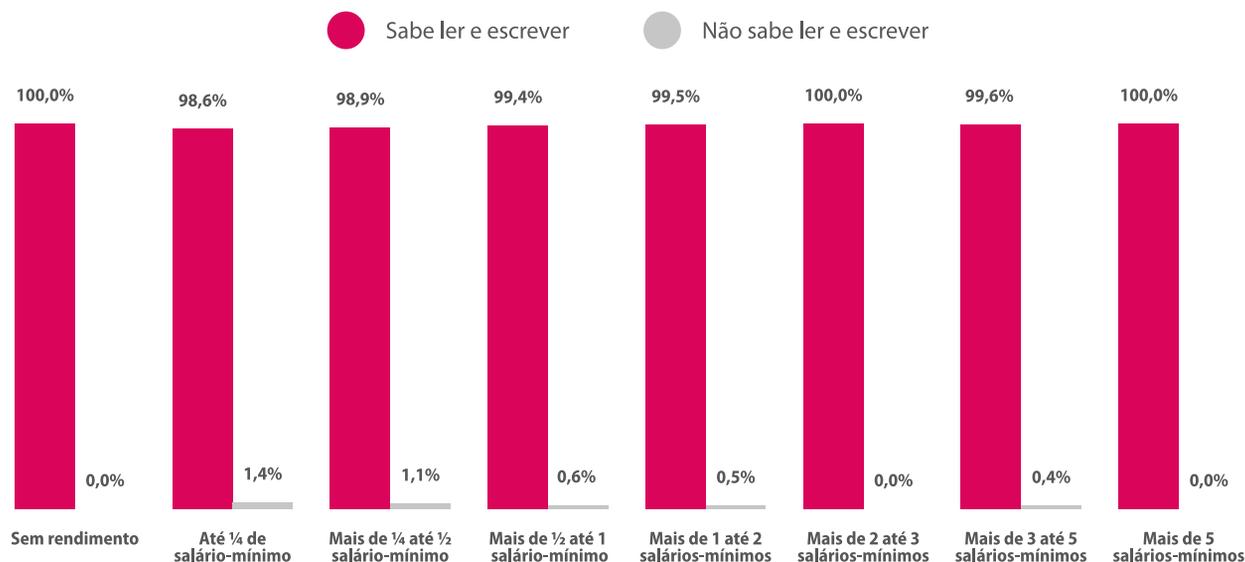
Tabela 2: População entre 15 e 17 anos de idade segundo rede de ensino frequentada e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL
Sem rendimento	28.670	3.443	32.113
Até ¼ de salário-mínimo	1.262.471	9.772	1.272.243
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	2.108.810	59.496	2.168.306
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	2.748.583	195.464	2.944.047
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	1.379.723	314.698	1.694.421
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	217.943	151.895	369.838
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	82.461	142.253	224.714
Mais de 5 salários-mínimos	26.994	110.988	137.982
Sem declaração	166.887	31.030	197.917
TOTAL	8.022.542	1.019.039	9.041.581

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A relação entre os rendimentos domiciliares mensais *per capita* e as habilidades de saber ler e escrever demonstra a mesma concentração de adolescentes que não desenvolveram tal habilidade nas faixas de rendimentos mais baixas. Ainda que as proporções sejam reduzidas no grupo de pessoas entre 15 e 17 anos de idade que não têm as habilidades de saber ler e escrever, a relação entre as proporções de indivíduos que recebem renda de até meio salário-mínimo e não têm essa habilidade é quatro vezes maior do que a média dessa proporção entre os indivíduos das faixas de rendimentos mais altos. Ainda, é curioso notar que entre as pessoas que não têm rendimentos, a habilidade de saber ler e escrever parece desenvolvida pela totalidade do universo, sendo esses indivíduos os que têm maior intenção de frequência a estabelecimentos de ensino e que, curiosamente, tendem a frequentar estabelecimentos privados de ensino.

Gráfico 3: População entre 15 e 17 anos de idade segundo habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 3: População entre 15 e 17 anos de idade segundo habilidade de saber ler e escrever e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	SABE LER E ESCREVER	NÃO SABE LER E ESCREVER
Sem rendimento	41.545	0
Até ¼ de salário-mínimo	1.529.885	22.416
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	2.598.752	28.861
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	3.461.290	19.391
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	1.904.975	9.467
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	405.007	0
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	235.627	890
Mais de 5 salários-mínimos	147.294	0
Sem declaração	226.782	1.638
TOTAL	10.551.157	82.663

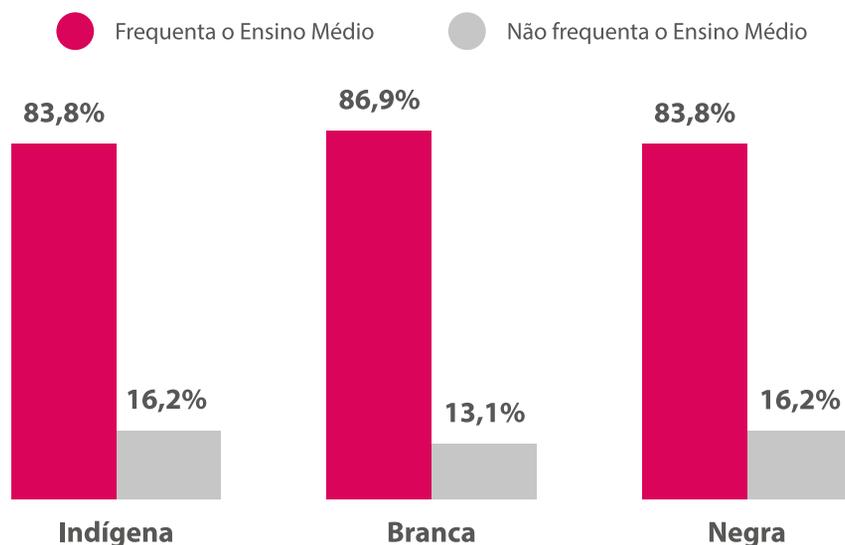
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Como já dissemos em momentos anteriores, as disparidades entre os marcadores sociais da diferença parecem se manifestar de maneira mais evidente entre os indivíduos de 15 a 17 anos de idade.

Observa-se, em primeiro lugar, que essa etapa de ensino é a única em que a não frequência proporcional entre negros e índios é equivalente; em ambos os casos, pouco menos de um em cada oito indivíduos não frequenta a escola, sendo esses os grupos raciais mais afastados do ensino regular. O importante, nesse caso, é que se reconheça que, entre todas as outras etapas, o Ensino Médio é a única em que outro grupo racial equivale-se aos indígenas em relação à não frequência à escola, sendo estes últimos mais ausentes do ensino regular em todas as etapas.

Ao mesmo tempo, as demais ausências proporcionais obedecem aos padrões verificados em outros momentos. Os brancos, em média, apresentam pouco mais de um em cada oito indivíduos entre 15 e 17 anos de idade não frequentando a escola, sendo a concentração mais baixa de pessoas nessa circunstância, com 13,1%.

Gráfico 4: População entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência ao Ensino Médio e cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 4: População entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência ao Ensino Médio e cor/raça – Brasil, 2015

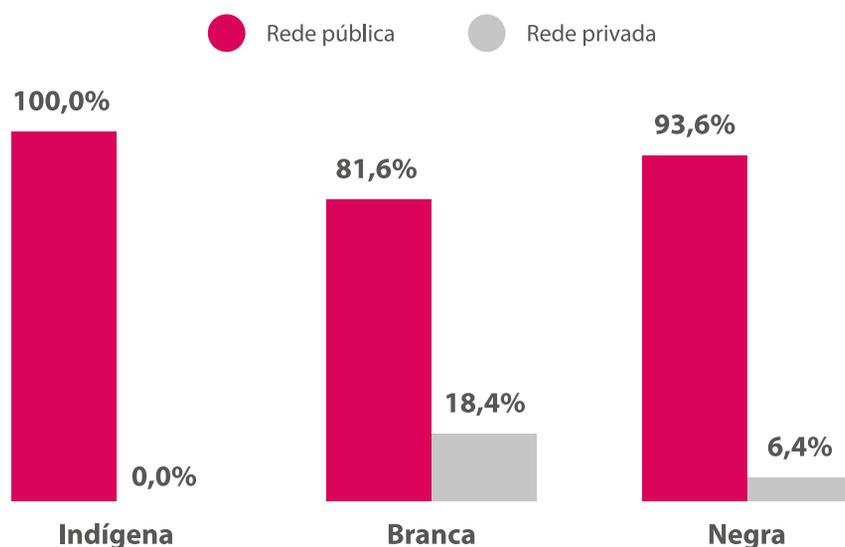
COR/RAÇA	FREQUENTA O ENSINO MÉDIO	NÃO FREQUENTA O ENSINO MÉDIO	TOTAL
Indígena	34.261	6.621	40.882
Branca	3.683.616	555.241	4.238.857
Negra	5.326.592	1.031.281	6.357.873
TOTAL	9.044.469	1.593.143	10.637.612

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A relação entre a rede de ensino e a cor/raça dos frequentadores respeita o mesmo padrão identificado nas outras etapas do ensino regular. Nesse caso, no entanto, há algumas diferenças que merecem menção. A primeira delas refere-se à queda proporcional da frequência de brancos a rede de ensino privada, reabrindo a possibilidade de que a utilização do serviço público seja a alternativa mais viável no Ensino Médio, em função dos custos da educação nessa faixa etária.

Há que se ter em conta, também, que a queda na frequência da rede privada de ensino é ainda mais abrupta entre negros – tendo a frequência a estabelecimentos de ensino privados proporção equivalente a 2,6 vezes menor em relação à frequência média das etapas anteriores de ensino. Entre indígenas, a mesma queda acentuada na frequência a estabelecimentos de ensino privados se verifica entre os indivíduos de 15 a 17 anos de idade, atingindo, no Ensino Médio, a totalidade de indígenas nessa faixa etária a frequentar a rede de ensino pública.

Gráfico 5: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo rede de ensino frequentada e cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 5: População entre 15 e 17 anos de idade segundo rede de ensino frequentada e cor/raça – Brasil, 2015

COR/RAÇA	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	TOTAL
Indígena	34.261	-	34.261
Branca	3.005.579	678.037	3.683.616
Negra	4.985.590	341.002	5.326.592
TOTAL	8.025.430	1.019.039	9.044.469

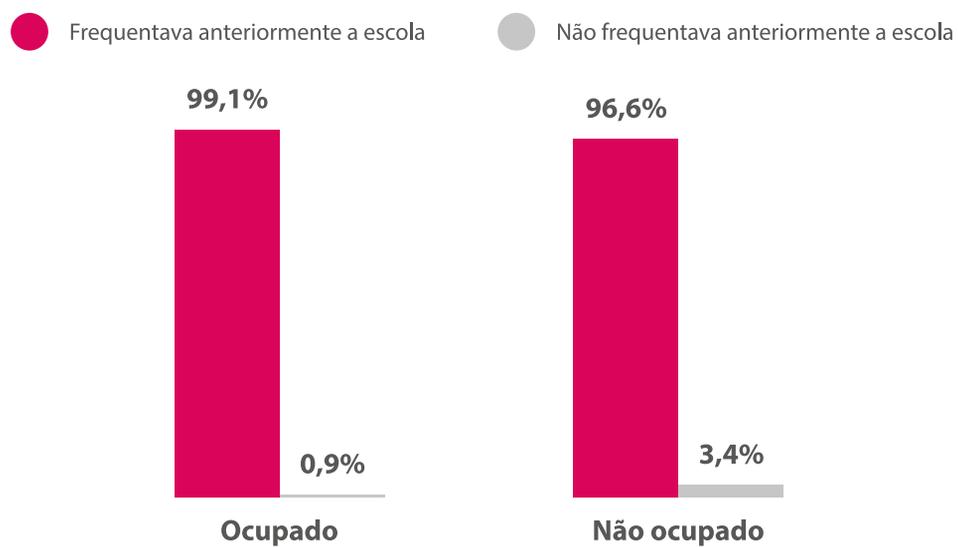
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Entre os indivíduos de 15 a 17 anos de idade que não frequentam um estabelecimento de ensino, examinamos aqueles que têm uma ocupação e que teriam frequentado um estabelecimento de ensino anteriormente.

É importante observar que, ainda que a não frequência anterior a um estabelecimento de ensino não reúna grandes proporções entre os adolescentes dessa faixa etária, ela é três vezes e meia mais concentrada entre os não ocupados

do que entre os que desempenham uma atividade remunerada. Há que se considerar, portanto, que se a frequência anterior é maior entre os ocupados, é possível que o exercício de algum tipo de trabalho tenha contribuído para a interrupção da matrícula no Ensino Médio.

Gráfico 6: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência anterior a escola e situação de ocupação – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 6: População entre 15 e 17 anos de idade segundo frequência anterior a escola e situação de ocupação – Brasil, 2015

FREQUÊNCIA A ESCOLA	OCUPADO	NÃO OCUPADO	TOTAL
Frequentava anteriormente	526.577	1.026.408	1.552.985
Não frequentava anteriormente	4.521	35.637	40.158
TOTAL	531.098	1.062.045	1.593.143

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Ainda considerando as pessoas de 15 a 17 anos de idade que não frequentavam o Ensino Médio, relacionamos seu último curso e sua situação de ocupação. Aqui é possível ter em conta a dimensão da influência de uma ocupação remunerada no atendimento ao ensino regular.

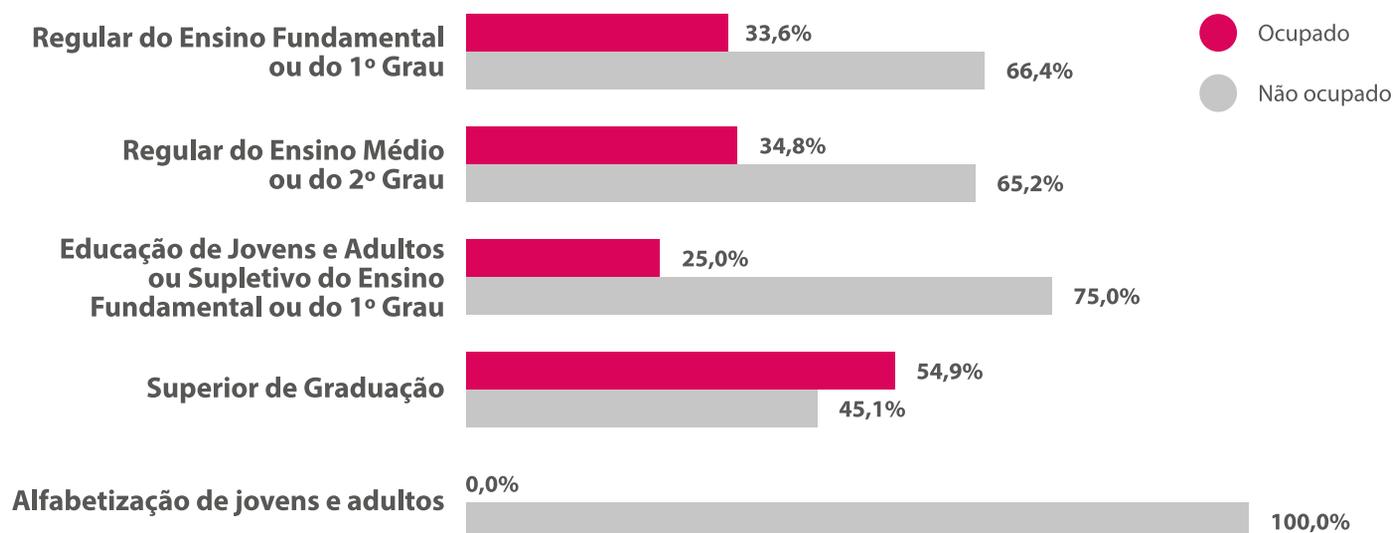
Em primeiro lugar, salienta-se que, estando os indivíduos entre os 15 e os 17 anos de idade, há a probabilidade de que a não frequência a um estabelecimento de ensino se dê em função da conclusão do Segundo Grau (Ensino Médio) da Educação Básica. Por esse ponto de vista, podemos observar que a distribuição proporcional entre aqueles que frequentaram o Ensino Superior e desempenhavam uma atividade remunerada é relativamente equânime, sendo de 45,1% entre os não ocupados e 54,9% para os ocupados. Ainda que estes últimos tenham frequentado mais o Ensino Superior, há que se considerar a necessidade de custeio dessa etapa de ensino e, conseqüentemente, a necessidade de aquisição de uma atividade remunerada.

Outra perspectiva se situa entre os adolescentes que não frequentam a escola, mas que frequentaram o Ensino Médio ou o Ensino Fundamental. Os que não desempenhavam uma atividade remunerada tinham duas vezes mais frequência nessa etapa do que aqueles que desempenhavam tal atividade; aqui, há probabilidade de a influência do trabalho na interrupção desse atendimento ser mais evidente.

Por último, as etapas referentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm concentrações de frequência semelhantes às aquelas verificadas nos Ensinos Fundamental e Médio. A EJA ou o Supletivo do Ensino Fundamental (Primeiro Grau) tem a concentração de apenas um em cada quatro indivíduos desempenhando uma atividade remunerada e atendendo a esse ciclo complementar de instrução. A mesma relação pode ser observada entre os participantes da alfabetização de jovens e adultos: não havia nenhum indivíduo que desempenhava uma atividade remunerada e, simultaneamente, frequentava as aulas dessa etapa.

Dito isso, há que se considerar a influência do trabalho nos primeiros anos da Educação Básica, pois a análise dos dados sugere a probabilidade de interrupção da frequência à escola entre os ciclos dos Ensinos Fundamental e Médio, que são atestadas pelas proporções das últimas séries frequentadas pelos indivíduos tendo uma ocupação remunerada. Além disso, salienta-se a relação passível de verificação entre as atividades laborais e a alfabetização de jovens e adultos, em que a alfabetização não contou com nenhum indivíduo tendo uma ocupação remunerada.

Gráfico 7: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo curso mais elevado que frequentou anteriormente e situação de ocupação – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 7: População entre 15 e 17 anos de idade segundo curso mais elevado que frequentou anteriormente e situação de ocupação – Brasil, 2015

CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE	OCUPADO	NÃO OCUPADO	TOTAL
Regular do Ensino Fundamental ou do 1º Grau	307.598	608.303	915.901
Regular do Ensino Médio ou do 2º Grau	210.429	394.560	604.989
Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º Grau	5.678	17.037	22.715
Superior de Graduação	2.872	2.356	5.228
Alfabetização de jovens e adultos	-	1.362	1.362
Creche	-	1.013	1.013
Classe de Alfabetização (CA)	-	629	629
Maternal, jardim de infância etc.	-	1.148	1.148
TOTAL	526.577	1.026.408	1.552.985

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

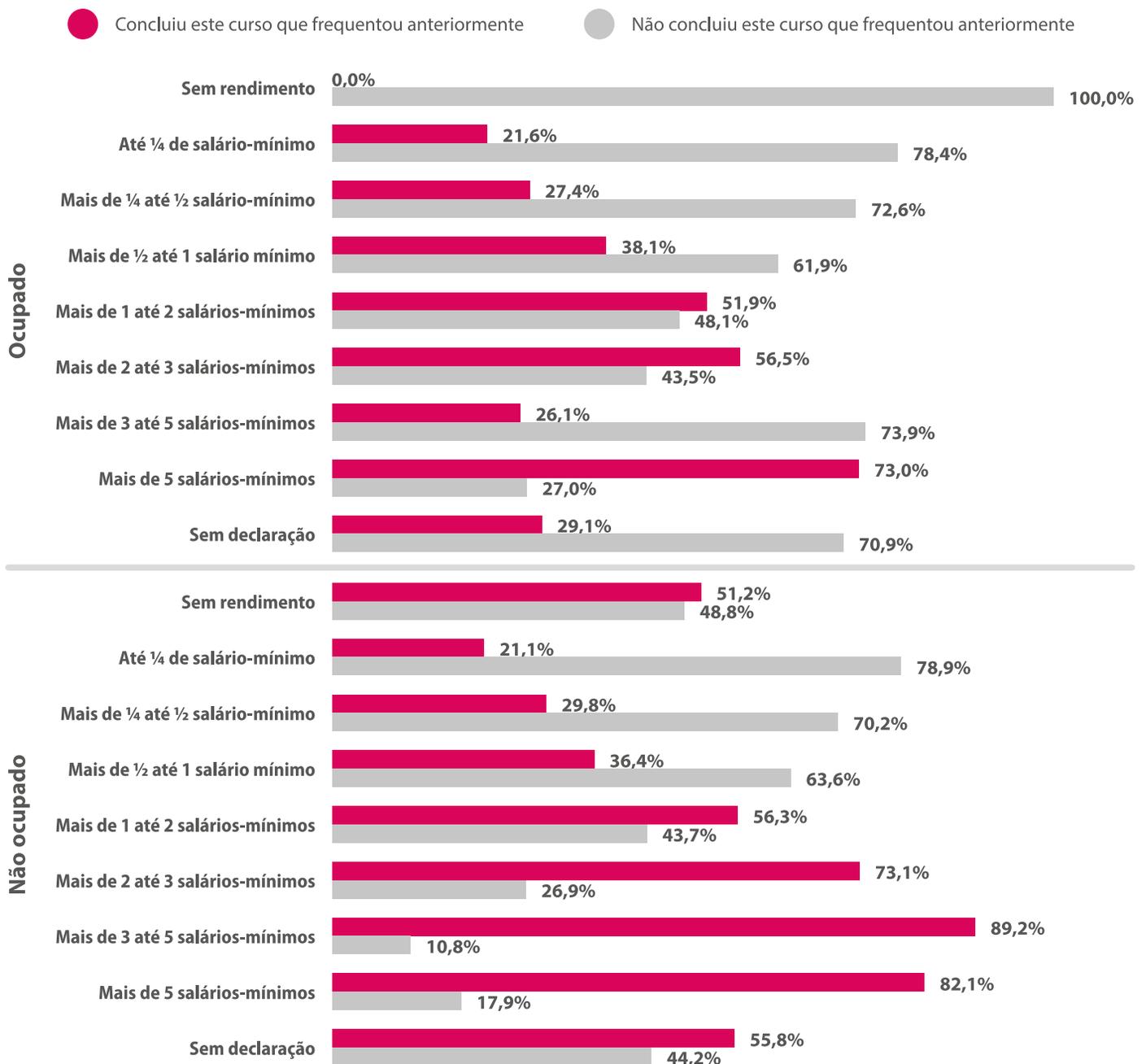
Na mesma perspectiva elaborada quando da análise do curso mais elevado frequentado entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade, ocupados e não ocupados, fizemos a relação entre aqueles que afirmaram ter concluído o curso e os que afirmaram não ter concluído o curso frequentado anteriormente, e sua renda domiciliar mensal *per capita*. Há, nesse sentido, que se atentar ao comportamento distinto demonstrado por ocupados e não ocupados em relação ao curso mais elevado frequentado anteriormente. Lembrando que constam nesse gráfico aqueles indivíduos que afirmaram não frequentar nenhum estabelecimento de ensino no período de referência da pesquisa.

Observando apenas os adolescentes ocupados, verificamos que a proporção dos que concluíram o curso frequentado anteriormente aumenta na medida em que aumentam os rendimentos domiciliares mensais *per capita* dos residentes. Observamos também que no grupo de pessoas cujos rendimentos mensais eram inexistentes não houve conclusão em curso frequentado anteriormente. Ao mesmo tempo, a concentração de não concluintes deixa de ser preponderante a partir da faixa de rendimentos de um a dois salários-mínimos, sugerindo a hipótese de que a ocupação tenha representado a possibilidade de concluir os estudos, cujo custeio parece influenciar mais as decisões nessa fase da vida.

Ao mesmo tempo, há duas tendências contrárias entre os residentes que têm renda de três ou mais salários-mínimos: entre aqueles que se situavam na faixa de rendimentos de mais de três a cinco salários-mínimos e que desempenhavam uma atividade remunerada, pouco menos de três em cada quatro pessoas não concluiu o curso mais elevado que frequentou; a faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* dos que recebem mais de cinco salários-mínimos demonstra, em proporções muito aproximadas, a mesma concentração de indivíduos ocupados, mas que concluíram o curso frequentado anteriormente. Dessas considerações, é possível extrair que entre os ocupados que residem em domicílios de renda mensal *per capita* de mais de três a cinco salários-mínimos, a educação – concebida aqui no sentido amplo – pode dividir a atenção com outras demandas; ao passo em que entre os que recebem renda domiciliar *per capita* de mais de cinco salários-mínimos a tendência se inverte.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade não ocupados, as tendências de conclusão e não conclusão são mais claras, no seguinte sentido: na medida em que a renda domiciliar *per capita* aumenta entre os adolescentes ocupados, eleva-se a conclusão do curso frequentado anteriormente. Verificou-se o mesmo aumento entre aqueles que não estão ocupados, cuja faixa de rendimentos mensais domiciliares *per capita* é de mais de um salário-mínimo. Aqui, a única exceção verificada se dá entre os adolescentes de 15 a 17 anos que residiam em domicílios sem rendimentos. Entre esses, a conclusão dos cursos frequentados ocupa a maioria dos casos.

Gráfico 8: Proporção da população entre 15 e 17 anos de idade segundo conclusão do curso mais elevado que frequentou anteriormente, situação de ocupação e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 8: População entre 15 e 17 anos de idade segundo conclusão do curso mais elevado que frequentou anteriormente, situação de ocupação e faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* – Brasil, 2015

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO ENTRE 15 E 17 ANOS DE IDADE		CONCLUIU ESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE	NÃO CONCLUIU ESTE CURSO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE	TOTAL
Ocupado	Sem rendimento	0	1.235	1.235
	Até ¼ de salário-mínimo	12.704	46.080	58.784
	Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	30.361	80.414	110.775
	Mais de ½ até 1 salário-mínimo	73.084	118.767	191.851
	Mais de 1 até 2 salários-mínimos	51.945	48.155	100.100
	Mais de 2 até 3 salários-mínimos	8.370	6.449	14.819
	Mais de 3 até 5 salários-mínimos	253	717	970
	Mais de 5 salários-mínimos	684	253	937
	Sem declaração	3.585	8.739	12.324
Não ocupado	Sem rendimento	4.199	3.998	8.197
	Até ¼ de salário-mínimo	41.262	153.890	195.152
	Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	89.234	209.993	299.227
	Mais de ½ até 1 salário-mínimo	103.402	180.584	283.986
	Mais de 1 até 2 salários-mínimos	57.995	45.076	103.071
	Mais de 2 até 3 salários-mínimos	13.088	4.816	17.904
	Mais de 3 até 5 salários-mínimos	7.322	890	8.212
	Mais de 5 salários-mínimos	6.876	1.499	8.375
	Sem declaração	7.993	6.338	14.331

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O último aspecto examinado para os adolescentes de 15 a 17 anos de idade relaciona a situação de ocupação, sua cor/raça e o curso mais elevado que frequentaram antes de deixarem os estudos. Faremos a exposição dos resultados de tal relação separadamente para ocupados e não ocupados.

Entre os que afirmaram desempenhar algum tipo de trabalho, é necessário reconhecer as disparidades entre o último curso frequentado e a cor/raça das pessoas dessa faixa etária: os brancos entre 15 e 17 anos de idade são os únicos

a informar frequência anterior mais elevada ao Ensino Superior, além de serem o grupo em que as proporções de frequência aos Ensinos Fundamental e Médio são mais próximas, de 50% e 48%, respectivamente. Há que se considerar, nesse caso, as diferenças na escolarização entre os brancos e o restante das raças relacionadas, pois ainda que estejam ocupados e não frequentem um estabelecimento de ensino, esse grupo permanece sendo o mais escolarizado.

No mesmo raciocínio, vemos dois grupos de comportamento similar, ainda que com relativa diferença entre si. Negros e indígenas ocupados têm graus de escolarização semelhantes; os primeiros apresentam a tendência de terem deixado de frequentar a escola durante o Primeiro Grau, numa proporção próxima de um a cada três indivíduos ocupados entre 15 e 17 anos de idade tendo frequentado o Ensino Médio, ou Segundo Grau – salienta-se, pela observação dos dados, que as razões que influenciam as decisões de abandono dos estudos são, para esse grupo de pessoas, diferentes daquelas verificadas entre o grupo precedente (brancos), podendo ser aqui mais decisiva em função da baixa escolarização identificada –; os indígenas, tendo, como dissemos, proporções de frequência parecidas com as verificadas entre negros, ainda assim demonstram deixar os estudos mais tarde: a proporção de ocupados entre 15 e 17 anos de idade de etnia/raça indígena que frequentaram o Ensino Médio é quatro pontos percentuais mais concentrada (39,2%) do que aquela verificada entre negros.

A análise do grupo de 15 a 17 anos de idade de não ocupados diverge em alguns aspectos daquela que realizamos para os ocupados. Os amarelos, nesse caso, influenciam a escolarização verificada no conjunto: entre esses, o abandono da frequência se dá no Ensino Fundamental, constituindo a maioria dos casos, sendo de pouco mais de oito em cada dez pessoas não ocupadas.

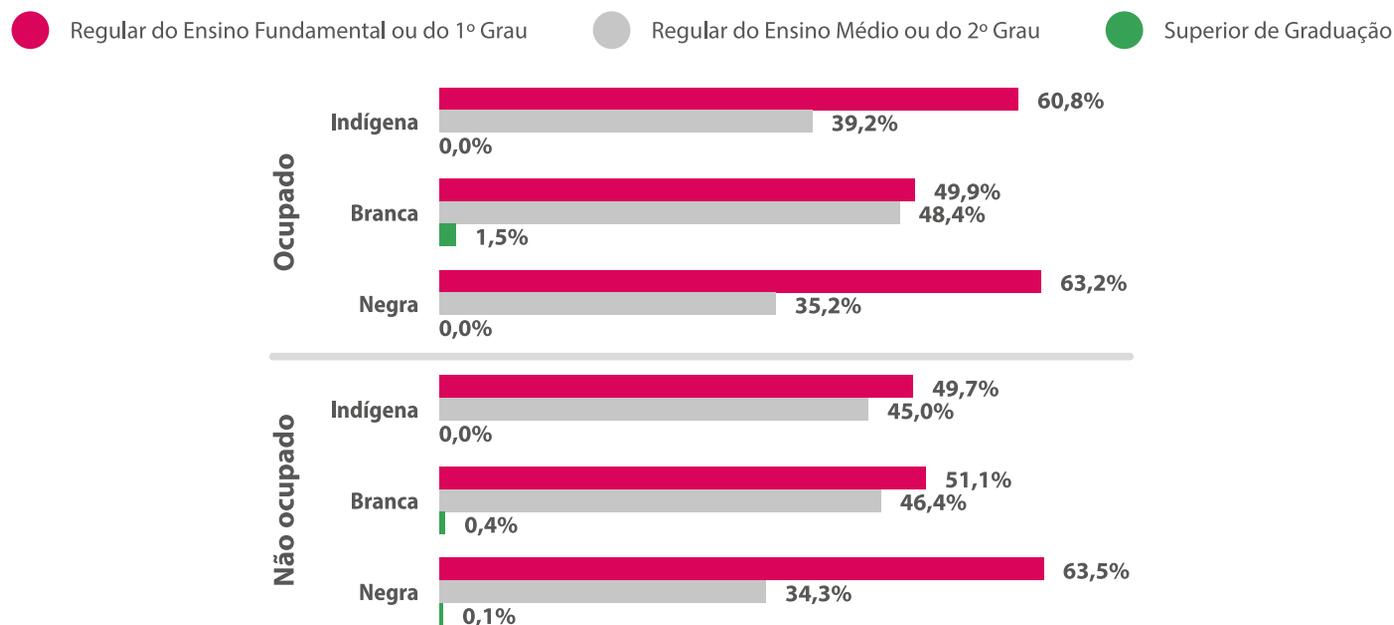
O segundo grupo a ter suas proporções divergentes entre ocupados e não ocupados são os indígenas. Entre esses, a escolarização tende a crescer, rivalizando a frequência proporcional do Ensino Fundamental com a do Ensino Médio, enquanto observa-se, entre os ocupados, que pouco menos de cinco em cada oito pessoas havia deixado de frequentar a escola durante o Ensino Fundamental (Primeiro Grau).

Brancos e negros não ocupados mantêm a frequência do curso mais elevado semelhante. Os primeiros dividem entre si a proporção dos adolescentes que deixaram de frequentar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com relativa preponderância para o Ensino Fundamental. Há, curiosamente, menor concentração do abandono no Ensino Superior entre os brancos ocupados do que entre os brancos não ocupados, mas, ainda assim, entre todos os grupos que não frequentam um estabelecimento de ensino, os brancos são os únicos a participarem do Ensino Superior independente de sua situação de ocupação.

Entre os negros, a proporção dos que deixaram de frequentar a escola no Ensino Fundamental constitui a maioria dos casos, com proporção pouco maior de cinco em cada oito pessoas. Aproximadamente, um terço dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade negros não ocupados abandonaram os estudos durante o Ensino Médio. Cabe aqui a menção de uma divergência entre negros ocupados e não ocupados que deixaram de frequentar o Ensino Médio; entre os

últimos, ainda que de forma residual, há a presença do abandono dos estudos no Ensino Superior (0,1%). O alcance na elaboração de hipóteses para essa diferença é baixo, entretanto, é necessário que se considere que a situação de ocupação (estar ou não ocupado) pode exercer alguma influência nessa presença, tendo, em comparação com brancos ocupados da mesma faixa etária, razões diversas.

Gráfico 9: População entre 15 e 17 anos de idade segundo curso mais elevado que frequentou anteriormente, situação de ocupação e cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Tabela 9: População entre 15 e 17 anos de idade segundo curso mais elevado que frequentou anteriormente, situação de ocupação e cor/raça – Brasil, 2015

CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE										
	COR/RAÇA	REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU	REGULAR DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU	SUPERIOR DE GRADUAÇÃO	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	CRECHE	CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO (CA)	MATERNAL, JARDIM DE INFÂNCIA ETC.	TOTAL
Ocupado	Indígena	2.015	1.299	0	0	0	0	0	0	3.314
	Branca	94.532	91.683	253	2.872	0	0	0	0	189.340
	Negra	211.051	117.447	5.425	0	0	0	0	0	333.923
Não ocupado	Indígena	1.643	1.488	176	0	0	0	0	0	3.307
	Branca	179.188	162.476	4.879	1.450	253	646	354	1.148	350.394
	Negra	427.472	230.596	11.982	906	1.109	367	275	0	672.707

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Saúde

Como informamos na metodologia deste relatório, os dados que seguem analisados nesta seção foram extraídos dos sistemas de registro de ocorrências do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) – especificamente, utilizaremos informações do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) – por duas razões principais: a primeira delas refere-se à possibilidade de comparação entre dados que esse sistema proporciona, sendo passíveis de recuperação as variáveis socioeconômicas (cor/raça, anos de estudo e sexo, entre outras) de cada uma dessas ocorrências; a segunda razão refere-se à qualidade dos dados consolidados nesse sistema, que tem sido referência na condensação de informações e indicadores de difícil acesso nas instâncias estaduais, dos quais os dados de homicídio são o exemplo mais contundente.

Além de tais esclarecimentos, cabe que adicionemos mais uma opção metodológica: realizamos, para os dados provenientes dos sistemas estaduais de saúde, a soma das variáveis de cor/raça, transformando as categorias em

“brancos” e “negros”, sendo a primeira delas derivada da soma das categorias “brancos” e “amarelos” e, a segunda, da soma das categoriais “pretos” e “pardos”.

O primeiro dado que analisaremos informa a quantidade de nascimentos de crianças com peso inferior a 2.500 gramas. Tal informação é útil na medida em que se tem em conta que os nascimentos com baixo peso são um indicador do risco de mortalidade no primeiro ano de vida, observando-se que caso haja sobrevivência ao primeiro ano de vida maiores são as probabilidades de incidência de distúrbios neurológicos e cognitivos em sua vida posterior.

Nos últimos 15 anos, o Brasil verifica, em média, 8,8% de seus nascimentos sendo de crianças com baixo peso ao nascer (menos de 2.500 gramas). O peso dos nascidos pode ser atribuído tanto à duração da gravidez como aos fatores do ambiente em que ela se desenvolve:

O peso, ao nascer, é determinado pelo crescimento fetal e a duração da gravidez. Estima-se que cerca de 40% da variação no crescimento fetal podem ser atribuídos a fatores genéticos, entre os quais os genótipos materno e fetal desempenham o papel mais importante, com pequena contribuição adicional do sexo da criança. Os 60% restantes dessa variação são determinados por fatores ambientais maternos (BARROS, 2008, p. 390).

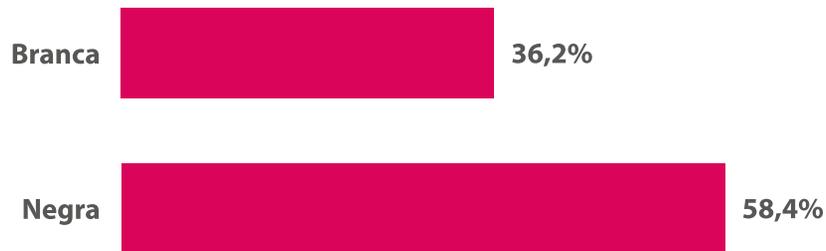
Nesse sentido, há que se ter em conta que pouco menos de dois terços das prováveis causas dos nascimentos de crianças com baixo peso relacionam-se com privações e outros fatores de risco associados ao período da gestação. Relacionamos a frequência de casos de nascidos com baixo peso e a cor/raça da mãe.

Verifica-se, pela observação da distribuição proporcional, que pouco mais de oito em cada 14 (58,4%) nascimentos de crianças com baixo peso ocorrem entre mães negras (pretas e pardas), sendo pouco mais de um terço (36,2%) desses nascimentos frequentes entre mães brancas (brancas e amarelas).

Há de se considerar, na análise destas proporções, aspectos socioeconômicos ligados à cor/raça da mãe, não sendo adequado atribuir os resultados somente à herança genética, como afirma Pacheco (2018, p.134):

Assim, é importante que estudos na área da saúde avaliem a raça/cor como um construto social, considerando o efeito da condição socioeconômica, o acesso ao serviço de saúde e a escolaridade da população negra na análise da variável enquanto risco para desfechos, uma vez que a discriminação racial nem sempre se faz presente de forma explícita e mensurável nas relações sociais.

Gráfico 1: Distribuição proporcional dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer segundo cor/raça – Brasil, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Tabela 1: Nascidos vivos com baixo peso ao nascer segundo cor/raça – Brasil, 2015

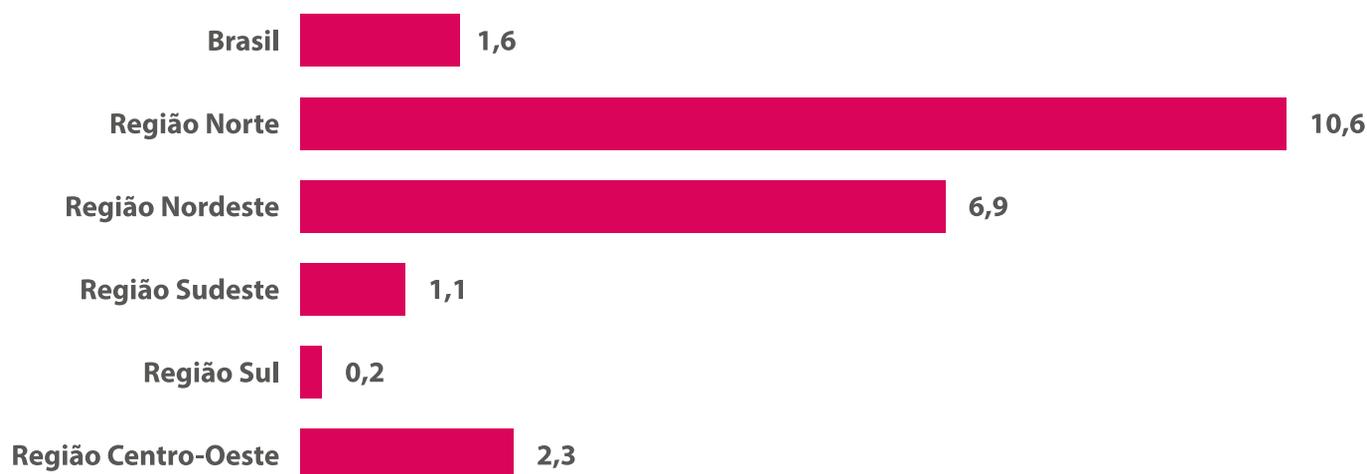
COR/RAÇA	BRANCA	NEGRA
Brasil	92.300	148.671

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Nesse mesmo raciocínio, calculamos o risco relativo das ocorrências de nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer, entre brancos e negros. Assim, todos os valores menores do que um (1) representam risco relativo de ocorrência de nascimentos de crianças com baixo peso para brancos, e todos os valores maiores do que um (1) representam maior risco relativo dessa ocorrência entre negros.

Em primeiro lugar, é nítida a relação que a cor/raça mantém entre as regiões do país: a Região Sul é a única a demonstrar risco relativo de nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer, maior para brancos. Nas regiões seguintes, as gestantes de cor/raça negra têm, em média, aproximadamente cinco vezes mais o risco de terem filhos com baixo peso ao nascer; tal proporção atinge o dobro da média na Região Norte (10,6) e sete vezes o risco de tal ocorrência na Região Nordeste (6,9). Das demais regiões, a Centro-Oeste acumula risco relativo de ocorrência entre mulheres negras de 2,3 vezes quando comparado com mulheres brancas, enquanto a Região Sudeste é a que tem o risco menos desigual, de 1,1 vez.

Gráfico 2: Risco relativo de nascimentos com baixo peso ao nascer segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Tabela 2: Nascimentos com baixo peso ao nascer segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	BRANCA	NEGRA
BRASIL	92.300	148.671
Região Norte	1.945	20.633
Região Nordeste	7.727	53.626
Região Sudeste	49.451	55.615
Região Sul	27.744	6.293
Região Centro-Oeste	5.433	12.504

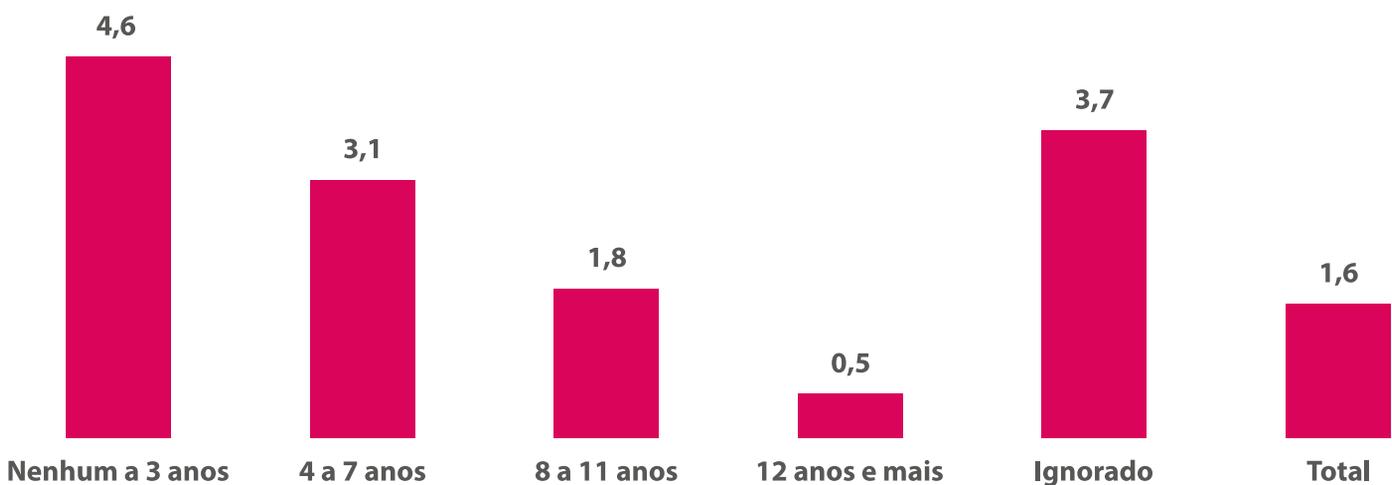
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

No gráfico que segue, aplicamos o mesmo raciocínio na análise do anterior, com uma especificidade: neste caso, calculamos o risco relativo segundo cor/raça e escolaridade das mães. A interpretação dos resultados respeita o mesmo padrão em ambos os casos (os resultados maiores do que um (1) representam risco relativo maior para negros e resultados menores do que um (1) representam risco superior para brancos).

Para os nascidos vivos com baixo peso ao nascer (inferior a 2.500 gramas) segundo a escolaridade da mãe, são perceptíveis as concentrações do risco relativo para mães negras e de baixa escolarização. Entre aquelas que têm até sete anos de estudo (Ensino Fundamental completo e incompleto), esse risco é, em média, aproximadamente quatro vezes maior para mulheres negras. Especificamente, entre as que têm até três anos de estudo, o risco de ocorrência de nascimentos prematuros é quatro vezes maior do que entre brancas. A concentração do risco relativo permanece sendo de, no mínimo, 1,8 maior para negras; entre as que frequentaram ou concluíram o Ensino Fundamental (quatro a sete anos de estudo) o risco relativo de nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer é três vezes maior.

A escolaridade mantém relação diretamente proporcional à equalização do risco relativo dos nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer entre mães brancas e negras. Ainda assim, para as mães que frequentaram o Ensino Médio, o risco relativo concentra quase duas vezes a probabilidade de ocorrência entre mães negras. A única exceção entre as escolaridades se verifica entre as mães que têm 12 anos ou mais de estudo, em que o risco relativo de nascimentos de crianças com baixo peso é maior entre mães brancas. Cabe, contudo, que consideremos a possibilidade de que a gestação e os nascimentos entre mães de escolaridade mais alta ocorra mais tarde do que aqueles examinados até aqui.

Gráfico 3: Risco relativo de nascimentos com baixo peso ao nascer entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Tabela 3: Nascimentos com baixo peso ao nascer entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015

COR/RAÇA	ANOS DE ESTUDO DA MÃE					
	NENHUM A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 11 ANOS	12 ANOS E MAIS	IGNORADO	TOTAL
Branca	1.547	11.568	48.975	29.593	617	92.300
Negra	7.074	35.847	87.805	15.667	2.278	148.671

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Obedecendo ao mesmo raciocínio empregado na análise da distribuição das ocorrências de nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer, examinamos, a seguir, o padrão de distribuição e riscos relativos de ocorrência dos óbitos maternos, respeitando as variáveis de perfil socioeconômico disponíveis no SIM.

A primeira característica observada é a da distribuição do risco relativo dos óbitos maternos segundo a cor/raça da gestante. Antes, porém, é necessário que façamos algumas ressalvas a respeito da qualidade dos dados disponíveis sobre este tema.

A qualidade das informações dos óbitos maternos que constam do SIM, há pelo menos sete anos, tem sido aprimorada com o estabelecimento de metas na investigação desses óbitos, bem como na ampliação da cobertura das declarações feitas por municípios e estados. A ficha de qualificação dos óbitos maternos, mais recente, explicita o modo de coleta dos dados e consolidação do sistema:

As Secretarias de Saúde coletam as Declarações de Óbitos dos cartórios e entram, no SIM, com as informações nelas contidas. Uma das informações primordiais é a causa básica de óbito, a qual é codificada a partir do declarado pelo médico atestante, segundo regras estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p. 48).

Em publicação já citada, o Ministério da Saúde (MS) atesta o progresso na cobertura das informações e na investigação dos óbitos maternos principalmente nas Regiões Sudeste, Norte e Nordeste. A partir de 2009, a investigação sobre óbitos maternos tem um salto, saindo de pouco mais de metade dos óbitos investigados, no ano citado, para algo próximo a 90%, em 2013. Como diz a publicação:

No Brasil, durante o período de 2009 a 2014, observa-se o aumento gradativo na investigação de óbitos de Mulheres em Idade Fértil (MIF). Em 2009, dos 67.116 óbitos de MIF notificados no SIM foram investigados 55,2% (37.074); em 2013, dos 66.790 óbitos MIF foram investigados 87,5% (58.508). (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 52).

Os casos de 2014 continuam sendo notificados, investigados e/ou registrados no módulo de investigação do SIM, contudo, até junho de 2015, foram investigados 83,7% [...]. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 60).

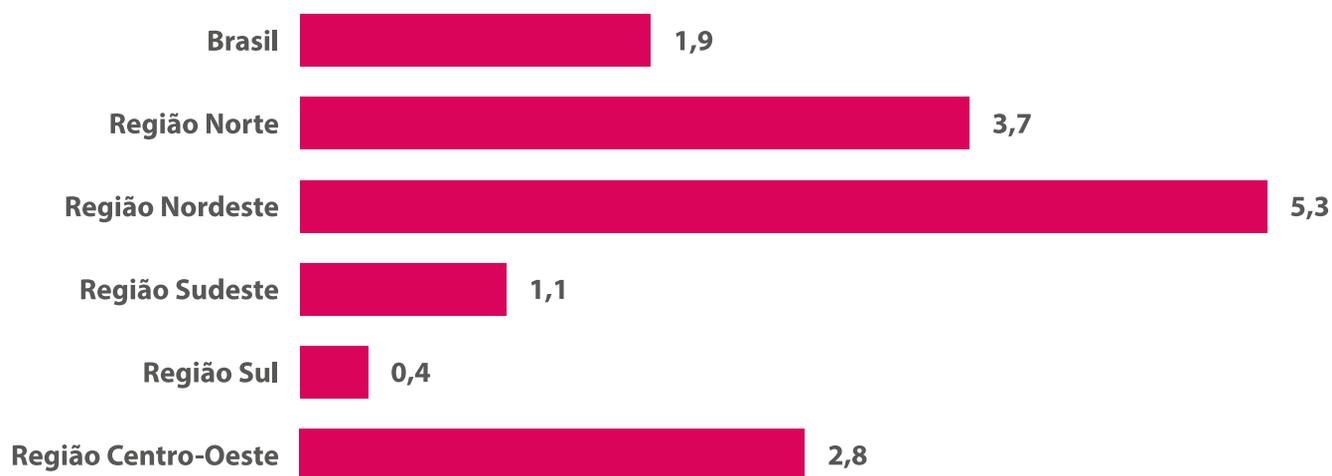
No ano de 2015, a investigação dos óbitos maternos atingiu, em média, 97% dos óbitos ocorridos naquele ano. Dentre as regiões do país, situam-se ainda com a menor cobertura de investigações as Regiões Norte (96,7%) e Nordeste (92,9%) que, no entanto, acumulam menos de um em cada dez óbitos desta categoria não investigados.

Feitas essas considerações, passamos à análise da distribuição do risco relativo das mortes de gestantes em relação à sua cor/raça nas regiões do Brasil. Nos utilizamos da mesma referência em análises anteriores para definição das categorias de cor/raça: a categoria “negros” representa a soma das categorias “pretos” e “pardos”, enquanto a categoria “brancos” reúne as ocorrências verificadas entre “brancos” e “amarelos”.

Em primeiro lugar, há que se mencionar o risco relativo de óbitos maternos de mulheres de cor/raça negra da Região Nordeste em relação ao restante do país. Nessa região, a ocorrência de óbito de uma mulher gestante que detenha tais características está contida, ao menos, cinco vezes naqueles ocorridos entre mulheres da cor/raça branca. A segunda região em que é perceptível a concentração do risco relativo de óbitos de gestantes negras em relação ao de brancas é a Norte, sendo o risco relativo dos óbitos 3,7 vezes maior para negras. Nas demais regiões, apenas a Centro-Oeste concentra desigualdade do risco relativo acima da média nacional, de aproximadamente três vezes (2,8) mais chances de óbitos maternos para mulheres negras do que para brancas.

Abaixo do risco relativo médio (2,6) de óbitos maternos de mulheres negras em relação ao de brancas, situam-se as Regiões Sudeste e Sul. Demonstrando o mesmo padrão verificado quando da análise das ocorrências de nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer, a Região Sul apresenta risco relativo mais acentuado para mulheres brancas do que para negras. A Região Sudeste, tendo risco relativo de óbito minimamente maior para as mulheres negras em relação às brancas, tem, ao mesmo tempo, o valor do risco relativo mais equânime das regiões brasileiras.

Gráfico 4: Risco relativo de óbitos maternos entre mães negras e brancas – Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 4: Número de óbitos maternos entre mães negras e brancas – Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	BRANCAS	NEGRAS	TOTAL DE ÓBITOS MATERNOS
Região Norte	41	151	214
Região Nordeste	87	462	580
Região Sudeste	282	322	631
Região Sul	115	44	166
Região Centro-Oeste	36	100	147
BRASIL	561	1.079	1.738

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A seguir, calculamos o risco relativo dos óbitos segundo a cor/raça das mães e seus anos de estudo. Dentre todos os dados analisados, o que se segue demonstra a maior disparidade entre a cor/raça das mães e o risco relativo de seu óbito.

A mera observação da representação gráfica dos valores de risco relativo entre mães brancas e negras evidencia o que vimos até aqui, no seguinte sentido: o risco relativo de óbitos entre as mães negras com nenhuma escolaridade é aproximadamente dez vezes maior do que o mesmo evento acometer mães de cor/raça branca.

As duas razões principais pelas quais não somamos a frequência de casos entre as mães sem nenhuma escolaridade àquelas que têm até três anos de estudo são: i) a diferença entre os estratos é acentuada, de 5,4 pontos; e ii) o valor do risco relativo entre mães negras sem nenhuma escolaridade merece menção.

Os resultados dos riscos relativos nos estratos seguintes apresentam tendência inversamente proporcional: quanto mais anos de estudo menos díspares os riscos relativos de óbitos maternos entre mães negras e brancas. Especificamente, entre as mães que frequentaram os primeiros anos do Ensino Fundamental, as chances de óbito são quatro vezes maiores para as mulheres negras. Como observam Anjos e Boing,

Mães com maior nível de escolaridade conseguem compreender melhor as informações e as ações que ocorrem ao seu redor e são mais capacitadas para buscarem, processarem e colocarem em prática o conhecimento a que têm acesso. O nível de escolaridade influencia a atitude da mulher perante as informações que lhes são passadas, e as mais escolarizadas apresentam maior autonomia, fazem mais perguntas e são mais propensas a serem ouvidas pelos profissionais de saúde (ANJOS; BOING, 2016, p. 846).

As mães negras que completam o Ensino Fundamental ou frequentaram o Ensino Médio, em média, ainda têm risco relativo de óbito duas vezes maior; sendo mais concentrado esse risco entre as mulheres que não completaram o Fundamental (quatro a sete anos de estudo). Cabe salientar, por outro lado, que, nos estratos de algum ano de escolarização, a média do risco relativo de óbitos é de pelos menos duas vezes (2,3) maior para mães negras do que para brancas.

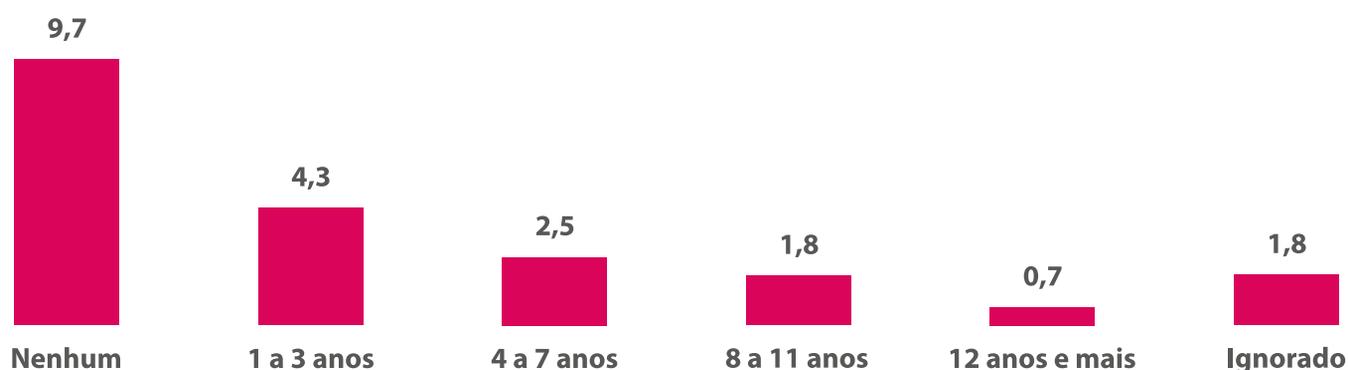
O estrato de maior escolarização, de 12 anos e mais de estudo, é a única exceção dentre os resultados obtidos. Nesse estrato, o risco relativo, sendo menor do que um (1), demonstra mais chances de acometer mulheres brancas do que mulheres negras. Aqui, é necessário repetir a ressalva que fizemos quando da análise dos nascimentos de crianças com baixo peso, sendo o estrato das mães com mais de 12 anos de estudo o mais extenso, há que se considerar que tais nascimentos, naquele caso, e óbitos, neste, têm a influência da idade das mães. Por último, cabe que consideremos que a diferença verificada no risco relativo entre mulheres brancas e negras, nessa faixa de escolarização, é mínima.

Pacheco e Silva (2018) convergem para esse resultado, salientando que a baixa escolaridade, assim como a cor/raça, pode ser entendida como um fator de risco, pois:

(...) influencia quando e como a gestante acessa o serviço de saúde, e o quanto compreende as orientações de autocuidado e cuidado com o bebê ao longo das consultas de pré-natal. Além disto, a baixa escolaridade tem associação com baixo peso ao nascer, multiparidade e menor número de consultas pré-natais (PACHECO; SILVA, 2018, p. 132).

Na mesma pesquisa, os dois marcadores citados foram relacionados a partir dos dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados vão ao encontro dos obtidos pela Fundação Abruq, apontando que ocorre uma prevalência de gestantes negras entre as que têm baixa escolaridade.

Gráfico 5: Risco relativo de óbitos maternos entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 5: Número de óbitos maternos entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015

COR/RAÇA	NENHUM	1 A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 11 ANOS	12 ANOS E MAIS	IGNORADO	TOTAL
Branca	3	33	117	228	103	77	561
Negra	29	141	290	409	68	142	1079

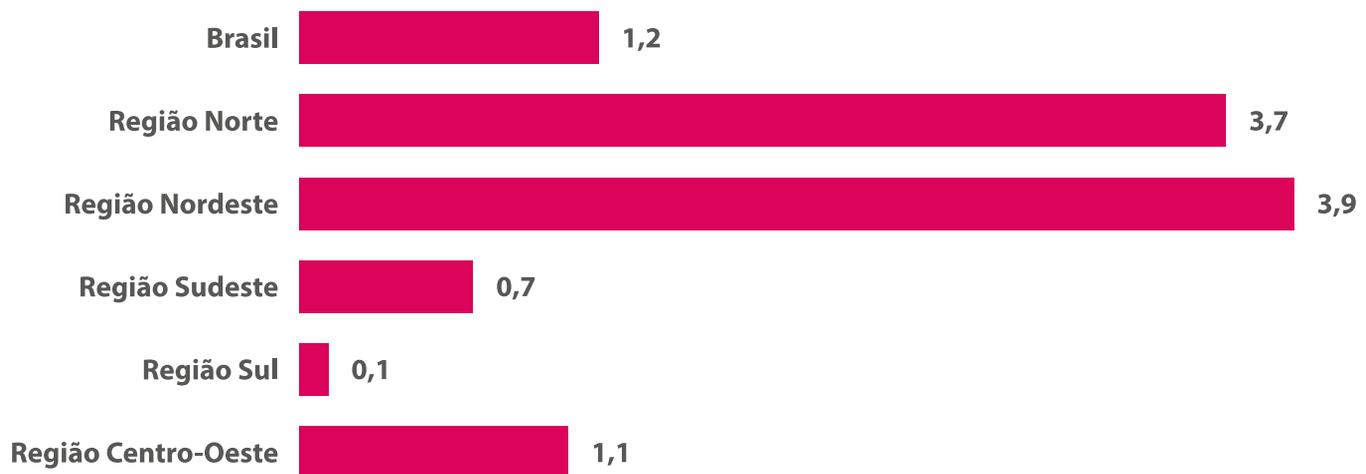
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Os próximos dados referem-se aos óbitos de crianças durante seu primeiro ano de vida. Novamente, é necessário mencionar que usamos os mesmos procedimentos analíticos empregados anteriormente, tanto em relação às categorias de cor/raça dos indivíduos (consideram-se brancos aqueles definidos como brancos ou amarelos, e negros os que são definidos como pretos ou pardos) como aos riscos relativos de ocorrência de óbitos nessas características socioeconômicas.

A distribuição do risco relativo segundo cor/raça dos indivíduos e suas regiões de residência tende a confirmar a dinâmica observada em outras ocorrências. A principal semelhança entre a que segue analisada e as anteriores é a acentuada disparidade do risco relativo para negros nas Regiões Norte e Nordeste; entretanto, há entre os óbitos infantis (de menores de um ano de idade) uma peculiaridade: ambas as regiões têm riscos relativos próximos, fato não verificado em nenhuma das outras análises.

De maneira mais específica, temos que o risco de um óbito ocorrer durante o primeiro ano de vida entre crianças negras é aproximadamente quatro vezes maior: 3,7 na Região Norte e 3,9 na Região Nordeste. Outra diferença verificada nesse conjunto é a alteração dos resultados do risco relativo nas Regiões Sul e Sudeste, sendo maiores as chances de ocorrência de óbitos nos primeiros anos de vida entre brancos, ainda que essa diferença seja pequena na Região Sudeste e pouco mais acentuada na Região Sul.

Gráfico 6: Risco relativo de óbitos infantis mães negras e brancas – Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS) /Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) /Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 6: Número de óbitos infantis entre mães negras e brancas – Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	BRANCA	NEGRA
Região Norte	895	3.290
Região Nordeste	2.002	7.892
Região Sudeste	7.403	5.098
Região Sul	3.648	418
Região Centro-Oeste	1.302	1.388
BRASIL	15.250	18.086

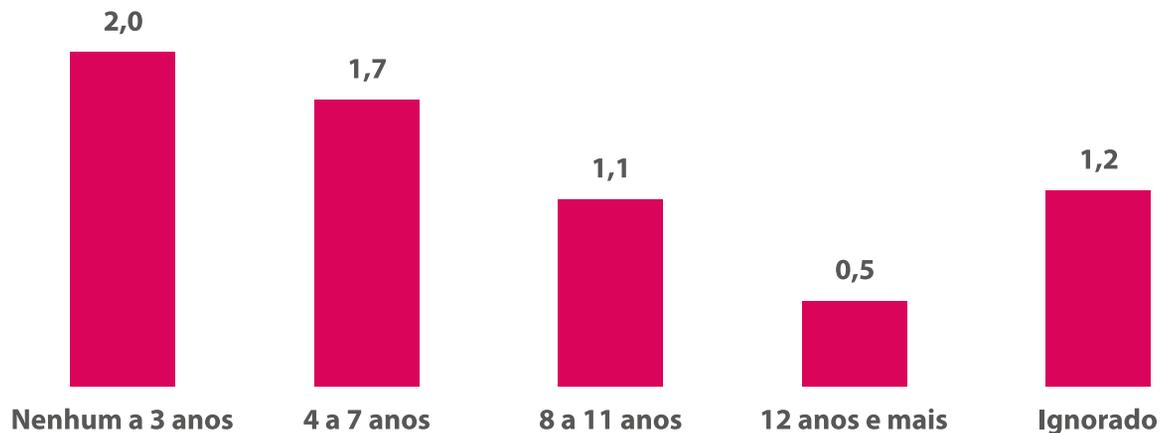
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Os óbitos de menores de um ano de idade, como já informamos, apresentam padrões de ocorrência mais equilibrados se tivermos em consideração os dados já analisados até aqui.

Em relação aos anos de estudo das mães, é verificável as chances desiguais de óbito entre crianças negras e brancas nos estratos de mães menos escolarizadas. Para aquelas mães de até três anos de estudo – que não frequentaram a escola ou que não completaram os anos iniciais do Ensino Fundamental –, o risco de óbitos no primeiro ano de vida entre crianças negras é duas vezes maior do que aquele observado entre brancos. O risco relativo se reduz quando analisamos o estrato de mães com escolaridade de até sete anos de estudo – que não completaram os anos finais do Ensino Fundamental –, ainda que se aproximem do dobro (1,7) das chances de óbito entre crianças brancas no primeiro ano de vida.

O risco relativo entre as mães que frequentaram o Ensino Médio (entre oito e 11 anos de estudo) é praticamente igual, sendo um pouco maior a chance dos óbitos entre crianças negras. Como também foi verificado em outros momentos, o risco relativo entre as mães que têm o Ensino Médio completo (12 anos e mais) ou escolaridade superior é mais acentuado entre crianças de cor/raça branca.

Gráfico 7: Risco relativo de óbitos infantis entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 7: Número de óbitos infantis entre mães negras e brancas, e anos de estudo – Brasil, 2015

COR/RAÇA	NENHUM A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 11 ANOS	12 ANOS E MAIS	IGNORADO	TOTAL
Branca	912	2.560	6.545	2.537	2.696	15.250
Negra	1.831	4.416	7.361	1.298	3.180	18.086

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

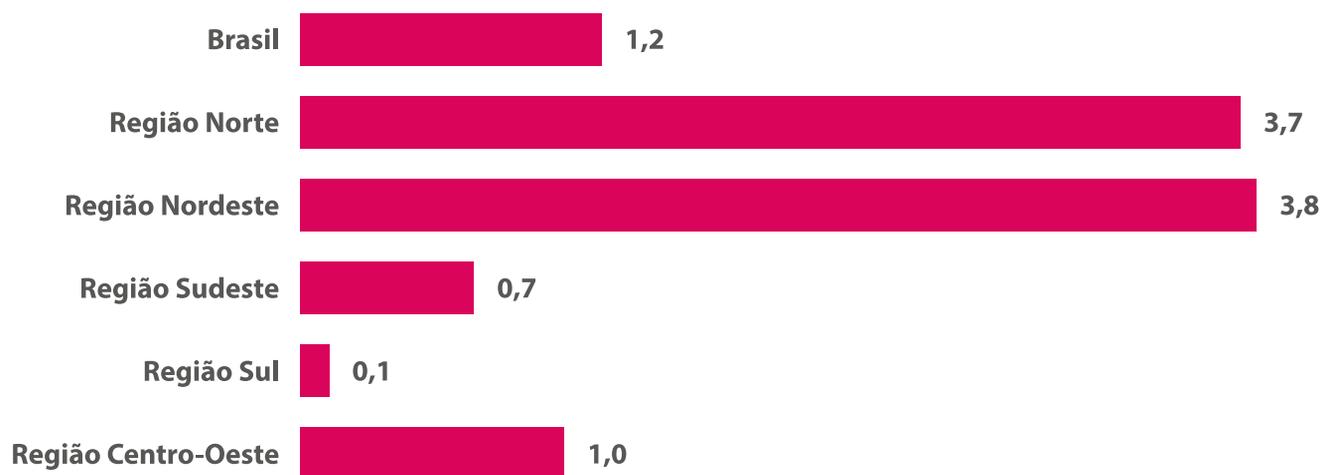
Examinadas as condições de distribuição do risco relativo dos óbitos de crianças até seu primeiro ano de vida, passamos, agora, à observação dos riscos relativos de óbitos na infância (de crianças de menos de cinco anos de idade).

Regionalmente, os resultados da distribuição do risco relativo são semelhantes àqueles verificados entre os óbitos de menores de um ano de idade. As Regiões Norte e Nordeste acumulam risco médio de óbitos durante os primeiros cinco anos aproximadamente 3,8 vezes maior para crianças negras em relação às brancas. O contrário ocorre nas Regiões Sudeste e Sul, sendo que a primeira está mais próxima do equilíbrio desse risco e a segunda está mais distante. Ambas, contudo, têm riscos de óbitos durante os primeiros cinco anos de vida minimamente mais acentuados para crianças brancas do que para crianças negras. Por último, verifica-se a Região Centro-Oeste, com risco relativo nulo entre as crianças de cor/raça branca e negra.

É notável também que existe uma tendência explorada por uma parcela considerável dos pesquisadores em usar a escolaridade como uma variável concorrente à renda, considerando que, no caso brasileiro, pessoas com maior escolaridade têm renda mais elevada. Assim sendo, Pacheco e Silva (2018), devido à ausência da variável renda no SIM, relacionam a escolaridade e a cor/raça das gestantes à renda, indicando que este também pode ser considerado um marcador obstétrico de risco, afirmando que:

O principal determinante do acesso à educação e da progressão dentro de padrões de adequação (idade/série) é a renda familiar, com influência em todas as faixas de renda da variável raça/cor (...) e também que (...) no Brasil, a população negra tem a pior remuneração do mercado de trabalho, escolaridade mais baixa e sofre mais restrições no acesso a serviços de saúde. Mesmo quando apresenta escolaridade idêntica à da população branca, não tem níveis de renda similares (PACHECO; SILVA; 2018, p.132).

Gráfico 8: Risco relativo de óbitos na infância entre mães brancas e negras – Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 8: Número de óbitos na infância entre mães brancas e negras – Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	BRANCA	NEGRA	TOTAL
Região Norte	1.040	3.842	5.707
Região Nordeste	2.412	9.060	13.548
Região Sudeste	8.441	5.874	15.444
Região Sul	4.168	482	4.830
Região Centro-Oeste	1.533	1.599	3.567
BRASIL	17.594	20.857	43.096

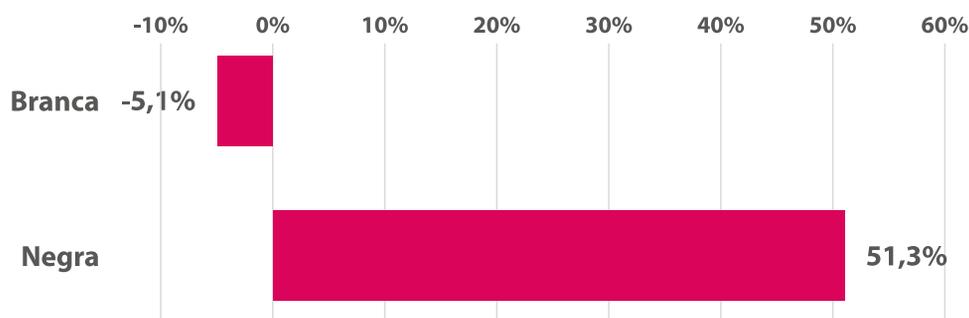
Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A distribuição relativamente equilibrada entre algumas regiões do país tende a encobrir disparidades referentes às condições de ocorrência dos óbitos durante os primeiros anos de vida das crianças brasileiras. No gráfico 9, calculamos as diferenças proporcionais dos óbitos ocorridos por causas externas – tendo o capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças (CID 10) como referência – em 2015.

Em primeiro lugar, cabe que situemos os óbitos por causas externas: são classificadas nesse capítulo as mortes resultantes de acidentes, acidentes de transporte, suicídios, complicações médicas e cirúrgicas, agressões, homicídios e eventos cuja intenção é indeterminada. Nesse sentido, é necessário que se considere a imprevisibilidade de tais eventos ainda que suas vítimas tenham características específicas, como veremos.

Calculamos a diferença proporcional entre a quantidade de óbitos ocorridos nos primeiros 365 dias de vida das crianças e aqueles que se deram posteriormente. De forma não tão surpreendente, tendo em conta os padrões já observados, os óbitos de crianças negras por causas externas aumentam em 51,3% depois do primeiro ano de vida, em 2015. Entre crianças brancas, esse resultado apresenta decréscimo de 5,1%.

Gráfico 9: Diferença proporcional entre os óbitos infantis e na infância por causas externas entre mães brancas e negras – Brasil, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 9: Óbitos infantis e na infância por causas externas entre mães brancas e negras – Brasil, 2015

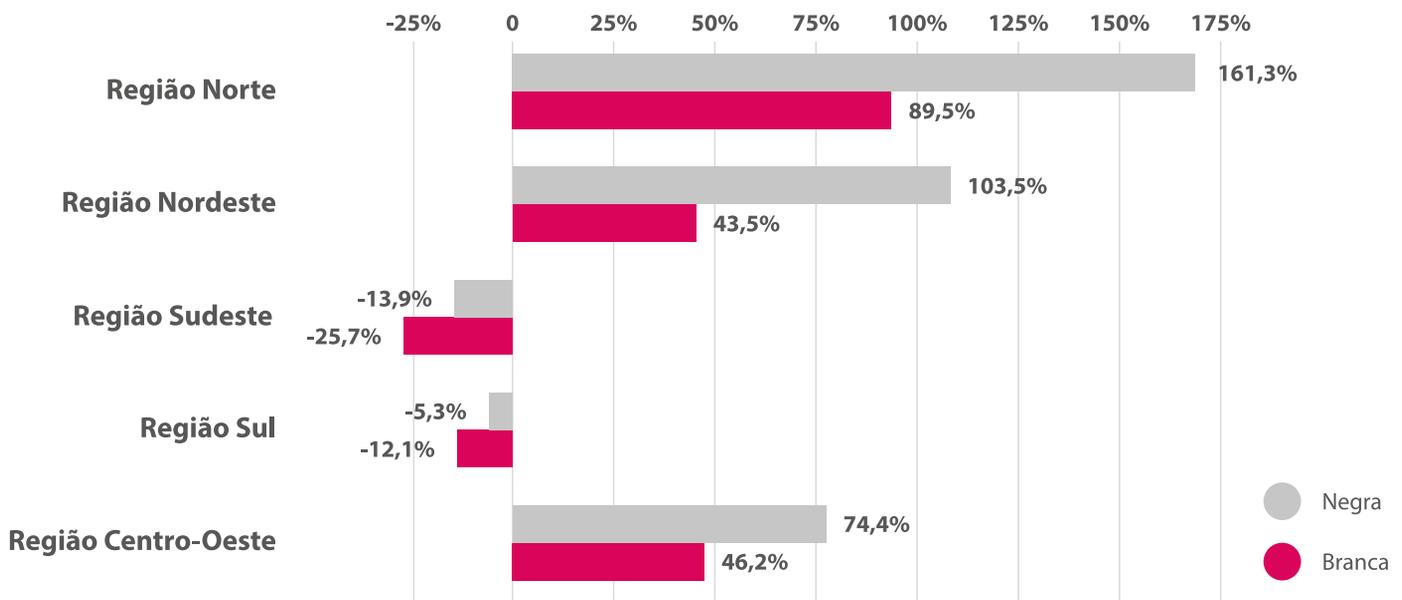
COR/RAÇA	MENOR UM ANO DE IDADE	UM A QUATRO ANOS DE IDADE	TOTAL
Branca	494	469	963
Negra	478	723	1.201

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A replicação do mesmo cálculo entre as regiões do país tende a repetir os padrões observados em outros momentos, com algumas peculiaridades que merecem menção: i) verifica-se a mesma tendência de acréscimo das mortes por causas externas após o primeiro ano de vida nas Regiões Norte e Nordeste, havendo, contudo, às crianças negras proporção de aumento duas vezes maior do que aquele verificado entre crianças brancas; e ii) na Região Centro-Oeste, o acréscimo, ainda que seja o mais equânime das regiões, apresenta crescimento proporcional 1,6 vez mais acentuado para crianças negras.

Entre as Regiões Sudeste e Sul, que apresentam decréscimo proporcional das mortes de menores de cinco anos de idade por causas externas, a disparidade entre cor/raça permanece sendo um importante marcador da diferença. Em média, o decréscimo proporcional é, no mesmo sentido, aproximadamente duas vezes (1,9) mais concentrado entre crianças brancas. Por fim, vale que consideremos que a Região Sudeste é aquela em que os óbitos na infância apresentam a maior redução proporcional após o primeiro ano de vida.

Gráfico 10: Diferença proporcional entre os óbitos infantis e na infância por causas externas segundo cor/raça – Grandes Regiões, 2015



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 10: Óbitos infantis e na infância por causas externas segundo cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	BRANCA		NEGRA	
	MENOR 1 ANO	1 A 4 ANOS	MENOR 1 ANO	1 A 4 ANOS
Região Norte	19	36	62	162
Região Nordeste	46	66	142	289
Região Sudeste	241	179	216	186
Região Sul	149	131	19	18
Região Centro-Oeste	39	57	39	68
BRASIL	494	469	478	723

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Violência

Entre as dimensões que exploramos até aqui, talvez, a última seja a que representa de forma mais evidente e objetiva aquilo que vimos nos esforçando por demonstrar: a manifestação das desigualdades sociais em circunstâncias específicas, tais como as mortes violentas de pessoas menores de 19 anos de idade.

Seguimos aqui o procedimento de análise e categorização semelhante ao adotado na seção anterior: considerou-se as categorias de cor/raça de “negros” como resultantes da soma entre aqueles reconhecidos como “pretos” e “pardos”, e o conjunto dos indivíduos reconhecidos como sendo de cor/raça “branca” e “amarela” como “brancos”.

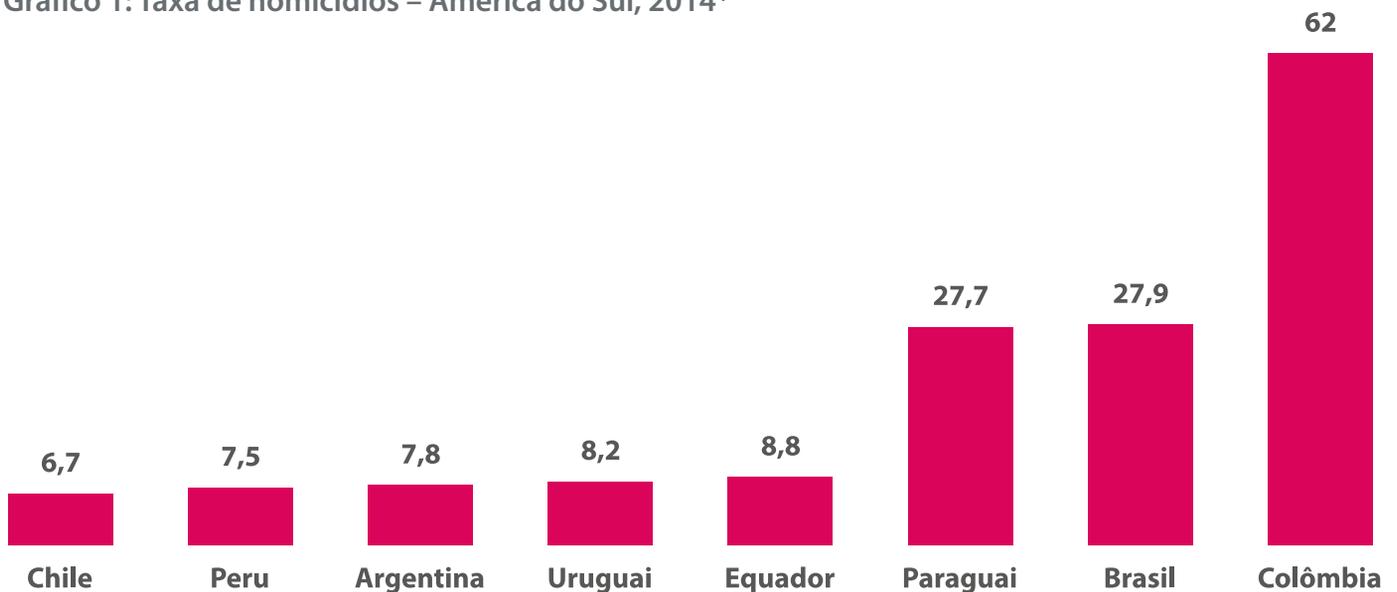
Nesta seção, privilegiamos a abordagem das ocorrências de óbitos por homicídio entre crianças e adolescentes relacionando-as às variáveis socioeconômicas disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), tais como: cor/raça da vítima, anos de estudo e território de residência. Tal opção refere-se, em primeiro lugar, ao fato de que as análises sobre as quantidades e proporção de óbitos por homicídio, e dos homicídios cometidos por armas de fogo, foram realizadas no terceiro volume desta série. Além disso, o exame dos assassinatos pretende realizar inferências de maior alcance explicativo, visando a demonstração de que determinados grupos, além de sofrerem mais privações, estão, também, mais expostos aos riscos e consequências da violência.

A seguir, selecionamos as taxas de homicídios dos países que compõem o continente Sul-Americano, que são compiladas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês) e disponibilizadas pelo site do Banco Mundial³. A comparação das taxas de homicídios entre países que dividem o continente com o Brasil demonstra a elevada participação do país no quadro de homicídios mundial; entre os sete países que figuram no gráfico que segue, o Brasil só exibe taxa menos concentrada do que a Colômbia. Para o ano em questão, 2014, o Paraguai apresenta taxa semelhante à brasileira, tendo, contudo, concentração menos elevada em aproximadamente 0,2.

Chama a atenção, além da posição de destaque em relação aos outros países, o fato de o país manter taxa de homicídios duas vezes e meia mais concentrada do que a média do restante dos países, incluindo-se o Paraguai nesse cálculo. Descontada a taxa desse último país, a taxa de homicídios brasileira agrega proporção três vezes e meia mais concentrada do que a média dos demais países. Assim, torna-se desnecessário dizer que as mortes violentas, além de serem uma das principais causas da redução da expectativa de vida em território nacional, tornam o Brasil notável pelo descontrole de sua violência, especificamente armada, como veremos adiante. Feitas as considerações sobre a posição do Brasil em relação aos demais países Sul-Americanos, passamos agora à análise das vítimas por homicídios com menos de 19 anos de idade.

³ A seção de Indicadores de Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial, encontra-se no *link* <https://data.worldbank.org/products/wdi>.

Gráfico 1: Taxa de homicídios – América do Sul, 2014⁴



Fonte: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês) – Banco de dados de Estatísticas Internacionais de Homicídios.

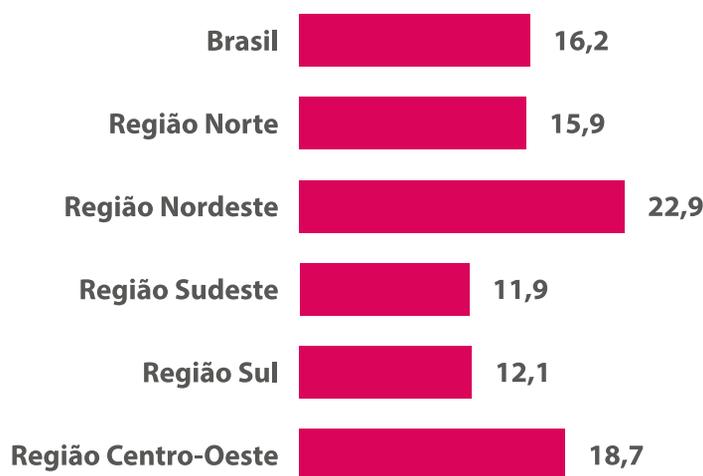
No ano de 2015, foram registrados 59 mil óbitos por agressões intencionais no Brasil; aproximadamente um em cada cinco desses homicídios (20%) foram cometidos a jovens com menos de 19 anos de idade, pouco mais de 11 mil residentes. Nesse contexto, e tendo em conta a composição da estrutura etária brasileira, a taxa de homicídios do grupo de crianças e adolescentes participa de mais da metade da taxa referente ao conjunto da população brasileira; relacionando-se o número de óbitos por agressões intencionais à população estimada para aquele ano, os resultados das taxas de homicídios do conjunto da população é de 28,5 óbitos para cada 100 mil habitantes e de 16,2 para o grupo de menores de 19 anos.

Regionalmente, a distribuição dos homicídios expõe quadro diverso: lideram a composição da média nacional as Regiões Nordeste e Centro-Oeste, em especial a primeira dessas, cuja distância em relação à taxa nacional acumula 6,7 pontos. Em posição intermediária, se localiza a taxa de homicídios da Região Norte, relativamente semelhante à taxa brasileira.

As duas regiões restantes, Sul e Sudeste, demonstram a menor influência na elevação da proporção nacional de homicídios, ainda que, como veremos adiante, contenham estados em que a violência homicida se alastra anualmente e cujas taxas rivalizam com estados de outras regiões.

⁴ Seleccionamos as taxas de homicídios do ano de 2014 por serem as mais recentes e completas em relação aos países do continente Sul-Americano. Ainda assim, não se encontravam disponíveis, até a data de consulta, em 28 de junho de 2018, as taxas de homicídios do Suriname, da Guiana e da Bolívia.

Gráfico 2: Taxa de homicídios de indivíduos entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

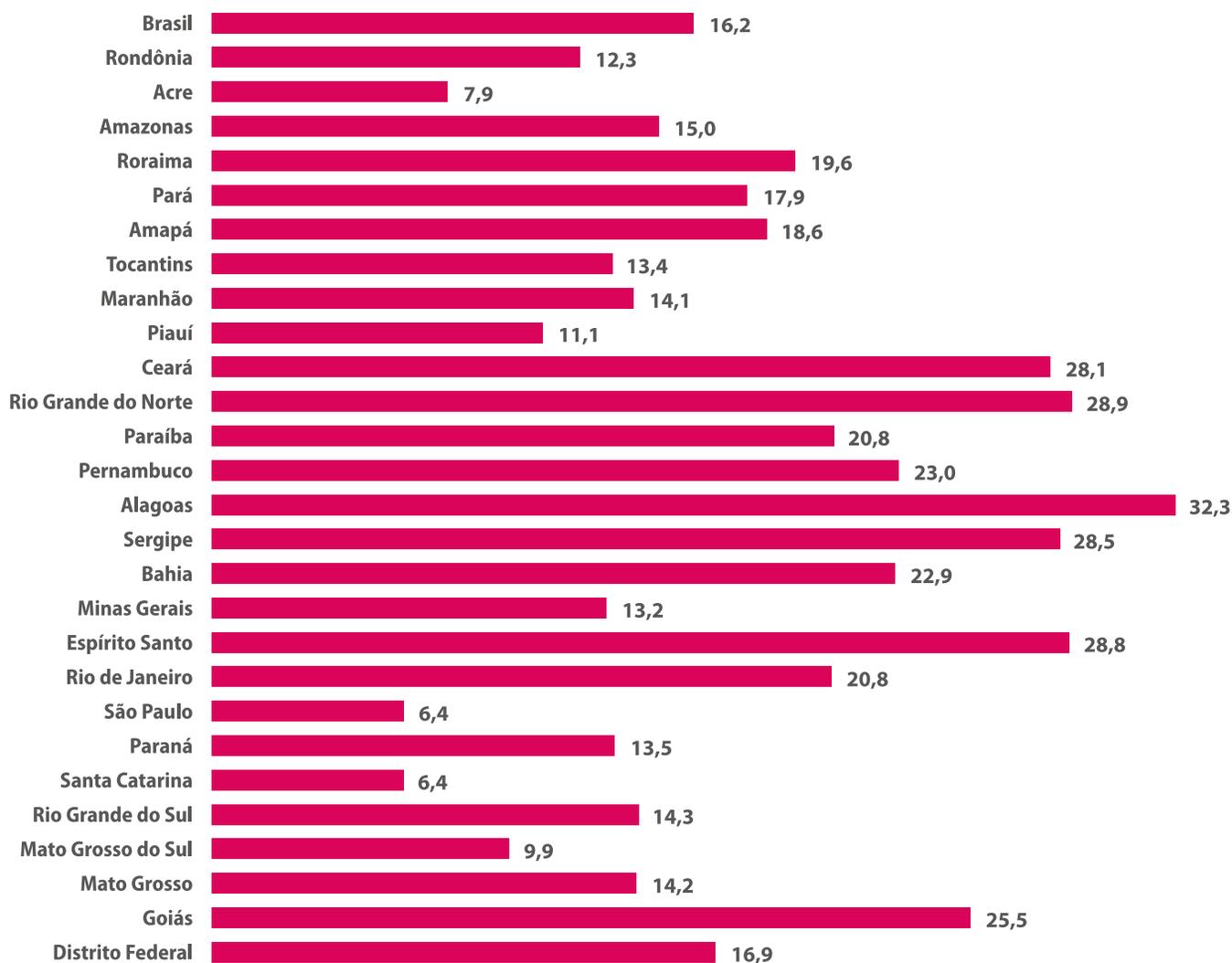
A contraposição das taxas de homicídios estaduais às taxas regionais nos permite ampliar as interpretações e especificar a localização das mortes de crianças e adolescentes que se dispersam nas médias regionais. Assim, é possível ter em conta que a violência homicida é um fenômeno nacional que também se manifesta com intensidade em regiões onde as taxas de homicídios são mais baixas.

Nessa perspectiva, é possível identificar para cada região as unidades da federação em que os homicídios acumulam taxas expressivas. Dois dos exemplos a iluminar essa afirmação são: os Estados do Espírito Santo (28,8) e Rio de Janeiro (20,8), ambos pertencentes à Região Sudeste, cuja taxa de homicídios é a mais baixa do país (11,9). Tais estados, entretanto, exibem, em média, taxa equivalente ao dobro do valor daquela obtida para sua região. Incluem-se nesse exemplo as taxas de homicídios dos estados da Região Sul, pois ainda que seja a segunda menor do país, dois de seus três estados, Paraná e Rio Grande do Sul, têm taxas mais concentradas do que as regionais. Vale dizer, por outro lado, que nenhum estado da Região Sul concentra proporção de homicídios maior do que a nacional.

Entre os nove estados da Região Nordeste, sete deles apresentam taxas de homicídios mais elevadas do que a média nacional, sendo que seis desses estados concentram taxas de homicídio superiores às da sua região, estando as lideranças localizadas nos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. Essa tendência, entretanto, não é partilhada pela Região Centro-Oeste, a segunda mais violenta do país. Nela, desponta a taxa de homicídio de Goiás, o único estado a manter taxa de homicídio de menores de 19 anos de idade mais expressiva do que a de sua região e do país, simultaneamente.

Última região a ser analisada em relação ao desempenho de seus estados, a Região Norte apresenta, em média, taxa de homicídios de jovens menores de 19 anos de idade pouco menos concentradas do que aquela obtida para o Brasil naquele ano. Ainda que a diferença verificada não seja expressiva (0,3), apenas os Estados de Roraima, Pará e Amapá acumulam taxas de homicídios de crianças e adolescentes superiores às taxas de homicídios nacionais e regionais.

Gráfico 2.a: Taxa de homicídios de indivíduos entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Unidades da Federação, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

No gráfico que segue, calculamos o risco relativo das ocorrências de homicídios de crianças e adolescentes entre brancos e negros; isto é, dividimos as taxas de homicídios entre as duas cores/raças: aqueles resultados superiores a 1 representam maior risco relativo na ocorrência dos homicídios entre negros; os resultados inferiores a esse valor demonstram maior risco relativo entre brancos, representando, o valor 1, a neutralidade das ocorrências entre brancos e negros.

A simples observação da razão entre os homicídios de brancos e negros atesta o desequilíbrio nas probabilidades dessa ocorrência entre os dois grupos de indivíduos. Nacionalmente, o risco relativo médio dos assassinatos de negros em relação ao de brancos menores de 19 anos de idade é aproximadamente quatro vezes mais elevado. Partilham desse risco relativo proporcional as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, dividindo risco médio 3,3 vezes maior para negros. Longe de obedecer à distribuição proporcional da cor/raça das crianças e dos adolescentes que residem nas regiões de que tratamos, os homicídios de negros nesses territórios equivalem ao triplo de sua participação na composição demográfica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Nas regiões onde a presença de menores de 19 anos negros é mais numerosa, sua sobre representação é ainda mais alarmante, como veremos.

Os assassinatos de residentes negros, que nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste são três vezes mais prováveis do que entre brancos, têm suas chances quatro vezes maior nas Regiões Norte e Nordeste. Para a primeira, o risco relativo dos homicídios de menores de 19 anos de idade negros é 13,6 vezes maior, ou seja, quatro vezes maior do que a participação desse grupo na composição demográfica da cor/raça das crianças e dos adolescentes dessa região. Na Região Nordeste, a sobre representação de indivíduos de cor/raça negra entre as vítimas de homicídio equivale ao quádruplo do que ocupam os residentes de cor/raça negra nessa região.

Por último, contrariando os padrões verificados nas regiões restantes, a Região Sul é a única a apresentar risco relativo mais acentuado entre brancos. É importante, contudo, mencionar que tal resultado, se observado em relação às proporções de residentes brancos e negros nesses estados, torna-se mais compreensível no seguinte sentido: para o ano de 2015, a população estimada de crianças e adolescentes brancos é três vezes maior do que a de negros – 6,8 milhões de indivíduos brancos e 2 milhões de indivíduos negros. Assim, a interpretação dos dados sugere que a chance de ocorrerem mais homicídios de brancos, exclusivamente nessa região, constitui, antes, uma consequência demográfica à seletividade racial dos homicídios verificada em todas as outras regiões, onde os negros ocupam parcela muito superior à representação proporcional de sua população.

Gráfico 3: Risco relativo dos homicídios de brancos e negros entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Tabela 3: Número e taxa de homicídios de brancos e negros menores de 19 anos de idade - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA DE HOMICÍDIOS DE BRANCOS	TAXA DE HOMICÍDIOS DE NEGROS	TOTAL DE HOMICÍDIOS NO ANO
BRASIL	7,0	22,2	10.956
Região Norte	4,4	18,8	1.159
Região Nordeste	5,3	27,1	4.691
Região Sudeste	5,6	18,6	3.060
Região Sul	11,2	15	1.080
Região Centro-Oeste	9,7	24,8	966

Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

O mesmo indicador, quando calculado para as Unidades da Federação brasileiras, demonstra convergências com as análises que fizemos no gráfico anterior e permite que localizemos, de modo mais específico, os estados em que o desequilíbrio dos homicídios, quando tidos em relação à raça das vítimas, é mais latente. Começaremos pelo último caso.

Seguindo o mesmo raciocínio empregado na análise das regiões do país, a distribuição dos riscos relativos pelas Unidades da Federação exhibe casos que merecem maior destaque, como os Estados de Alagoas, Sergipe, Amapá e Acre. O risco relativo médio dos homicídios nesses estados é 30,5 vezes maior para negros do que para brancos, resultado que coloca a participação das mortes violentas em proporção média 12 vezes maior do que a população de pretos e pardos nesses territórios. Aqui, cabe que informemos a impossibilidade de extração do risco relativo para o Estado de Roraima, em razão da inexistência de registro de homicídios cometidos contra crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade brancos, em 2015.

Como dissemos, os riscos relativos quando observados em unidades territoriais menos abrangentes revelam a condição de exposição de crianças e adolescentes à violência homicida e ajudam a dimensionar suas probabilidades de sobrevivência até a fase adulta.

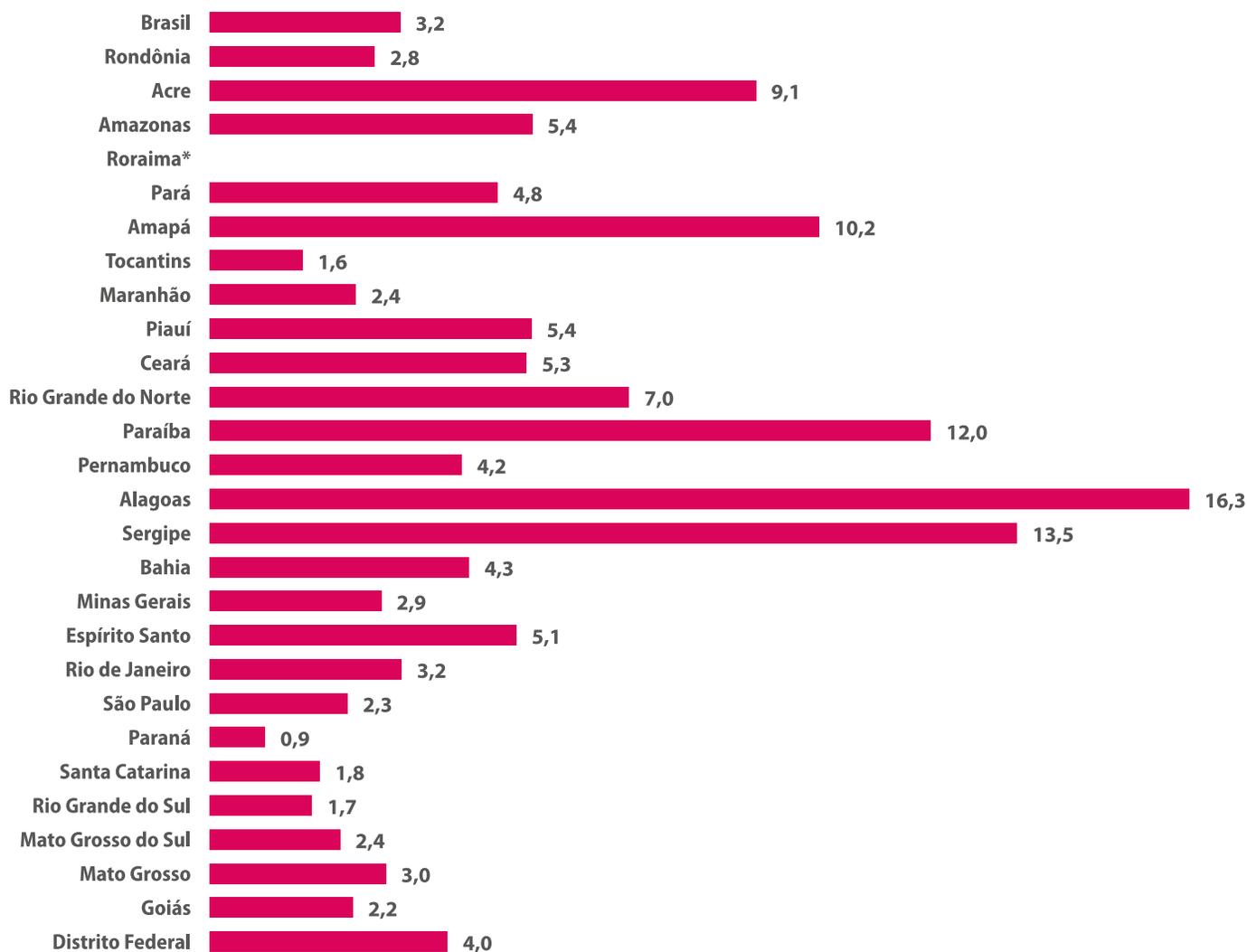
As Unidades da Federação mencionadas no primeiro momento são aquelas em que a vida dos menores de 19 anos de idade, negros especialmente, corre três dezenas de vezes mais risco do que se pode concluir através da observação do risco relativo nacional. Para os exemplos seguintes, o risco relativo médio de homicídios de negros em relação ao de brancos atinge 16,4, quatro vezes mais elevado que o nacional. Além disso, os valores do risco relativo dos homicídios nesses estados são, sem exceção, superiores aos de suas regiões: Amazonas e Pará dividem risco médio (17,8) cinco vezes mais acentuado do que a participação de negros em sua população (3,5 negros para cada branco menor de 19 anos). Em seguida, três estados da Região Nordeste, Piauí, Paraíba e Bahia, mantêm o risco dos homicídios em 15,5 vezes mais alto entre negros, seis vezes o que representavam, em 2015, os negros na distribuição demográfica desses estados.

Dos demais grupos de estados, cujo desequilíbrio no risco relativo dos homicídios entre crianças e adolescentes brancos e negros é, ainda, em média, seis vezes mais acentuado para negros – equivalendo ao triplo do que seria a relação média entre brancos e negros nesses territórios – lideram: os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão e Espírito Santo, tendo o risco relativo mínimo de 8,1 vezes e máximo de 11 vezes mais provável entre negros. Entre as Unidades da Federação que se situam mais próximas ao risco relativo médio (seis) desse grupo, estão: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Distrito Federal e Pernambuco. Aqui, é necessário refletirmos sobre as proporções dos riscos relativos em relação aos casos mencionados: das 27 Unidades da Federação que compõem as divisões administrativas brasileiras, apenas quatro apresentam riscos relativos menores do que 1,5. Ainda assim, é importante lembrar que três desses estados já apresentam uma razão específica entre brancos e negros, como veremos.

Das Unidades da Federação que têm os riscos relativos de homicídios mais baixos para negros, São Paulo é a única que apresenta divergências em relação à composição de brancos e negros de sua população. Apesar de ter risco relativo próximo ao valor neutro (1,4), é possível verificar que o risco de crianças e adolescentes de cor/raça negra sofrerem um homicídio é, proporcionalmente, o dobro do que corresponderia à proporção de indivíduos com essas características entre a população de menores de 19 anos de idade no estado.

O último exemplo referente aos riscos relativos calculados para as Unidades da Federação refere-se exclusivamente aos estados da Região Sul. Neles, o cálculo dos riscos de homicídios tendem a ser maiores entre os brancos, resultado que se assemelha à razão de brancos e negros menores de 19 anos de idade no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e é idêntica à verificada para o Estado do Paraná (0,4).

Gráfico 3.a: Risco relativo dos homicídios entre brancos e negros entre zero e 19 anos de idade - Brasil e Unidades da Federação, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

(*) O Estado de Roraima não registrou nenhum homicídio de brancos entre zero e 19 anos de idade no ano de 2015, impossibilitando o cálculo de seu risco relativo.

O próximo aspecto observado distribui o risco relativo dos óbitos por homicídio de crianças e adolescentes entre o sexo das vítimas. São observáveis as concentrações dos riscos relativos de óbitos por homicídios entre homens em todas as regiões do país: em média, os indivíduos desse sexo são 13,3 vezes mais vítimas de assassinatos do que as mulheres da mesma faixa etária. Apesar das elevadas proporções dos riscos relativos em todas as regiões do país, a única a se manter acima da média nacional é a Região Nordeste, onde o índice atinge 16,4 mais vezes os indivíduos do sexo masculino. Nas regiões restantes, a proporção média das mortes violentas de menores de 19 anos de idade é de 8,7 vezes maior entre os homens.

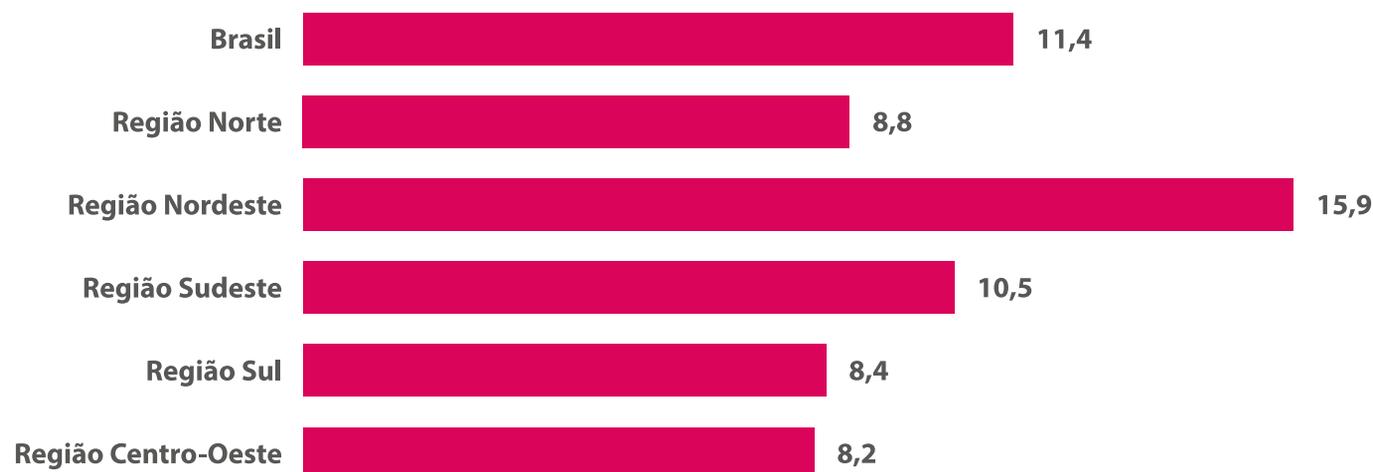
Cabe mencionarmos, por outro lado, que o contexto da violência homicida no Brasil assume dimensões tão desastrosas que, ao examinarmos a preponderância dessas ocorrências entre homens, é possível que nos escape a posição de destaque que o país ocupa também em relação aos assassinatos de mulheres e meninas. Em publicação que analisa os óbitos por homicídio de mulheres no ano de 2015, o *Mapa da Violência (Homicídios de mulheres no Brasil)* destaca algumas comparações internacionais e esboça alguns dos padrões verificados na violência homicida praticada contra mulheres. Como diz a publicação:

Com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ocupa uma pouco recomendável quinta posição, evidenciando que os índices locais excedem, em muito, os encontrados na maior parte dos países do mundo.

Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil. Mas as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como "civilizados" (WAISELFISZ 2015, p. 27).

Ao longo da publicação, outras especificidades do homicídio cometido contra mulheres são destacadas, tendo algumas convergências com o padrão dos óbitos violentos masculinos e divergências nesses padrões: são semelhantes as proporções da violência letal brasileira em produzir vítimas de cor/raça negra, diminuindo, ano a ano, a participação dos brancos nessas mortes; divergem os grupos etários mais vitimados, sendo as mulheres mais vítimas das ocorrências entre os 18 e 30 anos de idade, além de determinada concentração de assassinatos de meninas menores de um ano, demonstrando a influência que exercem os contextos domésticos na violência letal cometida contra as mulheres. Feitas essas ressalvas, podemos continuar a análise da distribuição do risco relativo dos homicídios entre homens e mulheres, sem perdermos de vista a situação dos residentes brasileiros de ambos os sexos nessa dimensão.

Gráfico 4: Risco relativo de homicídios de indivíduos entre zero e 19 anos de idade para homens e mulheres - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Tabela 4: Número e taxa de homicídios de indivíduos entre zero e 19 anos de idade para homens e mulheres - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	HOMICÍDIOS MASCULINOS	HOMICÍDIOS FEMININOS	TOTAL	TAXA DE HOMICÍDIOS MASCULINA	TAXA DE HOMICÍDIOS FEMININA
BRASIL	10.099	857	10.956	29,5	2,6
Região Norte	1.044	115	1.159	28,3	3,2
Região Nordeste	4.421	270	4.691	42,5	2,7
Região Sudeste	2.801	259	3.060	21,5	2,0
Região Sul	969	111	1.080	21,4	2,5
Região Centro-Oeste	864	102	966	32,9	4,0

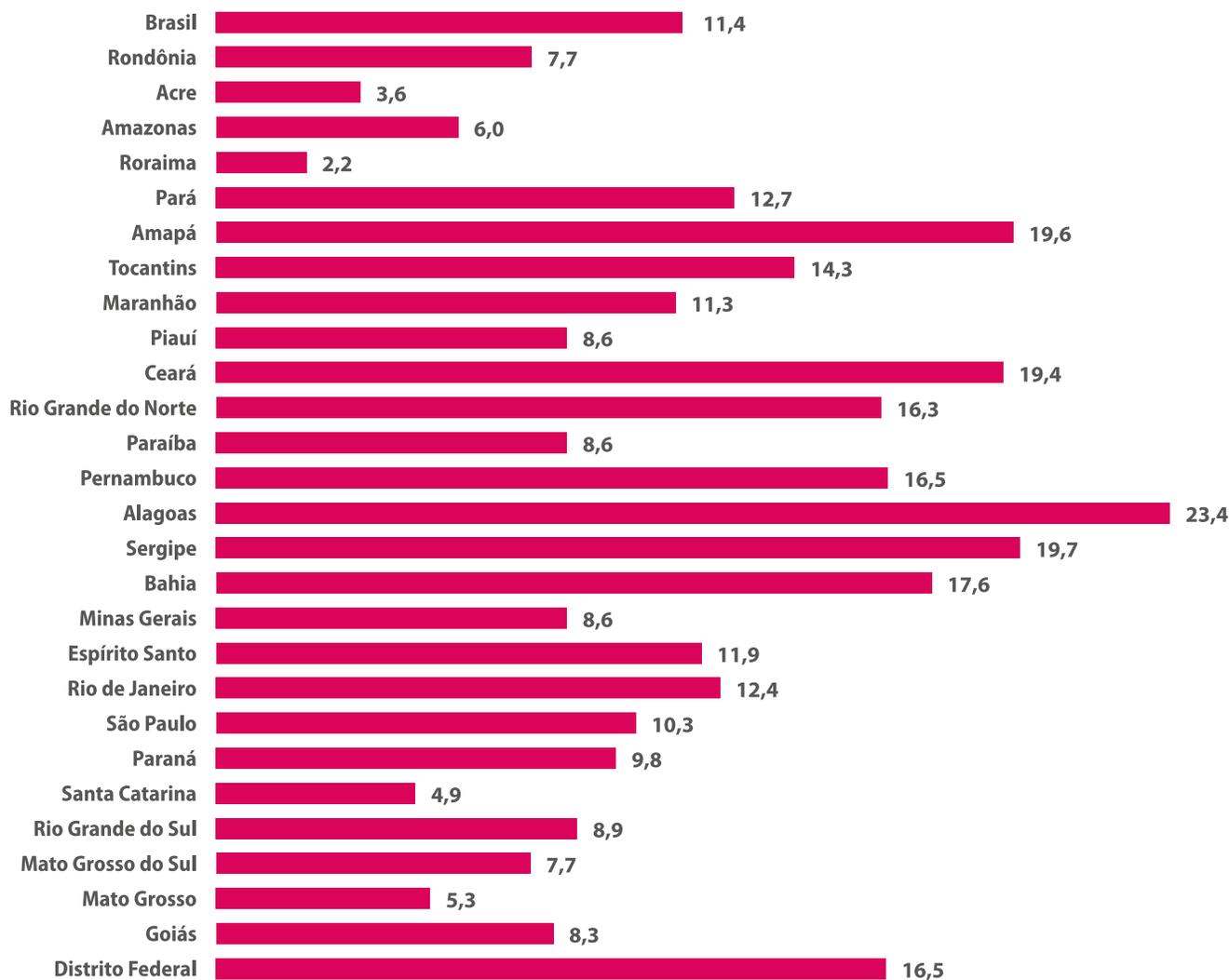
Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

As concentrações dos riscos relativos verificadas no gráfico anterior podem ser confirmadas pela observação de sua desagregação pelas Unidades da Federação. Assim, a maior quantidade de estados em que o risco dos homicídios atinge média próxima a duas dezenas de vezes mais as crianças e os adolescentes do sexo masculino se localizam na Região Nordeste. Alagoas, Sergipe, Ceará e Bahia, juntos, mantêm a proporção mencionada do risco relativo duas dezenas de vezes maior para homens, aproximando-se dessa proporção Rio Grande do Norte e Pernambuco com índices idênticos (16,9).

Situam-se pouco abaixo do risco relativo médio dos territórios elencados os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, onde a probabilidade da ocorrência de homicídios contra menores de 19 anos de idade homens é, em média, 13 vezes maior. A pluralidade de regiões representadas atesta, em primeiro lugar, que a extensa concentração de probabilidades na produção de vítimas do sexo masculino não é privilégio de uma região específica, ainda que os riscos relativos identificados na Região Nordeste sejam mais evidentes; no conjunto que analisamos o estado dessa região (Maranhão) apresenta-se o valor mais baixo do risco relativo de homicídios contra homens e meninos com menos de 19 anos, estando à frente dois estados da Região Norte (Pará e Tocantins), dois da Região Sudeste (Espírito Santo e São Paulo) e uma Unidade da Federação da Região Centro-Oeste (Mato Grosso). Em segundo, impõe-se a reflexão de que estados distantes e de contextos históricos e sociais diversos dividam chances de homicídios contra indivíduos do sexo masculino tão próximas, o mesmo sucede em grupos cujo risco relativo é menos concentrado, como veremos.

Gráfico 4.a: Risco relativo de homicídios de indivíduos entre zero e 19 anos de idade para homens e mulheres - Brasil e Unidades da Federação, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

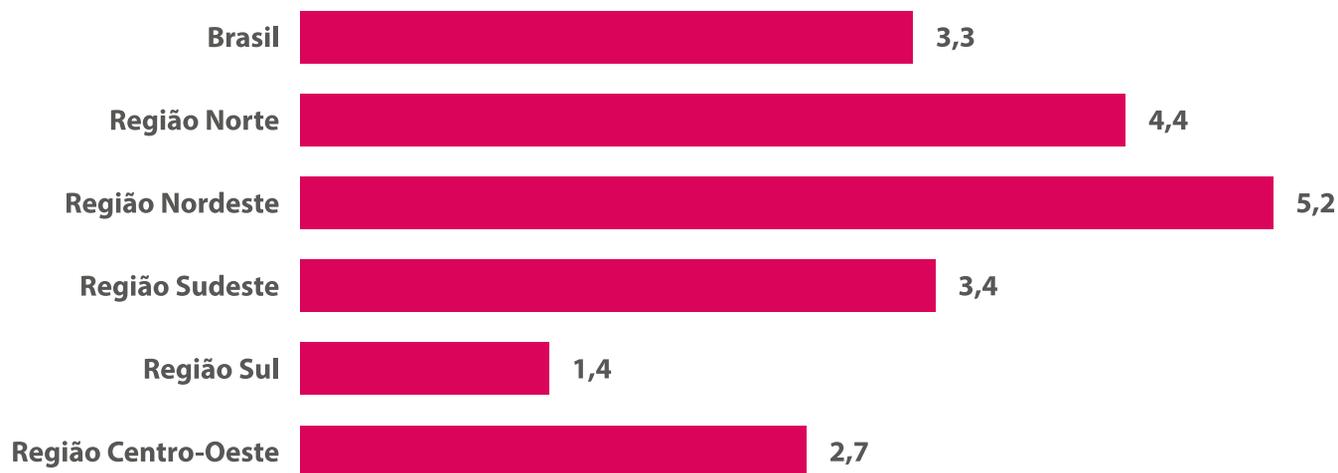
Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Mais uma característica da violência letal dirigida a crianças e adolescentes com menos de 19 anos de idade é o fato de que ela é especificamente armada. No ano de 2015, dentre todos os homicídios cometidos contra indivíduos nessa faixa etária (10.956), 80% foram cometidos por armas de fogo (8.647). Quando adicionada a cor/raça das vítimas, a seletividade da violência armada toma proporções ainda mais inaceitáveis.

Em todas as regiões do país, o risco de homicídios de crianças e adolescentes com menos de 19 anos de idade por armas de fogo é mais elevado para negros. A Região Sul, tendo sido até agora a única a ter influência de sua composição demográfica nas disparidades de óbitos por homicídios, ainda apresenta risco relativo de mortes por armas de fogo mais elevado para negros.

Entre as regiões restantes, os negros correm quatro vezes mais chances de serem vítimas de um homicídio por armas de fogo, sendo a Região Centro-Oeste a única a situar-se abaixo da média do risco relativo nacional.

Gráfico 5: Risco relativo de homicídios por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça da vítima - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Tabela 5: Número e taxa de homicídios por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça da vítima - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	HOMICÍDIOS DE BRANCOS	HOMICÍDIOS DE NEGROS	TAXA DE HOMICÍDIOS DE BRANCOS	TAXA DE HOMICÍDIOS DE NEGROS
BRASIL	1.619	6.484	5,3	17,6
Região Norte	52	731	3,1	13,6
Região Nordeste	267	3.251	4,4	22,8
Região Sudeste	536	1.662	4,0	13,7
Região Sul	608	248	8,9	12,1
Região Centro-Oeste	156	592	7,3	20,0

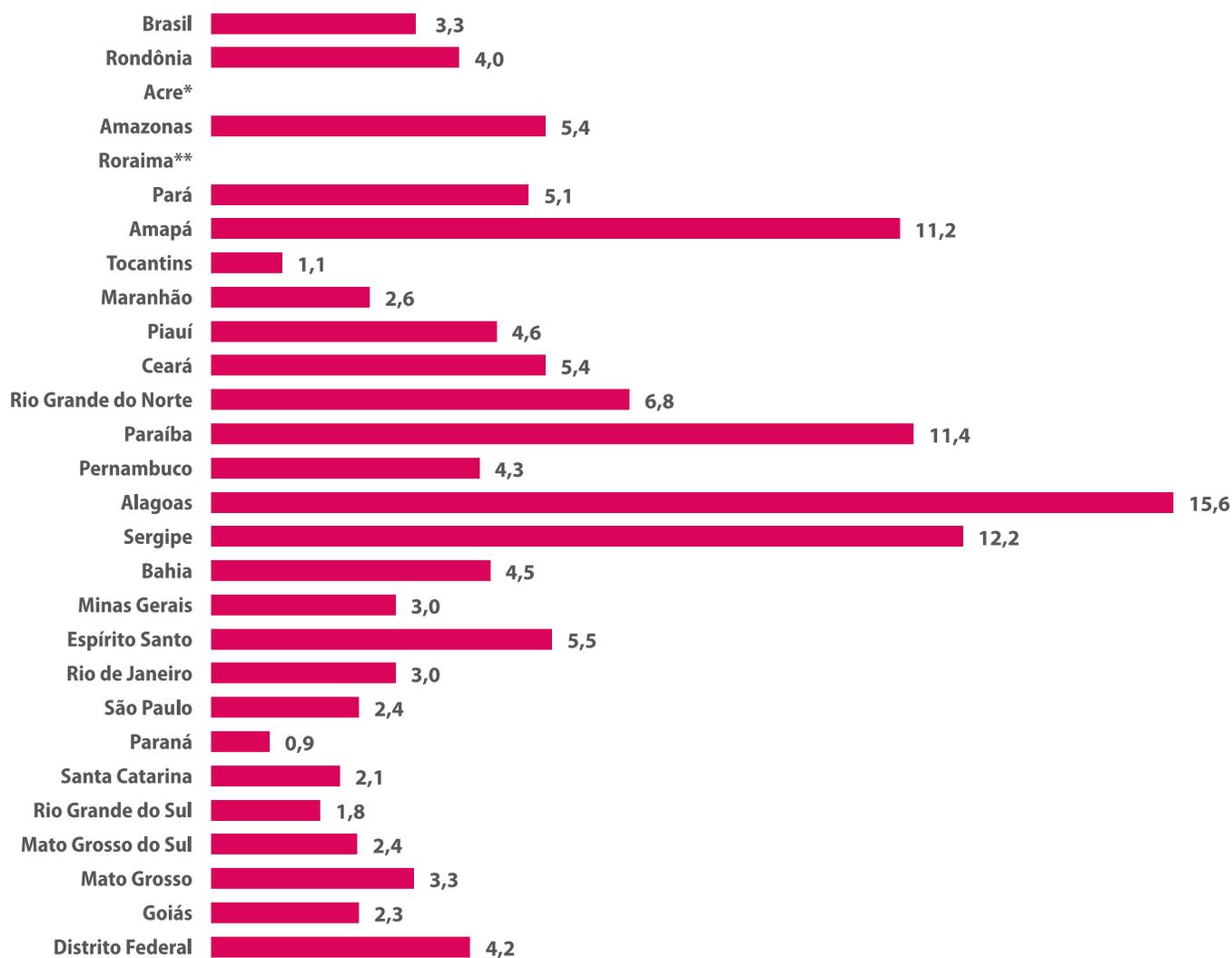
Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

A distribuição do risco relativo de homicídios por armas de fogo contra brancos e negros com menos de 19 anos de idade revela situação ainda mais alarmante. Tendo como pressuposto que negros têm três vezes mais chances de ser vítimas desse tipo de violência, temos que em mais da metade das Unidades da Federação brasileiras – 14 das 27 –, esse risco é ainda superior para pretos e pardos. Nos Estados do Amapá, Sergipe, Paraíba e Alagoas esse risco atinge, em média, quase quatro vezes aquele verificado nacionalmente.

Uma observação final do quadro da distribuição do risco relativo pelo território brasileiro se relaciona ao fato de que apenas o Estados do Paraná exibe um risco relativo de homicídios por armas de fogo menos concentrado para negros do que para brancos; nos outros dois estados da mesma região, os riscos relativos de óbitos por esse meio atingem, no mínimo, 1,8 vezes mais negros do que brancos com menos de 19 anos de idade.

Gráfico 5.a: Risco relativo de homicídios por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça da vítima - Brasil e Unidades da Federação, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

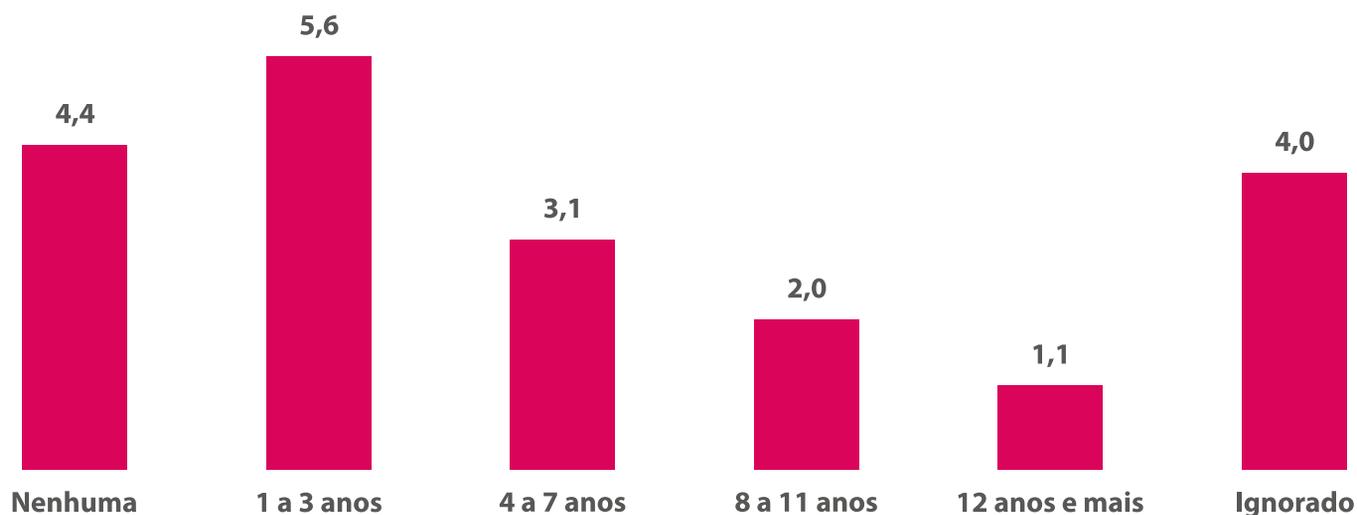
Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

(*) O Estado do Acre não registrou nenhum homicídio por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade brancos no ano de 2015, impossibilitando o cálculo de seu risco relativo.

(**) O Estado de Roraima não registrou nenhum homicídio por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade brancos no ano de 2015, impossibilitando o cálculo de seu risco relativo.

O mesmo risco relativo de homicídios por armas de fogo, quando calculado para os anos de estudo das vítimas, também apresenta resultados muito desiguais em relação à cor/raça desses residentes. O valor mínimo do risco relativo, ainda que próximo da neutralidade e referente aos indivíduos mais escolarizados, é mais acentuado para negros. A média do risco relativo nas faixas de anos de estudo restantes também atinge aproximadamente quatro vezes mais esse grupo; entre os de escolarização mais baixa (com até três anos de estudo), esse valor salta para cinco vezes. Entre as crianças e os adolescentes que tenham tido entre quatro e 11 anos de estudo, essa média, caindo pela metade, só se situa abaixo daquela verificada para o conjunto de anos de estudo entre os que têm de oito a 11 anos de estudo. Nesse sentido, a escolarização como fator de interferência nas chances de morte de negros em relação a brancos só se verifica quando os níveis de escolarização atingem, no mínimo, a última etapa da Educação Básica.

Gráfico 6: Risco relativo de homicídios por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça e anos de estudo da vítima - Brasil, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Tabela 6: Número e taxa de homicídios por armas de fogo de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça e anos de estudo da vítima - Brasil, 2015

COR/RAÇA	ANOS DE ESTUDO						TOTAL
	NENHUM	1 A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 11 ANOS	12 ANOS E MAIS	IGNORADO	
BRANCOS	12	164	745	357	11	330	1.619
Taxa de homicídio de brancos	0,0	0,5	2,5	1,2	0,0	1,1	5,3
NEGROS	64	1.113	2.809	876	15	1.607	6.484
Taxa de homicídio de negros	0,2	3,0	7,6	2,4	0,0	4,4	17,6
Risco relativo	4,4	5,6	3,1	2,0	1,1	4,0	3,3

Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

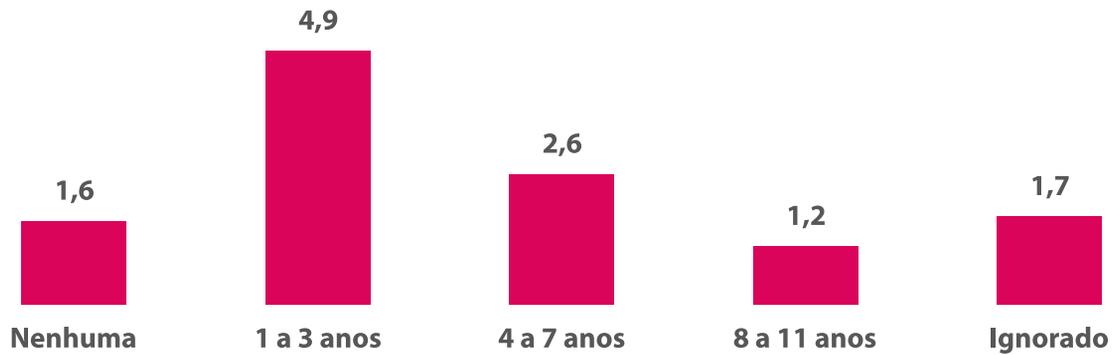
Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

As duas últimas relações que constam deste relatório exploram os mesmos riscos relativos de óbitos por homicídios e a cor/raça das vítimas com menos de 19 anos de idade. Entretanto, aqui, constam os resultados de óbitos por homicídios classificados nas categorias Y35 e Y36 da décima Classificação Internacional de Doenças (CID-10): os óbitos resultantes de “Intervenção Legal” e “Operações de Guerra”. Analisamos, portanto, os riscos relativos de brancos e negros sofrerem a violência letal praticadas por forças policiais.

Cabe, também, que façamos algumas ressalvas em relação à qualidade dos dados reunidos pelo SIM e sua divergência em relação àqueles coletados pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados. O objetivo dos sistemas que compõem o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) é principalmente epidemiológico, isto é, constam classificados nas categorias a que recorreremos, talvez, uma parcela do quadro que compõe a realidade brasileira dos homicídios cometidos por forças policiais. Em função das baixas proporções de mortes violentas investigadas no Brasil, nossas inferências terão alcance restrito.

Convergem no gráfico 7 as constatações já elaboradas em outros momentos. Os riscos relativos permanecem superiores para crianças e adolescentes negros, independente de seus anos de estudo. Para os que tinham de um a três anos de estudo, o risco é aproximadamente cinco vezes superior, caindo pela metade entre os que têm de quatro a sete anos de estudo e torna-se mais próximo da neutralidade para as crianças e adolescentes que tenham frequentado os anos finais do Ensino Fundamental ou que não concluíram o Ensino Médio. É importante que se saliente a ausência de homicídios no limite superior da escolarização (12 anos ou mais de estudo).

Gráfico 7: Risco relativo de homicídios por intervenção legal e operações de guerra de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça e anos de estudo da vítima - Brasil, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Tabela 7: Número e taxa de homicídios por intervenção legal e operações de guerra de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça e anos de estudo da vítima - Brasil, 2015

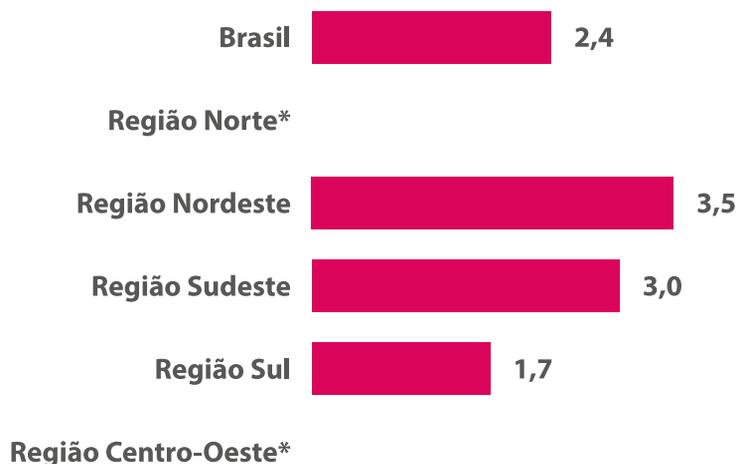
COR/RAÇA	ANOS DE ESTUDO					TOTAL
	NENHUM	1 A 3 ANOS	4 A 7 ANOS	8 A 11 ANOS	IGNORADO	
BRANCOS	1	8	50	20	10	89
Taxa de homicídio de brancos	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,3
NEGROS	2	48	155	28	21	254
Taxa de homicídio de negros	0,0	0,1	0,4	0,1	0,1	0,7
Risco relativo	1,6	4,9	2,6	1,2	1,7	2,4

Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Por fim, distribuímos o risco relativo dos homicídios entre brancos e negros resultantes de atuação policial ostensiva ao longo das regiões do país. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que a impossibilidade de cálculo do risco relativo das Regiões Norte e Centro-Oeste refere-se ao fato de que, em 2015, não foram notificados homicídios de brancos nesses territórios; enquanto cinco negros morreram violentamente em decorrência das chamadas “intervenções legais” e “operações de guerra”. De saída, portanto, a desigualdade de chances na produção de vítimas desses homicídios torna-se latente. Esse quadro se atenua com a verificação de que duas das três regiões restantes (Nordeste e Sudeste) situam-se acima da média nacional para esse indicador; ambas dividindo risco relativo médio de homicídios três vezes maior para negros. A Região Sul, ainda que tenha acumulado menos mortes violentas de negros, em 2015, apresenta taxas de homicídio, por tais causas, mais acentuada. Assim, também nessa região, os homicídios cometidos por policiais tendem a vitimar, majoritariamente, indivíduos de cor/raça negra.

Gráfico 8: Risco relativo de homicídios por intervenção legal e operações de guerra de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça da vítima - Brasil e Grandes Regiões, 2015



Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

(*) As Regiões Norte e Centro-Oeste não registraram nenhum óbito de indivíduos entre zero e 19 anos de idade brancos no ano de 2015, impossibilitando o cálculo do seu risco relativo.

Tabela 8: Número e taxa de homicídios por intervenção legal e operações de guerra de indivíduos entre zero e 19 anos de idade segundo cor/raça da vítima - Brasil e Grandes Regiões, 2015

BRASIL E GRANDES REGIÕES	HOMICÍDIOS DE BRANCOS POR INTERVENÇÃO LEGAL	HOMICÍDIOS DE NEGROS POR INTERVENÇÃO LEGAL	TAXA DE HOMICÍDIO DE BRANCOS POR INTERVENÇÃO LEGAL	TAXA DE HOMICÍDIO DE NEGROS POR INTERVENÇÃO LEGAL
BRASIL	89	254	0,3	0,7
Região Norte	-	3	-	0,1
Região Nordeste	10	82	0,2	0,6
Região Sudeste	58	156	0,4	1,3
Região Sul	21	11	0,3	0,5
Região Centro-Oeste	-	2	-	0,1

Fonte (óbitos): Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte (população de referência): Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Considerações finais

As desigualdades sociais começam na infância

Pudemos verificar nesta publicação que as políticas públicas nacionais, sobretudo nos aspectos da educação, saúde e segurança, têm sido insuficientes para garantir o alcance das metas propostas pela Agenda de Desenvolvimento 2030, de forma que serão necessárias correções de rumos e esforços complementares para atingir o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 no país.

Se considerarmos as múltiplas dimensões da desigualdade (renda, gênero, raça, idade, educação, saúde e violência), há muito a ser feito para garantir no Brasil o alcance da meta 10.2 e principalmente da 10.3, uma vez que cada uma dessas dimensões aprofunda e reforça as outras. Assegurar que as oportunidades sejam minimamente iguais para todos os indivíduos é um desafio precipuamente para a infância, etapa na qual se iniciam a concentração de oportunidades e resultados.

Na educação, por exemplo, verificamos a perseverança da relação entre renda, acesso e desempenho das crianças e dos adolescentes no ensino. Em todas as faixas de idade aqui analisadas, salvo casos específicos, como o da matrícula de crianças à rede privada de creches, foram observados padrões evidentes de que os níveis de renda guardam relações de proporção com as questões de frequência, matrícula, alfabetização e opção pela rede privada de ensino.

Em relação às creches, quanto mais alta a faixa de renda domiciliar *per capita*, mais elevada é a frequência. Nas pré-escolas, embora a frequência seja comum a todas as faixas de renda, a não frequência é mais concentrada nos extratos mais baixos de rendimento domiciliar *per capita*, repetindo padrão observado nas creches, de forma que logo nas primeiras etapas de ensino a relação entre baixa renda e indicadores mais reduzidos de frequência, acesso e desempenho escolar já se pronunciam.

Já nessa fase, além das discrepâncias de renda, aparece também a desigualdade de gênero, na forma do recrutamento de meninos e meninas para o trabalho. Enquanto as meninas são destinadas ao trabalho doméstico, os meninos formam majoritariamente o grupo de indivíduos empregados na produção para terceiros ou para consumo próprio.

Em relação ao registro étnico-racial, já no Ensino Infantil as diferenças entre negros e brancos se afirmam evidentes e se acentuam nas etapas seguintes dos Ensinos Fundamental e Médio com subseqüentes reflexos no Ensino Superior. Resta evidente que a desigualdade racial se cristaliza ao longo das etapas da Educação Básica, sobretudo em relação à frequência de brancos e negros na rede privada do Ensino Médio, na qual a incidência de brancos é três vezes superior à dos negros.

A questão do trabalho é extremamente importante na definição do nível de escolarização dos indivíduos. Pelos dados aqui observados, pudemos averiguar que os indivíduos não ocupados tendem a se escolarizar mais.

Outra face da desigualdade social no Brasil é observada na saúde, de forma que três quintos das crianças com peso inferior a 2.500 gramas são negras. Além disso, o risco do nascimento de crianças com baixo peso é mais elevado quanto menos anos de estudo as mães acumulam.

Os óbitos maternos, indicador em que o Brasil não conseguiu atingir a meta de redução já nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), apresentaram ainda uma nuance racial na qual mães negras têm duas vezes mais chances de vir a óbito em razão da maternidade do que mães brancas. Esse risco em relação ao perfil racial, combinado ao fator dos anos de estudo, tende a acentuar as desigualdades entre mães brancas e negras, de forma que mães negras que declararam não ter nenhum ano de estudo apresentam risco 9,7 vezes mais elevado de vir a óbito do que mães brancas.

A mortalidade de crianças de até um ano de idade é aí equivalentemente evidente, de maneira que os filhos de mães negras menos escolarizadas tendem a apresentar risco de óbito duas vezes superior aos filhos de mães brancas com o mesmo nível de escolarização.

Por fim, das formas de privação de oportunidades observadas aqui a violência é a mais extrema. Neste ponto, podemos considerar que a violência é a expressão mais eloquente da desigualdade. Nos indicadores de mortes violentas, o Brasil apresenta números sumamente elevados, dividindo com o Paraguai e a Colômbia o pódio dos campeões das taxas de homicídios na América do Sul. O país registrou 59 mil mortes violentas, em 2014, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês), alcançando uma famigerada taxa de quase 28 homicídios por 100 mil habitantes.

Aqui, nos interessou sobretudo a incidência de assassinatos de pessoas com idade igual ou inferior a 19 anos, onde restou estatisticamente evidente que a violência que atinge crianças e adolescentes brasileiros se acentuam quando se estratificam os grupos sociais dos quais fazem parte essa parcela da população. A violência que atinge crianças e adolescentes no Brasil, segundo a combinação dos dados de referência do Ministério da Saúde (MS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal de Contas da União (TCU), alcançou, em 2015, a taxa de 16,2 assassinatos por 100 mil habitantes. Dentro deste grupo, além das diferenças regionais, que são mais ou menos expressivas a depender da região ou Unidade da Federação, destaca-se a manifesta e substantiva diferença entre crianças e adolescentes negros e brancos. Quando observamos o aspecto racial dos assassinatos de crianças e adolescentes, constatamos que os negros estão quatro vezes mais expostos do que os brancos à morte violenta. Sob a perspectiva de gênero, as pessoas com 19 anos ou menos, do sexo masculino, estão em média 13,3 vezes mais expostos aos homicídios do que pessoas do sexo feminino. Por outro lado, como retratado nas edições anteriores desta publicação, crianças e adolescentes do sexo feminino são vítimas largamente preponderantes de violência sexual (abuso, exploração, violação).

A mais relevante constatação que pudemos verificar aqui é a de que as desigualdades se iniciam na infância, de forma que a partir da sua manifestação, e de acordo com a posição dos indivíduos com idade equivalente ou inferior a 19 anos na sociedade, seja referente às faixas de renda, gênero, região ou raça, elas tendem a se acumular e cristalizar, desenhando o destino dos meninos e meninas do país. A privação ou concentração de oportunidades se dá a partir da infância, de maneira que o alcance do ODS 10 está principalmente atrelado à garantia e ao equilíbrio das oportunidades para as crianças e os adolescentes no país. O olhar atento às múltiplas dimensões de desigualdade a que estão submetidos as crianças e os adolescentes brasileiros é imprescindível para cumprir a premissa fundamental da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Juliana; BOING, Antonio. **Diferenças regionais e fatores associadas ao número de consultas de pré-natal no Brasil: análise do Sistema de Informações de Nascidos Vivos em 2013**. Revista Brasileira de Epidemiologia, Santa Catarina, 19, n. 4, p. 835-850, 2016.
- BARROS, Fernando C. *et al.* **Prematuridade, baixo peso ao nascer e restrição do crescimento intrauterino em três cortes de nascimentos no Sul do Brasil: 1982, 1993 e 2004**. Cadernos de Saúde Pública, 24, sup. 3: S390-S398, 2008, jan/2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise de situação de saúde e das causas externas**. Brasília, 2015.
- GEORGES, Rafael. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. Oxfam brasil. São Paulo-SP, 2017. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>>. Acesso em: 15/06/2018.
- NASCIMENTO, Ana Paula; SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. **As creches conveniadas em São Paulo: quais os reais motivos dessa opção política**. Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 10, 2015.
- PACHECO, Vanessa C. *et al.* **As influências da raça/cor nos desfechos obstétricos e neonatais desfavoráveis**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 125-137, mar/2018.
- WAISELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. (Org.) Flacso: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília -DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <https://mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 20/11/2017.



Av. Santo Amaro, 1.386 | 1º andar
Vila Nova Conceição | 04506-001 | São Paulo/SP
55 11 3848-8799

www.fadc.org.br

 /fundabrinq

 /fundacaoabrinq